UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALAIRTON LUIS ARAUJO SOARES

Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense (1953 – 1963)

São Paulo
2016

ALAIRTON LUIS ARAUJO SOARES

Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense (1953 – 1963)

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação

Área de Concentração: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Profª Drª Diana Gonçalves Vidal

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

377.1 Soares, Alairton Luis Araujo
S676g Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da baixada e litoral ocidental maranhence (1953 - 1963) / Alairton Luis Araujo Soares; orientadora Diana Gonçalves Vidal.
São Paulo: s.n., 2016.
177 p.; il,; tab,; anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Educação Religiosa 2. Historia da Educação 3. Congregação Religiosa 4. Ensino Médio 5. Católico I. Vidal, Diana Gonçalves, orient.

SOARES, Alairton Luis Araujo.
Título: Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense (1953 – 1963).

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

_____

Dra. Diana Gonçalves Vidal – Orientadora
Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação

Dedico este trabalho ao Sagrado Coração de Jesus, aos meus pais Maria do Socorro Araujo Soares (*in memoriam*) e José de Ribamar Soares.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria do Socorro e Zé Padre, que me presentearam com a vida e que souberam me conduzir por bons caminhos que me transformaram num adulto responsável e também pelo amor, colaboração e admiração dos meus queridos irmãos e irmãs.

À Prof. Dra. Diana Gonçalves Vidal, minha orientadora e exemplo profissional, pela confiança em mim depositada, disponibilidade, total apoio, pelo saber transmitido, opiniões e críticas ao longo da realização desta pesquisa.

À ex-diretora do Colégio Pinheirense, Profª. Marcelina Catarina Cabral Pavão e ao atual diretor, prof. Ubirajara Alves Sousa, por disponibilizar os arquivos de fotos e documentos da escola.

Às freiras Vera Maria e Janete de Fátima Alves (FNSSC), ao padre Luís Risso (MSC) e ao padre Geraldo Lima Silva (*in memorian*); às ex-alunas/professoras do Ginásio e Colégio Pinheirense Deny Reis Leite, Regina Durans Mendes, Raimunda Amorim, Elvira Pereira e Maria Alice Pereira Moreira, por me concederem entrevistas e informações pessoais fundamentais para elaboração deste trabalho.

Às ex-alunas Sandra Leite Mendes, por disponibilizar seu arquivo pessoal de fotos, jornal Cidade de Pinheiro, biografias de personalidades civis e religiosas e por longas conversas sobre fatos e acontecimentos da cidade de Pinheiro e Maria de Jesus Ferreira, que contribuiu com informações valiosas sobre as primeiras turmas do Ginásio Pinheirense.

Às funcionárias da Academia Pinheirense de Letras (APLAC) e ao amigo Anderson Carlos Maia, que se dispôs a me ajudar na árdua tarefa de colher dados e rever as fontes para esta investigação.

Aos colegas e professoras do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) por sugestões e críticas significativas ao desenvolvimento da minha pesquisa.

Às professoras Dra Paula Leonardi e Dra Rachel Duarte Abdala, pelas sugestões na banca de qualificação do meu trabalho, as quais tentei atender na redação final.

Ao meu amigo Clécio Santos Lima, que guardo no meu coração, pela amizade e companhia durante o período de estudos em São Paulo.

À Alexandra Rudakoff, Nadjelena Souza, Marta Rocha e Miriam Muramoto, pela amizade, por momentos de alegria e descontração compartilhados.

À Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC) por conceder afastamento das atividades escolares, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro fundamental para a execução do projeto.

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.

Walter Benjamin

RESUMO

SOARES, Alairton L. A. **Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense (1953 – 1963)**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Em 1946, os primeiros Missionários do Sagrado Coração (MSC) italianos chegaram em Pinheiro - MA. Nas décadas de 40 – 50, o quadro socioeconômico-cultural de Pinheiro era precário: população asfixiada pela pobreza e analfabetismo. Havia dois grupos escolares e algumas escolas isoladas, que ofereciam somente o ensino primário. Em 1947, Dom Afonso Ungarelli fundou o Seminário São José, destinado à formação de sacerdotes "nativos" para a Congregação, sendo fechado em 1950. Em seguida, os MSC fundaram a Escola Paroquial, com objetivo de instruir e moralizar as crianças pobres. Em 1952, a Escola Paroquial foi equiparada aos grupos escolares, sendo denominada de Grupo Escolar "Nossa Senhora do Sagrado Coração", com mais salas de aulas, recursos didáticos e professoras normalistas, e em 1953, foi fundado o Ginásio Pinheirense, estabelecimento de ensino secundário, destinado às classes média e alta do município. Por meio de fontes bibliográficas, jornalísticas, imagéticas e da história oral, objetiva-se neste trabalho analisar a criação e inserção do Ginásio Pinheirense no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental do Maranhão sob as seguintes categorias: representação, materialidade escolar, currículo, público-alvo, professores e trajetórias profissionais de alunos(as) egressos(as) dessa instituição. As fontes foram analisadas com aportes teóricos e metodológicos da História Cultural com destaque para o referencial de Michel de Certeau (2004, 1996,), Justino Ferreira Magalhães (2004, 1996) Roger Chartier (2002) Vidal (2009, 2005, 1990), Oscar Beozzo e Van der Grilf (2008), Dallabrida (2014, 2011, 2009), Souza (2008). Relacionaram-se a criação do Ginásio Pinheirense ao contexto das transformações econômicas, processo de redemocratização do país e de relações amistosas entre a Igreja e o Estado brasileiro. Estas relações amistosas reverberaram em acordos estabelecidos entre os MSC e o grupo político majoritário do estado do Maranhão dos anos 1950, viabilizando as ações estratégicas de reestruturação dos espaços político e religioso da Igreja Católica, por meio da educação escolar. A análise concluiu que a Igreja Católica investiu por meio dos MSC em educação escolar primária e secundária, a fim de reestruturar seu espaço de agência evangelizadora e socializadora de conhecimento, valores espirituais, morais e católicos. Agiu eficazmente no combate às demais expressões religiosas, romanizando o culto e assegurando sua soberania na sociedade brasileira e, mais especificamente, na Baixada e Litoral Ocidental maranhense.

Palavras-chave: Missionários do Sagrado Coração, Ginásio Pinheirense, Ensino secundário, católico

ABSTRACT

SOARES, Alairton Luis Araujo. **Ginásio Pinheirense: creation and insertion in the sociocultural contexto of lowlands and coastline West of Maranhão (1953 – 1963)**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In 1946 the first Italian Sacred Heart Missionaries (SHM) arrived in Pinheiro city, Maranhão. Between the decades of 40 and 50, the socioeconomic and cultural framework of Pinheiro was precarious: poor and illiterate population. There were two school groups and some individual schools, which offered only primary education. In 1947, Dom Afonso Ungarelli founded São José Seminary, for the formation of "native" priests to the Congregation, which was closed in 1950.Then the SHM founded the parish school in order to instruct and moralize poor children. In 1952, the parish school was equated to school groups, being called "Nossa Senhora do Sagrado Coração School Group", it had more classrooms, teaching resources and primary school teachers, and in 1953, they founded the Ginásio Pinheirense, secondary school, for the middle and upper classes from Pinheiro. By means of bibliographic, news, imagery and oral history sources, the aim of this study was to analyze the creation and insertion of the "Ginásio Pinheirense" in the sociocultural context of lowlands and coastline West of Maranhão based on the following categories: representation, materiality school, curriculum, target audience, teachers and professional trajectories of students from this institution. The sources were analyzed from theoretical and methodological contributions of Cultural History with emphasis on the benchmark of Michel de Certeau (2004, 1996,), Justino Ferreira Magalhães (2004, 1996) Roger Chartier (2002) Vidal (2009, 2005, 1990), Oscar Beozzo e Van der Grilf (2008), Dallabrida (2014, 2011, 2009), Souza (2008). The Ginásio Pinheirense's creation was related to the economic contexto transformation, country's democratization process and friendly relationship between the Church and the Brazilian State. These friendly relationship reverberated in agreements between the SHM and the majority political group in the state of Maranhão in 1950, enabling strategic restructuring actions of political and religious area of the Catholic Church, through school education. The analysis concluded that the Catholic Church has invested in primary and secondary school education in order to restructure its evangelizing agency space and socializing knowledge, and also its spiritual, moral and Catholic values. The Catholic Church has acted effectively in combating other religious expressions and romanizing worships and ensuring its sovereignty in Brazilian society and more specifically in Maranhense Western lowlands.

Keywords: Sacred Heart Missionaries, Ginásio Pinheirense, Secondary school, Catholic Church.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nível de Instrução da população de Pinheiro, 1950 33

Tabela 2 - Número de matrículas e de concludentes do Curso Ginasial do Ginásio Pinheirense entre os anos 1953 - 1963 139

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Bairro da Matriz, Pinheiro - MA 1956..... 30

Imagem 02 - Primeiro grupo de MSC vindos à Pinheiro..... 38

Imagem 03 - Disposição geográfica das Paróquias da Prelazia de Pinheiro no Mapa do Maranhão, 1946..... 39

Imagem 04 - Pe. Fernando Meloselli, Dom Afonso Ungarelli e Vitorino Freire [195-]..... 49

Imagem 05 - Capa do jornal Cidade de Pinheiro – 1 out. 1950..... 50

Imagem 06 - Seminário São José, 1950..... 57

Imagem 07 - Professoras da GENSSC, 1952..... 65

Imagem 08 - Rua Luís Domingues – GENSSC, prédio Centro de Pinheiro [195-] ... 66

Imagem 09 - Ginásio Pinheirense, Rua Luís Domingues, 1955..... 86

Imagem 10 - Ampliação do Ginásio Pinheirense, Rua Vitorino Freire, 1965..... 92

Imagem 11 - Pátio interno do Ginásio Pinheirense..... 93

Imagem 12 - Fachada frontal do Colégio Pinheirense, 1968..... 95

Imagem 13 - Internas e freiras do Convento Santa Marta das FNSSC, Rua Vitorino Freire, 1953..... 97

Imagem 14 - Alunos da 1ª e 2ª turmas do Ginásio Pinheirense, Praça da Matriz, 1954 100

Imagem 15 - Residência dos MSC, Rua Vitorino Freire [195-]..... 101

Imagem 16 - Sala de coeducação do Ginásio Pinheirense, 1953..... 125

Imagem 17 - Missa de Ação de Graças celebrada por dom Afonso Ungarelli, pátio interno do GP..... 132

Imagem 18 - Ensaio de Desfile do dia 7 de setembro, Praça Pe. Newton Pereira, bairro da Matriz [195-]..... 133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Currículo da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração – 1950..... 62

Quadro 2 - Diretoria do Ginásio Pinheirense (1953 – 1965) 108

Quadro 3 - Relação dos Professores do Ginásio Pinheirense com/sem registro profissional..... 112

Quadro 4 - Professores do 1º ciclo do Ensino Secundário (Curso Ginasial) do Ginásio Pinheirense, formação escolar e disciplinas lecionadas..... 113

Quadro 5 - Turma extinta do Ginásio Pinheirense – 1955..... 126

Quadro 6 - Distribuição do tempo dos trabalhos escolares do Ensino Secundário – Curso Ginasial, Reforma de 1942 131

Quadro 7 - Matrículas no sistema escolar, em números relativos, nos períodos de 1942/1953, 1950/1961 140

Quadro 8 - Cursos Superiores dos(as) egressos(as) do Ginásio Pinheirense entre os anos 1956 – 1963 142

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ACP	Associação Comercial de Pinheiro
APLAC	Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento de Difusão do Ensino Secundário
CF	Constituição Federal Brasileira
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CP	Jornal Cidade de Pinheiro
DESE	Divisão de Ensino Secundário
DL	Decreto-Lei
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EPNSSC	Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração
FNSSC	Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração
GENSSC	Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração
GP	Ginásio Pinheirense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDP	Liga Pinheirense de Desportos
LEC	Liga Estudantil Católica
LEE	Lei de Equivalência de Estudos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MSC	Missionários do Sagrado Coração
NEDHEL	Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
NIEPHE	Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação
NSSC	Nossa Senhora do Sagrado Coração
PDS	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 13

CAPÍTULO 1 – CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO GINÁSIO PINHEIRENSE 23

1.1 Aspectos políticos e educacionais do Maranhão nos anos 1946 a 1963..... 24

1.2 Pinheiro, a "Princesa da Baixada"..... 29

1.3 Aspectos econômicos e político-educacionais do Brasil nos anos 1950..... 33

1.4 Presença dos Missionários do Sagrados Coração em Pinheiro..... 37

1.5 A ação educativa dos Missionários do Sagrado Coração em Pinheiro..... 52

1.5.1 O Seminário São José: formação dos futuros padres MSC 53

1.5.2 A Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração (EPNSSC) 59

CAPÍTULO 2 – GINÁSIO PINHEIRENSE: Arquitetura e outros espaços educativos..... 68

2.1 Discursos dos fundadores do Ginásio Pinheirense (GP) 69

2.2 Ginásio Pinheirense: o lugar do edifício na cidade, organização do espaço e proposta educativa..... 82

CAPÍTULO 3 – SUJEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO GINÁSIO PINHEIRENSE..... 104

3.1 Organização administrativa e corpo docente do Ginásio Pinheirense..... 105

3.2 Exame de acesso, ginasianos e ginasianas..... 120

3.3 Programa e abordagem do processo de ensino-aprendizagem do Curso Ginasial do Ginásio Pinheirense..... 130

3.4 Demanda de matrículas do Ginásio Pinheirense..... 139

4 CONCLUSÕES..... 148

REFERÊNCIAS 154

APÊNDICE..... 169

ANEXOS..... 175

INTRODUÇÃO

Como residente na cidade de Pinheiro, ex-aluno do Colégio Pinheirense e, atualmente, professor de Filosofia do Ensino Médio da rede pública estadual passei a me interessar pela história da educação dessa cidade considerada a "Princesa da Baixada" Ocidental Maranhense. Esse interesse surgiu quando cursava Pedagogia, no Centro Universitário "Leonardo da Vinci", e concentrei meus estudos conclusivos nas instituições escolares locais, suas formas de gestão e práticas didático-pedagógicas.

O Colégio Pinheirense, assim denominado a partir de 1963, está situado em uma área central da cidade, Avenida Presidente Dutra, 465. Constitui-se de um imponente colégio de três pavimentos que se destaca, pela arquitetura moderna e área construída, dentre os demais prédios residenciais, comerciais e públicos adjacentes. Nele, ainda funcionam os ensinos Fundamental e Médio. Foi fundado pela Ação Social da Prelazia de Pinheiro, com a denominação Ginásio Pinheirense, em 1953 e sob responsabilidade dos Missionários do Sagrado Coração (MSC).

Dois motivos me fizeram escolher essa instituição escolar para estudo: por fazer parte da minha formação escolar e de vários familiares, por ter representado ou simbolizado para parte da população pinheirense, ensino moderno, propedêutico, que garantia o acesso ao mundo do trabalho, à educação superior e, consequentemente, ascensão social.

Elaborei projeto de pesquisa com objetivo de reconstruir 60 anos de história do Colégio Pinheirense, porém, no processo de formação do Mestrado na área de História da Educação e Historiografia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), o projeto foi tomando forma e conteúdo menos pretensiosos, saindo de uma perspectiva histórica "total" e adequando-se a perspectiva da História Cultural. Assim sendo, a pesquisa se limitou a analisar historicamente os dez primeiros anos de funcionamento da referida instituição, sob o título *Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense (1953 – 1963).*

Os estudos sobre instituições escolares desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 1990, entretanto, esporadicamente, surgiram antes dessa década. Atualmente, esses estudos representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da História da Educação, considerada em sua materialidade e sob a categoria abrangente denominada "cultura escolar" (NOSELLA e BUFFA, 2013).

Para Saviani (2013), atualmente a história das instituições escolares fixa-se como uma das principais linhas de pesquisa no campo da história da educação, basicamente por dois

motivos: a escola se tornou na sociedade contemporânea a forma principal e dominante de educação, e a ênfase das pesquisas históricas atuais na perspectiva da história cultural.

A quantidade de trabalhos acadêmicos sobre História das Instituições escolares confessionais no Maranhão é reduzida. Na Universidade Federal do Maranhão, as pesquisas sobre essa área de pesquisa são desenvolvidas pelo Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL), que integra a linha de pesquisa Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-graduação em Educação. No período de 2000 a 2014 encontrei os seguintes trabalhos: *A proposta pedagógica da Congregação missionária capuchinha na história da educação maranhense* (2003) da autora Maria Goretti Cavalcante, que faz uma análise histórica do Instituto Divina Pastora, fundado pelas missionárias capuchinhas em 1958. Maély Ferreira Holanda pesquisou sobre *O ensino confessional adventista em São Luís/MA: na reminiscência da sua trajetória histórica as pistas da sua expansão* (2010). Neste trabalho a autora analisa as estratégias de expansão da educação e do mercado educacional no contexto da diversidade religiosa no Brasil nos séculos XX e XXI, circunscrevendo no período de 1943 a 2010. Diulinda Pavão Costa defendeu em 2012 a dissertação intitulada *O cenário educacional na Princesa da Baixada (1920 – 1960),* analisada no discorrer da minha pesquisa. Em 2013, Claudeilson Pinheiro Pessoa apresentou *A obra educacional dos irmãos de Nicollet em Guimarães – MA (1955 – 1965).* O autor analisa a propagação e fortalecimento do catolicismo por meio da escolarização primária (Escola paroquial São José) e secundária (Ginásio Vimarense) implementada por irmãos missionários de Nicollet no município de Guimarães – MA.

No Centro de Ciências da Educação da Universidade do Piauí foi apresentada a dissertação intitulada *O Colégio São José e a formação das professoras normalistas em Caxias – Maranhão: formando para a igreja, para a pátria e o lar (1949 – 1972)* por Suely Barbosa Moura. A autora analisa o colégio dirigido por irmãs missionárias capuchinhas objetivando compreender o modelo educacional implementado no colégio, e conclui que o mesmo era pautado por valores católicos e patrióticos, e destinava a formar professoras normalistas disseminadoras desses valores.

Ao fazer essa abordagem sobre o "Ginásio Pinheirense" e o seu itinerário histórico como eixo temático, busco relacionar Religião e Educação escolar no Município de Pinheiro e contribuir para ampliação dos conhecimentos da História da Educação brasileira.

Especificamente sobre a história e a geografia de Pinheiro, encontrei os seguintes títulos: Quadros da Vida Pinheirense de Jerônimo de Viveiros; Coisas da nossa Terra: subsídios para a história de Pinheiro – coletânea de artigos publicados no jornal Cidade de Pinheiro de 1921 –

2003, de Francisco José de Castro Gomes; Da Povoação de Pinheiro à Princesa da Baixada: história cronológica do Município de Pinheiro, de Douglas Furtado Filho, além de duas Monografias de conclusão de cursos (SOARES, 1998) e (RUBIM, 2007) e uma dissertação de Mestrado (COSTA, 2012).

Em relação aos trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a ação missionária dos MSC e sua obra educacional foram encontrados três trabalhos: monografia de Rosilene Soares intitulada *Colégio Pinheirense: uma análise histórica* (1998), apresentada no Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para obtenção parcial de Licenciatura em História. A autora discorreu no Capítulo 1 sobre a história do Município de Pinheiro e a necessidade de implantação do Colégio Pinheirense. Entretanto a análise abarca um período muito longo, tomando como ponto de partida a fundação da cidade em 1856. No Capítulo 2, objetiva mostrar a atuação dos missionários contribuindo para o desenvolvimento educacional de Pinheiro, contudo, sem oferecer dados anteriores e posteriores à chegada dos MSC, que pudessem estabelecer um nexo causal de desenvolvimento. No Capítulo 3, procurou mostrar a trajetória histórica da educação Pinheirense e ainda abordar a qualidade do ensino naquele ano (1998) através de questionários aplicados aos alunos e aos professores. Para tanto, utilizou-se de entrevistas, questionário e análise de documentos (ata de fundação, regime interno, currículo).

Observo que, ao abranger um período demasiadamente longo, a pesquisa apresentou lacunas e metodologicamente destoou da atual abordagem historiográfica. Trata-se de um trabalho descritivo, que menciona os principais acontecimentos sem problematizar as condições de emergência da instituição e suas relações com a História da Educação Brasileira.

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) encontrei a monografia de Paulo César Souza Rubim, intitulada *Missionários Italianos em Pinheiro – MA – Reconstituição Histórica de sua obra de Evangelização*, apresentada ao Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica (PROEB) como requisito parcial para obtenção do grau em Licenciatura em História, 2007. Esta monografia aborda a história da Evangelização católica desde a fundação de Pinheiro até a chegada dos MSC em 1946, fazendo uma inflexão para a história do irmão leigo Frei José Preziosa, que dedicou toda a vida produtiva ao Ginásio/Colégio Pinheirense. Por meio de entrevistas, o autor elabora uma síntese biográfica de Frei José em tom laudatório, o que dificultou uma análise que evidenciasse as estratégias de poder através da obra educacional da Igreja Católica, por meio dos MSC, em Pinheiro.

Outro trabalho que menciona o "Ginásio Pinheirense" foi elaborado por Diulinda Pavão Costa, intitulado O Cenário Educacional na Princesa da Baixada (1920-1960), apresentado ao

Curso de Mestrado em Educação da UFMA em 2012. Na dissertação a educadora faz estudo pioneiro acerca das instituições escolares, o grau de ensino oferecido, as práticas e os sujeitos, que em tempos e lugares diversos contribuíram para o processo de escolarização de Pinheiro, no período de 1920 a 1960. Apenas o Capítulo 3, "Uma educação para a elite: o ginásio Pinheirense", abrange o período de 1953 a 1960 e discorre sobre a contextualização do ensino secundário, a criação do Ginásio Pinheirense, o corpo docente e administrativo, a apropriação dos saberes no Ginásio Pinheirense e as festas escolares no Ginásio Pinheirense.

Costa (2012, p. 33) declara [...] "esta pesquisa possa vir a se constituir um ponto de partida para outros trabalhos mais aprofundados, na medida em que os estudos nesta área são ainda pouco representativos. Logo, desejamos contribuir para preencher algumas ausências até então existentes na História da Educação de nosso Estado". Ao concluir o trabalho, Costa (2012, p. 147) ressalta que:

> [...] nossa pesquisa assume, entre outras, a característica de servir a novas possibilidades de investigação em relação às escolas estudadas, provocadas por questões deixadas abertas pelo presente trabalho. Assim, seria oportuno, aquelas relativas à arquitetura escolar, ao material didático, à proposta pedagógica, à trajetória dos ex-alunos, entre outros temas que podem suscitar o interesse de futuros pesquisadores.

O recorte cronológico, envolvendo cinco décadas, da pesquisa desenvolvida por Diulinda Costa e a declaração supracitada nas considerações finais do seu trabalho sugerem pensar sua pesquisa como sobrevoo sobre instituições objetivadas na sua pesquisa. Contudo, a autora suscitou a investigação de algumas questões não analisadas em seu trabalho, como por exemplo, arquitetura do GP e destino profissional de ex-alunos.

Considerando a carência de pesquisas sobre a História da Educação secundária no Maranhão, a pesquisa desenvolvida por Costa constituiu-se importante referencial para esta investigação. Assemelha-se quanto às técnicas de pesquisa utilizadas. Entretanto, desiguala-se no sentido de examinar as condições políticas e econômicas de emergência, as categorias representação, arquitetura, espaço e tempos escolares, estrutura organizacional.

Diferencia-se à medida que abordo a proposta de ensino dos MSC envolvendo a criação de três instituições educativas: o Seminário São José, a Escola Paroquial e o Ginásio Pinheirense, como medidas sucessivas e distintas no processo de reestruturação dos espaços políticos da Igreja Católica na região da Prelazia de Pinheiro.

O percurso da investigação foi pautado por alguns questionamentos: quem eram os primeiros missionários do Sagrado Coração vindos a Pinheiro? Quais as características do

contexto econômico e sociopolítico do Brasil e Pinheiro na época da chegada dos primeiros MSC? Quais interesses em construir estabelecimentos de ensino primário e secundário em Pinheiro? Que relações políticas os primeiros MSC estabeleceram para construí-los? A quem se destinava o estabelecimento de ensino secundário? Como se deu o processo de materialização, envolvendo as condições físicas, arquitetônicas e estrutura organizacional e que práticas de ensino/educativas desenvolveram nesses estabelecimentos? Quais as condições de emergência, de constituição, legitimação e atuação desse colégio na produção da cidade e do seu público escolar?

Como diz Certeau (2008, p. 81), a escrita histórica é reconstrução do passado. Todo trabalho histórico "[...] começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira". Neste sentido, reconstrução do passado das instituições educativas fundadas pelos MSC em solo pinheirense, na perspectiva da história da educação demandou a existência de fontes, tais como documentos internos e externos, relatórios, livro tombo, fichas de professoras, fotos e imagens, considerados registros/documentos das práticas escolares e institucionais.

E, para reconstruir esse passado, ou melhor para "apresentá-lo em um discurso que seja inteligível" (VIDAL, 1990, p. 82), adotei abordagem metodológica da história oral ao lado de documentos escritos e imagéticos. Os documentos orais foram reunidos a partir da colaboração de várias pessoas, que concederam entrevistas, deram informações verbais e pessoais, dentre elas, destaco os ex-alunos(as) Aderaldo Alves dos Santos, Maria de Jesus Ferreira e Sandra Mendes Leite, a ex-professora Maria Alice P. Moreira, as ex-alunas/professoras do Ginásio Pinheirense: Deny Reis Leite, Maria Regina Durans Mendes, Elvira Pereira, Raimunda Amorim; os padres Geraldo Lima Silva (diocesano) e Luís Risso (religioso MSC); irmã Janete de Fátima Alves (FNSSC) enviou-me por *e-mail* crônicas escritas por Madre Maria Dolores e informações sobre algumas irmãs que foram professoras e diretoras do Ginásio na década de 1950, e já falecidas.

O uso de fontes orais como instrumento metodológico nesta pesquisa teve o propósito de dar voz a diferentes atores e inserir diferentes visões dos acontecimentos passados por aqueles que fizeram parte da história do Ginásio Pinheirense, e nele viveram ou experienciaram diferentes práticas escolares. O uso da fonte oral consistiu no registro de depoimentos verbais e informações pessoais, gravados em diferentes suportes eletrônicos e confrontada com fontes escritas e imagéticas. O processo de reconstrução do passado pelo método oral pressupõe apelo à memória, na tentativa de dar inteligibilidade e ressignificar o vivido por diferentes sujeitos.

Talvez, dar voz aos diferentes atores ou sujeitos que compõem o cenário das instituições escolares sugira pensar que a reconstrução histórica das instituições baseada na história oral democratiza a narrativa historiográfica da própria instituição. Porém, corre-se o perigo dos discursos ou vozes dos depoentes se firmarem como "verdades", negando-se a participação do historiador ou deste reproduzir tais discursos, ou ainda, colocar-se "atrás do cenário fazendo-nos ver apenas as marionetes e não quem lhes puxa os cordões" (VIDAL, 1990, p. 78).

Dentre as fontes escritas fiz uso do hebdomadário *Cidade de Pinheiro* (CP) idealizado por Clodoaldo Cardoso juntamente com o Desembargador Elisabetho Barbosa de Carvalho. Teve como primeiro tipógrafo Manuel Cromwell. O primeiro exemplar foi lançado em 25 de dezembro de 1921. A edição era de 6 ou 8 páginas, tamanho 32 cm por 20 cm e trazia o seguinte expediente: redatores: Elisabeto Barbosa de Carvalho e Brasiliano Adonico de Castro Barroca. Chefe de oficinas: Manuel George Cromwell. O jornal *CP* é adquirido por compra de assinatura mensal ou de exemplares avulsos. Circula até os dias de hoje, contendo informações políticas, econômicas e sociais da região de Pinheiro e do estado do Maranhão (GOMES, 2004).

Em relação ao uso de jornal impresso enquanto fonte para a História, Capelato (1988) afirma que até a primeira metade do século passado, os historiadores brasileiros se posicionavam de duas formas distintas em relação ao documento-jornal como fonte da pesquisa histórica: ou desprezavam-no por considerá-lo fonte suspeita, talvez, uma fonte forjada por seus redatores, ou enalteciam por considerá-lo fonte da verdade. Neste caso, a informação noticiada era concebida como narrativa fidedigna da verdade.

O jornal *Cidade de Pinheiro* se constituiu um documento importante na pesquisa sobre a história do Ginásio Pinheirense por que os fundadores do jornal *CP* eram aliados políticos dos MSC. Estes publicavam no referido hebdomadário muitos eventos que aconteciam no ginásio, tais como Regimento interno, lista de alunos aprovados nos exames, festas de formatura, e até notas dos exames parciais e finais dos alunos. Sendo assim esse impresso jornalístico se tornou uma fonte informativa importante na reconstrução histórica do estabelecimento de ensino católico.

A inclusão da fonte jornalística pode ampliar horizontes, provocar reflexões no processo de construção de conhecimentos históricos sobre as sociedades do passado. No dizer de Capelato (1998, p. 21):

> A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os "ilustres", mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas;

> meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas.

Considerando a importância do jornal-documento, talvez seja necessário o historiador observar o quê, como, para quem e qual finalidade da publicação da notícia; problematizar a imparcialidade muitas vezes professada pelo jornal. Geralmente, nos jornais há jogos de interesses políticos, às vezes convergentes, outras divergentes. Nem sempre o que está escrito no jornal é relato fidedigno. Pode haver por trás de uma matéria publicada defesa de um posicionamento político, interesse econômico, de uma concepção religiosa majoritária, de uma causa social etc., muitas vezes dissimulando essas defesas ou interesses, e induzindo os leitores a determinado posicionamento a favor ou contra os interesses em jogo.

As imagens fotográficas que utilizei nesta pesquisa fazem parte do acervo do Colégio Pinheirense, outras do arquivo pessoal de Sandra Mendes Leite e algumas foram cedidas por pessoas que fizeram parte da referida instituição. A função dessas imagens foi auxiliar a narrativa histórica do aludido estabelecimento de ensino secundário católico. As fotos utilizadas servem para visualizar como o GP foi se estruturando no espaço geográfico da cidade de Pinheiro; para identificar os principais espaços educativos construídos pelos MSC; para apoiar as descrições de algumas práticas educativas e de evangelização protagonizadas por padres e freiras (FNSSC) educadores(as) de alunos(as) das classes média e alta da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense.

Algumas imagens contribuíram para análise dos principais espaços educativos construídos pelos MSC: Seminário São José, Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração e Ginásio Pinheirense, além de outros espaços agregados: o Convento Santa Marta e o Patronato São Tarcísio. A análise destes espaços por meio das imagens possibilitou melhor compreensão dos ideais, hierarquias, valores, finalidade do ensino promovido pelos fundadores da evidenciada instituição de ensino secundário.

Talvez, as condições de produção das imagens fotográficas postas neste trabalho sejam registros do desenvolvimento da ação missionária, dos investimentos financeiros que serviram de documento comprobatório do trabalho desenvolvido por MSC em Pinheiro, e, portanto, passaram ao âmbito da memória. Algumas são fotografias calculadas, outras tentam mostrar a dinâmica da ação, o processo das construções, o exercício das práticas educativas. Às vezes as imagens do cotidiano sugerem registros despretensiosos à primeira vista, mas, a análise aprofundada das imagens pode situá-las no âmbito das estratégias (CERTEAU, 2004), delimitando espaços, regras, corpo docente, hierarquias e autoridades do/no espaço escolar.

Neste sentido, Rachel Abdala (2013, p. 101) considera que as bases ou estruturas de produção, os arranjos, as particularidades dos registros fotográficos nas instituições escolares podem ser incorporadas ao terreno das estratégias.

> [...]. Instauradas pelos componentes institucionais da escola – leis, corpo docente, autoridades e espaço -, as estratégias configuram-se como elementos de poder, garantindo a permanência de determinado corpo semântico de significações e de suas respectivas práticas e materializações. Identificadas como características inerentes ao *modus operandi* institucional, as estratégias obedecem às leis desse lugar e são localizáveis e impostas como mecanismo de controle e de estabilidade, hierarquizando as práticas e organizando o espaço. As estratégias determinam, portanto, o resultado final dos registros fotográficos oficiais (ABDALA, 2013, p. 101).

Documentos escritos, orais e imagéticos são documentos históricos. São escolhidos pelo historiador por questões objetivas e/ou subjetivas, importando tomá-los como "documentos produzidos historicamente no que eles nos podem oferecer de subsídios à compreensão do passado e do que este passado se tornou no presente" (VIDAL, 1990, p. 82).

A partir das fontes mencionadas, tentei elaborar um ponto de vista histórico do "Ginásio Pinheirense" a partir de um arcabouço envolvendo aspectos do contexto político, econômico, sociocultural e religioso, categorias tais como representação dos fundadores, materialidade, arquitetura escolar, práticas e apropriações dos sujeitos do processo de ensino. Esse ponto de vista se relaciona a visão de Justino Magalhães (1996, p. 2) ao afirmar que

> Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Essas categorias foram analisadas na perspectiva da História da Educação a partir de uma abordagem da história cultural, tentando dialogar com aportes teóricos presentes nas obras de Dominique Julia, Diana Gonçalves Vidal, Justino Magalhães, Michel de Certeau, Noberto Dallabrida, Oscar Beozzo, Roger Chartier, Rosa Fátima de Souza, Antônio Vinão Frago e Agustin Escolano Benito, dentre outros pesquisadores da História e da História da Educação.

O percurso histórico que segui se estrutura na perspectiva da instituição educativa ou escolar enquanto "organismo vivo" complexo, integrado a política normativa e estrutura educativa do Estado, porém, concentra pluralidade de ideias que geram conflitos entre liberdades, criatividade, senso crítico dos seus atores, que às vezes se contrapõem às

normas/burocracia do sistema ao qual se integra e, por isso, reproduz e, ao mesmo tempo, produz cultura. Neste sentido, é organismo criativo, na sua vivência interna e construtivo na sua inter-relação com a comunidade e com os públicos a que se destinam. (MAGALHAES, 2004).

Dessa forma, o trabalho ficou estruturado com os seguintes capítulos:

No **capítulo 1**, discorro sobre o contexto das relações entre o Estado e a Igreja nos anos 1946 até 1963, considerando esse período proveitoso para a reestruturação da Igreja Católica no Brasil, que investiu fortemente em diferentes setores por meio de várias congregações missionárias que aqui se radicaram, disputou espaços com outras denominações religiosas, e protagonizou disputas entre conservadores e liberais no campo educacional.

Nesse contexto, os MSC chegaram em Pinheiro e colaboraram com o poder público local no fomento de políticas de desenvolvimento econômico, assistencial e educacional. O relativo desenvolvimento socioeconômico e educacional da região, na época, foi utilizado ideologicamente por lideranças políticas e religiosas com intuito de colocar o município no contexto do discurso nacional-desenvolvimentista dos anos 1950.

Dentre os investimentos dos MSC no setor educacional, analisados neste capítulo, destacam-se o Seminário São José e a Escola paroquial destinados a diferentes públicos e com objetivos específicos no processo de reestruturação do catolicismo na Região.

No **capítulo 2**, analiso a representação, o objetivo e a quem se destinou o GP explícita nos discursos dos fundadores. Analiso a representação materializada, isto é, em sua dimensão espaço-físico, arquitetônica, procurando identificar os espaços internos e seus significados, os tempos escolares, os espaços educativos anexos, nos quais ficaram aparentes o disciplinamento, os valores, as hierarquias no processo de ensino-aprendizagem.

No **capítulo 3,** considero na instituição escolar a ocorrência de práticas que são resultantes da relação entre o normatizado, o planejado e o vivido, e que se formam a partir dos interesses de seus agentes, de um suporte material, de um modelo administrativo, de diferentes e complexas práticas escolares. Por conseguinte, tentei analisar as disposições e práticas dos agentes administrativos do GP, das identidades dos sujeitos, o modelo e as práticas pedagógicas dos professores, evidenciando o trabalho educativo das freiras Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração (FNSSC) e dos padres MSC. Nesta análise tomei como referência o conceito de apropriação, segundo Magalhães (2004) no sentido de aprendizagens e percursos formativos dos sujeitos egressos do curso ginasial do estabelecimento de ensino secundário católico.

Ressalta-se que a história opera sempre em nível de reconstrução e que esta reconstrução nunca é perfeita (VIDAL, 1990). Neste sentido, a história do Ginásio Pinheirense contida neste

trabalho é um ponto de vista elaborado a partir da escolha de determinadas fontes e, portanto, outras interpretações históricas são inteiramente possíveis.

CAPÍTULO 1 – CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO GINÁSIO PINHEIRENSE

A Igreja Católica latino-americana não é uma instituição monolítica. Historicamente, a hierarquia eclesiástica católica liberou recursos financeiros e humanos em ações de evangelização, por meio de serviços assistenciais em igrejas, escolas, conventos, seminários, asilos, hospitais e adotou determinadas decisões internas e externas consoante a realidade nacional e regional, considerando as diversidades dos sistemas políticos, a variedade dos problemas sociais, políticos e econômicos e a exequibilidade dos recursos humanos e materiais da Igreja (AZEVEDO, 2004; LEVINE, 1992; MAINWARING, 1986).

Neste capítulo, analisam-se as condições que viabilizaram o processo de fundação, em 1953, do Ginásio Pinheirense como parte do projeto missionário e catequético implementado pela Igreja Católica, por meio da congregação Missionários do Sagrado Coração (MSC)[1]. Para tanto, busca-se compreender as estratégias políticas, educativas e de escolarização dessa Congregação a partir de 1946, quando se radicou em solo pinheirense. Entende-se que a configuração da trajetória de uma instituição educativa relaciona-se com a realidade mais ampla (contexto sociocultural). No caso do Ginásio Pinheirense, uma escola confessional católica, remonta aos investimentos da Igreja Católica para reestruturar seu espaço de agência

[1] Missionários do Sagrado Coração. Congregação religiosa católica fundada por Julio Chevalier, Emile Maugenest e Charles Piperon em 8 de dezembro de 1854. Devido à devoção à Maria, mãe de Jesus, adotaram como lema da congregação: "Amado seja por toda parte o Sagrado Coração de Jesus". O propósito da congregação religiosa seria reestabelecer a fé cristã católica da população da região do Berry, sul da França, considerada indiferente à religião e da qual quase desaparecera a prática religiosa católica (CUSKELLY, 1975; KERCK, 1987). Chevalier planejava fundar a comunidade feminina dos MSC. O plano tornou-se realidade quando houve cisão na comunidade religiosa "As Damas de Jesus Cristo". Após comunicação ao arcebispo de Paris e de ter recebido sua aprovação, formou-se nova comunidade denominada "Irmãs do Santo Nome de Jesus". As "Irmãs do Santo Nome de Jesus" dependiam da chancela de membro da hierarquia eclesiástica. A irmã superiora Maria Francisca solicitou ao padre Chevalier que as aceitasse como membros de sua nova congregação. A solicitação foi atendida sob condição de as irmãs acatarem novas regras e objetivos determinados pelos MSC: as religiosas deveriam se submeter a novo período de formação e acatar as regras e constituições dos MSC, a fim de adequar-se a novo estilo de vida, pois o padre pretendia formar uma congregação com fins missionários. Em 30 de agosto de 1874, durante missa celebrada por Chevalier na Paróquia de Saint-Cyr (França), as irmãs receberam a medalha que continha o símbolo da congregação: a imagem de Nossa Senhora, e passaram a ser chamadas "Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração" (FNSSC), encarregadas de desenvolver seu carisma na realização de trabalhos de assistência social, principalmente na condução da educação feminina. A espiritualidade das congregações MSC e FNSSC, exposta em suas Constituições de 1969, fundamenta-se em três aspectos: 1) amor profundo para com os seres humanos, em especial os pobres, considerando a pobreza sob suas diferentes formas: insegurança, sofrimento, solidão, discórdia e intolerância, falta de motivação e de ideal, fome etc.; 2) fé no amor de Deus revelado no Cristo e convicção de que os homens podem encontrar nEle repostas para suas necessidades. O serviço das congregações é proclamar o amor misericordioso de Cristo aos necessitados; 3) o amor deve ser revelado na caridade, na doçura e bondade. Em qualquer tempo, os MSC e FNSSC são chamados a mostrar a dignidade das pessoas, revelada por meio do Sagrado Coração de Jesus Cristo (CUSKELLY, 1975).

evangelizadora e socializadora de conhecimento na sociedade brasileira, mais especificamente no município de Pinheiro.

1.1 Aspectos políticos e educacionais do Maranhão nos anos 1946 a 1963

Nos anos de restabelecimento da democracia no país (1946-1964), o Maranhão tinha como principal liderança política o senador Vitorino Freire, que exerceu papel estratégico na mediação das relações políticas estabelecidas entre o governo estadual e o federal. Para isso, tinha a seu dispor "velhos profissionais da política", representados por comerciantes, industriais, fazendeiros, latifundiários e coronéis, que faziam a manutenção da ordem vigente para atender à classe hegemônica. Essa ordem era mantida por meio do clientelismo político (troca de favores) estabelecido por Vitorino Freire: "sua ação se centrava em torno do controle dos partidos políticos e das sub-lideranças com ele identificadas que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do Vitorinismo" (CALDEIRA, 1978, p. 60). Desse modo, o período de 1940 a 1964 passou a ser denominado de "era vitorinista" ou "vitorinismo", porque esse político deteve a supremacia na dinâmica política do Estado, sustentando seu domínio sobre a máquina estatal por meio de um conjunto de estratégias, entre elas: clientelismo, uso da força policial, manipulação eleitoral e manobras para excluir das disputas eleitorais seus ex-aliados, sendo acusado pelos opositores de arbitrariedades.

Vitorino Freire exerceu os mandatos de deputado federal e senador pelo estado do Maranhão, nos períodos de 1945 a 1947 e de 1947 a 1970, respectivamente. Como exemplo de sua presença marcante, estavam sob seu controle e liderança os governadores do Maranhão, Sebastião Archer (1945-1950); Eugênio Barros (1951-1956); Matos Carvalho (1956-1961); e Newton Bello (1961-1965) (RAPOSO, 1982).

Em relação às políticas educacionais para o ensino primário nesse período, por força do Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, passaram a vigorar no Brasil os seguintes tipos escolares: escolas isoladas (EI), compostas de turma única de alunos regidas por um professor; escolas reunidas (ER), aquelas compostas de duas a quatro salas de alunos e um professor correspondente ao número de salas; grupo escolar (GE) aquelas que possuíam um diretor, cinco ou mais turmas de alunos e quantidade de professor igual ou superior ao número de turmas; escola supletiva (ES), as que lecionassem ensino supletivo, com qualquer número de classes e correspondente quantidade de docentes (BRASIL, 1946). Em cumprimento à prescrição do

referido Decreto-Lei, o Governador Sebastião Archer da Silva baixou o Decreto-Lei estadual n. 1.462 de 31 de dezembro de 1946, adaptando às Leis Orgânicas (Decreto-Lei n. 8.529/01/1946) o ensino primário e normal do Estado. Desse modo, os tipos escolares (EI, ER, GE e ES) definidos pela legislação federal foram reproduzidos fielmente pelo Decreto-Lei maranhense, inclusive adotando as mesmas especificidades dos referidos tipos de escolas.

De acordo com Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Maranhão, em 1942, 44 municípios dos quais se dispunha de informações contabilizavam 28 grupos escolares, sendo 12 na capital (São Luís) e outros 16 localizados em 15 municípios (Caxias possuía 2 grupos escolares e os municípios de Araioses, Barra do Corda, Bacabal, Coroatá, Codó, Carolina, Flôres, Itapecuru Mirim, Picos, Pedreiras, Rosário, Balsas, São João dos Patos e Pinheiro possuíam 1 grupo escolar, cada). Considerando somente 44 municípios (dos 65 que compunha o Estado) informados no relatório, 28 deles não possuíam nenhum grupo escolar, estando, portanto, desprovidos da escola tida como o padrão ideal de qualidade no Maranhão desde o início do século XX[2]. Em 1947, o percentual de grupos escolares sofreu significativa ampliação, atingindo a cifra de 60 escolas, enquanto havia 91 escolas reunidas e 579 escolas isoladas (MARANHÃO, 1948, p. 85).

Os anos de 1946 a 1949 constituíram o período mais significativo da expansão da escola primária na história do Maranhão, em decorrência da política nacional de expansão do ensino primário, que na gestão de Eurico Gaspar Dutra previa construir "seis mil escolas rurais, duas centenas de grupos escolares e cinquenta escolas normais rurais" (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [195-] (IBGE), p. 217). Segundo Cruz (2013, p. 12), essa política contemplou o Estado "com recursos para construção de 112 prédios escolares para funcionamento de escolas rurais a serem implantadas em povoados, em regiões interioranas dos

[2] No Maranhão, a implantação do modelo graduado de escola começou na capital em 1903 e no interior do estado em 1905, funcionando precariamente até 1912. Nesse ano, as atividades de ensino foram suspensas devido ao descumprimento das normas estabelecidas pelo governo. Em 1919, por meio do Decreto nº 182, o governador Urbano Santos da Costa Araújo reimplantou o sistema graduado de ensino, criando nove grupos escolares, sendo oito na capital e um no interior, na cidade de Caxias (MOTTA, 2006; SILVA, 2011). O sistema primário de ensino era composto por diversos tipos de escolas, direcionado a setores diferenciados da sociedade: escolas isoladas (ou singulares), reunidas (ou agrupadas), escola modelo, grupo escolar, escolas rurais e escolas supletivas. Embora a implantação dos grupos escolares no Maranhão não tenha sido tardia, a visão de economia dos recursos públicos com a expansão desse tipo de escola não foi partilhada por unanimidade pelos governadores das três primeiras décadas do século XX. Embora reconhecessem a necessidade da construção de prédios escolares, não tomaram medidas rápidas, que viabilizassem tais construções, sempre alegando insuficiência de recursos financeiros. Esse motivo e demais condições necessárias ao funcionamento provocaram escassez de grupos escolares, sobretudo no interior do estado (CRUZ, 2013). A distância entre os alunos e a escola e o índice populacional foram os principais fatores que influenciaram no funcionamento de um ou de outro tipo escolar no interior do Maranhão; serviram de argumento para transformar uma escola isolada em agrupada, ou uma escola agrupada em grupo escolar (MARANHÃO, 1943).

municípios que haviam por muito tempo sido preteridas, em relação à capital, ou às sedes dos principais municípios".

Entretanto, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, o governador Sebastião Archer da Silva reclamou de problemas financeiros que, aliados à grande extensão territorial do Estado, seriam empecilhos para a existência de um sistema educacional "merecido, compatível com as gloriosas tradição e cultura" que o Maranhão possuía (MARANHÃO, 1948). No ano seguinte, Sebastião Archer registrou os seguintes problemas que envolviam a educação no Maranhão:

> [...] reduzido número de estabelecimento de ensino primário; [...] carência de meios de transportes que facilitem o acesso às localidades do interior; [...] dificuldade de encontrar professores dispostos a exercer o magistério fora da ilha e das cidades que ficam à margem da estrada de ferro; [...] e falta de recursos financeiros. (MARANHÃO, 1949, p. 83)

Note-se que, para os problemas apontados no sistema de ensino, os municípios mais afetados eram os do interior do Estado, e eram esses os problemas que a política de combate ao analfabetismo em nível nacional procurava minimizar. Em 1948-49 foi lançada a Campanha de Alfabetização de Adultos, quando passou por ampliação a rede de escolas primárias no interior do Maranhão. Segundo o relatório do governador Sebastião Archer, de 1950, "todos os 75 municípios maranhenses somavam 663 unidades escolares supletivas como igual número de professores, atingindo uma frequência de 21.491 alunos" (CRUZ, 2013, p. 13).

A partir da leitura das mensagens do governador Archer, observa-se o esforço em ampliar o acesso escolar nos municípios do interior do Estado; porém, no período estudado, o problema do analfabetismo permaneceu, pois consta no recenseamento do IBGE, (1955) que, no Maranhão, dentre as pessoas de 15 anos e mais, 73,61% eram analfabetas. Segundo Motta (2006, p. 150), os grupos escolares atingiram maior expansão na década de 1950, mas "[...] isso altera muito pouco o panorama desolador da escolarização no Maranhão".

Quanto à educação secundária, a distribuição das instituições de ensino ocorria de forma semelhante à primária. Nas décadas de 1950 e 1960, os estabelecimentos que ofereciam o ensino secundário (ginasial e colegial) concentravam-se na capital do estado. No interior, no início da década de 1950, havia estabelecimentos de ensino secundário somente nos municípios de Carolina e Caxias. Os demais encontravam-se carentes desse nível de ensino.

A expansão e distribuição dos estabelecimentos de ensino secundário no Maranhão nos anos 1950/60, ocorreu, principalmente, por meio da iniciativa privada, concentrando-se na capital do estado. Os interessados em prosseguir os estudos desse nível de ensino, dentro do

estado, teriam que se deslocar para a capital ou para um dos municípios – Caxias ou Carolina – e arcar com mensalidades pagas, o que era inviável para muitos. Este assunto será retomado no capítulo 2.

Havia esforço do Estado em promover a educação primária em todos os municípios maranhenses; entretanto, vários problemas, tais como falta de prédios, recursos humanos e financeiros, além de infraestruturais, dificultavam a ampliação da oferta de vagas pelo poder público, assim como também o acesso dos interessados às escolas existentes. Estes problemas, aliados à grande quantidade de pessoas analfabetas, justificam a criação de escolas paroquiais primárias e escolas secundárias promovidas pela Igreja Católica?

A Igreja tinha seus próprios motivos para criar escolas: disputa com as escolas laicas e propagação dos próprios valores. Entretanto, nesta pesquisa sobre a trajetória educativa dos MSC, observa-se que a criação das escolas paroquiais em vários municípios da Prelazia teve apoio das lideranças políticas locais e, por meio destas, subvenção do Estado no processo de concretização do projeto católico no município de Pinheiro.

Quanto à educação secundária em Pinheiro, era um projeto das classes média e alta pinheirenses. O Desembargador Elisabetho de Carvalho, Clodoaldo Cardoso e Josias Abreu Peixoto, principais lideranças políticas da região, tinham criado em 1922 o Instituto Pinheirense, "um educandário de instrução primária, secundária, cívica e moral, para ambos os sexos e [que] mantinha internato, semi-internato e externato" (VIVEIROS, 2007, p. 144). Porém, dois anos depois findaram suas atividades. Em 1926, as mesmas lideranças comunicaram ao governador Magalhães de Almeida que "definitivamente tinha sido resolvida a fundação da Escola Normal de Pinheiro" (VIVEIROS, 2007, p. 144).

Após oito meses de funcionamento da Escola Normal de Pinheiro, Rufino Inocêncio Coêlho, pai de Raimunda Mendes Coêlho, aluna da referida escola, ficou indignado com o conceito "insuficiente" recebido por sua filha na disciplina Aritmética, ministrada pelo professor Clodoaldo Cardoso. O pai foi pedir satisfações ao professor, porém, não satisfeito com as justificativas dadas, proferiu agressões verbais ao docente, ameaçou-o de morte e efetuou vários disparos com arma de fogo no interior da escola, causando pânico à comunidade escolar. Devido a essa ação violenta, a Escola Normal encerrou as atividades de ensino. A diretoria da escola publicou no jornal *Cidade de Pinheiro* o seguinte comunicado ao público:

> Em virtude da desagradável scena de que foi theatro hontem esta escola, aggredida à mão armada, collocando professores e alunos em estado de intranqüilidade, ficam suspensos os exames das cadeiras de Arithmética, Francez e Geographia, até que a congregação resolva a respeito (DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL, 1926, p. 5)

Malogradas as iniciativas anteriores, e com a chegada dos MSC em 1946, a elite local articulou com as lideranças políticas e religiosas da localidade o projeto de escola secundária confessional destinada principalmente à formação das moças pinheirenses, mas a matrícula foi estendida aos candidatos do sexo masculino. Foram em torno de projetos comuns, fundação de escolas primárias e secundária, que se estreitaram as relações entre o Estado e a Igreja em Pinheiro.

As ordens e congregações radicadas no Brasil exerceram e ainda exercem atividades pastorais, administram paróquias, formam freiras e padres (diocesanos e religiosos), atuam na área da Saúde e Assistência Social. Foi no trabalho empreendido no setor educacional que a Igreja Católica fez valer sua força como agência socializadora de conhecimentos, de valores morais e religiosos, como relata Dallabrida (2011, p. 78): "o episcopado brasileiro investiu suas melhores energias institucionais no estabelecimento de uma rede de escolas católicas no território nacional" sob o comando de grupos religiosos. Tais escolas tinham como objetivo a formação de moças e rapazes filhas e filhos das classes média e alta, ou seja, "as classes mais abastadas urbanas e a burguesia agrária" (DALLABRIDA, 2011, p. 82).

Nesse sentido, a criação de escolas secundárias femininas e masculinas tornou-se um dos principais itens dos programas de governo dos dirigentes oligárquicos, inclusive dos estados mais atrasados. Esses grupos dirigentes emprestaram ou cederam terrenos e prédios em condições vantajosas, conseguiram subsídios financeiros diretos ou sob forma de bolsa de estudos, convênios, contratos de serviços e, sobretudo, matriculando seus próprios filhos. Os grupos dirigentes mostraram-se particularmente empenhados no sucesso dessa política educacional entregue nas mãos das autoridades eclesiásticas e de congregações religiosas, sobretudo das estrangeiras, especializadas na prestação de tais serviços (MICELI, 1988).

Segundo Costa (2012, p. 102), desde sua gênese, o curso ginasial/secundário "não esteve destinado a atender às classes populares, mas aos filhos da elite, sendo o responsável por encaminhá-los para as profissões liberais mais valorizadas pela sociedade; somente ele dava acesso à universidade, tornando este nível de ensino elitista". Neste sentido, o Ginásio Pinheirense ofereceu ensino secundário de primeiro ciclo a meninas e meninos, de diversos municípios da Prelazia de Pinheiro, os quais seguiram variadas carreiras profissionais.

1.2 Pinheiro, a "Princesa da Baixada"

Pinheiro é município do estado do Maranhão, localizado a 335 quilômetros da capital, São Luís. Encontra-se na microrregião da Baixada Maranhense, mesorregião do Norte Maranhense. Inicialmente "Lugar de Pinheiro"; depois, por meio da Lei Provincial nº 439, de 3 de setembro de 1856, "Vila Nova de Pinheiro"; e em 30 de março de 1920 foi elevado à categoria de cidade, pela Lei nº 911, na gestão de Josias Peixoto de Abreu, dentre cujos trabalhos realizados destacam-se a instalação de luz elétrica, a construção do cemitério e do matadouro e o armazém (comporta que impede a salinização do Rio Pericumã, que banha a cidade).

O título de "princesa da baixada" atribuído à cidade de Pinheiro foi uma criação de Elisabetho Barbosa de Carvalho, Antonio Euzébio da Costa Rodrigues e Clodoaldo Cardoso, fundadores do jornal *Cidade de Pinheiro,* e oficializado por meio da Lei Municipal nº 441/73, na gestão do prefeito Filadelfo Mendes Filho (GOMES, 2004, p. 247).

De acordo com Chagas (1953, p. 18):

> A cidade começou a ser edificada nas proximidades do Lago da Faveira, que é piscoso e é bonito, se remontarmos aos primórdios de suas construções e do seu povoamento [...], mas é certo que ela assenta numa elevação com declives lentos, todavia, perceptíveis e que a Matriz foi erigida logo no pico mais próximo, naturalmente pela visão acanhada de seus primeiros habitantes não alcançar que a povoação poderia se estender como sucedeu, procurando horizonte mais amplo, na ânsia de crescer e progredir por essa área que lá adeante se abre como dois braços, dando-nos a impressão do maldito madeiro[3] da era antes de Cristo, hoje sagrado, graças ao martírio de Jesus.

Na Imagem 1, pode-se imaginar a descrição feita por Chagas: o bairro da Matriz, onde nasceu a cidade, a partir de uma fazenda construída pelo capitão-mor Inácio José Pinheiro em 1818. Nas proximidades da Praça da Matriz, hoje padre Newton Pereira, foram construídos os primeiros prédios públicos: Casa de Intendência, Câmara Municipal, Igreja, oficina de prestação de serviços, cemitério e, em frente à praça, a casa paroquial (trecho circundado à direita), onde em 1950 foi fundada a primeira escola paroquial (GOMES, 2004).

[3] "Madeiro da cruz" refere-se à cruz, que para os cristãos simboliza a salvação da humanidade.

Imagem 1 – Bairro da Matriz, Pinheiro (MA), 2006
Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes.

Nas primeiras décadas do século XX, as atividades econômicas limitavam-se à pesca e à pecuária semi-intensiva, destacando-se a criação de gado vacum e cavalar, e ao extrativismo de amêndoas do babaçu e do tucum, vendidas no comércio local. Na época, a base comercial era o produto da força de trabalho dos pequenos lavradores que ofertavam a produção de suas roças aos estabelecimentos comerciais. Os lavradores tinham seus produtos barateados, mas geravam elevados lucros aos comerciantes. Nessa troca desigual, a burguesia de Pinheiro enriquecia à custa dos pequenos lavradores.

Segundo Abreu (2006), no decorrer da segunda metade do século XX, o comércio passou a se desenvolver, chegando a cerca de 85 casas comerciais, incluindo lojas, bazares, botequins, farmácias, drogarias, padarias, sapatarias. Assim, o comércio se mostrou um setor econômico importante do município. O crescimento desse equipamento econômico levou à necessidade de criar uma associação que defendesse os interesses da classe. Dessa forma, em 1943 foi fundada a Associação Comercial Pinheirense (ACP), marcando a história da organização econômica de Pinheiro, conforme relata Furtado Filho (2003, p. 64):

> Aos cinco dias do mês de setembro de 1943, nesta cidade de Pinheiro do Maranhão, no salão nobre da Prefeitura Municipal sito à Praça da República, canto com a avenida Getúlio Vargas, aí, reunidos, comerciantes, lavradores, fazendeiros, industriais, proprietários e outros representantes [...] declarou aberta a sessão, e que, conforme as reuniões anteriores tenham essa assembleia pôr fim a fundação da Associação Comercial de Pinheiro [...]

Note-se que a ACP envolvia não apenas a participação de comerciantes, mas também a de lavradores, pescadores, fazendeiros, entre outros que se reuniam, a fim de discutir as questões econômicas importantes para toda a Baixada e Litoral Ocidental Maranhense.

Nas décadas de 1940 a 1960, houve significativo aumento dos equipamentos urbanos (iluminação pública, pavimentação de ruas, construção de praças, sarjetas, meios-fios, jardins etc.) e socioculturais de Pinheiro. Já havia sido criado o hebdomadário *Cidade de Pinheiro*, com a primeira tiragem em 1921; a Biblioteca Popular, criada em 1924; o Clube Social de Pinheiro – Clube Recreativo Pinheirense, em 1933; o primeiro posto médico foi inaugurado em 1944; a Liga Pinheirense de Desportos (LPD), em 1949; o Cineteatro Pinheiro, em 1954; e a primeira Exposição Agropecuária em 1956, nas festividades do centenário da cidade. O aumento dos equipamentos urbanos de Pinheiro será retomado no próximo capítulo.

No jornal *Cidade de Pinheiro*, Mariano Chagas (1953) fez um balanço dos avanços dos equipamentos socioeconômicos da cidade, que a colocavam no patamar de civilização, mas denunciou a escassez e falta de benefícios, que acentuavam a desigualdade social.

> A lavoura, a pecuária e o comércio colocam Pinheiro à vanguarda na Baixada Maranhense [...] no setor-produção, basta citar que ficamos no 4º logar como produtores de babaçu, pois Pinheiro, nesta zona, é o habitat privilegiado dessa oleaginosa [...]. Intelectualmente falando, temos um jornal semanário [...], já temos o "Ginásio Pinheirense" e gosamos dos fóros de gente civilizada [...] Pinheiro se ressente, todavia, da falta de benefícios, como estradas, pontes, escolas ambulantes e um posto médico com guardas sanitários itinerantes. (CHAGAS, 1953, p. 18)

O balanço feito pelo jornalista Mariano Chagas, no discurso supracitado, expôs a situação paradoxal de Pinheiro quanto à questão do desenvolvimento: por um lado, destacava-se por crescimento das atividades ligadas à agricultura, pecuária e comércio; por outro, havia carência de infraestrutura, saneamento básico e escolas, todavia, o jornalista aludiu ao fato de o município possuir um ginásio, que o sintonizava com as ideias sobre a educação em nível nacional, ou seja: a educação consolidada como principal fator de progresso e civilização.

Em relação à oferta de escolarização primária, o município possuía 32 escolas isoladas no início da década de 1950 (DADOS..., 1953, p. 18), sendo que o primeiro grupo escolar de Pinheiro, "Odorico Mendes", foi criado por meio do Decreto nº 1.128, de 4/02/ 1927, assinado pelo governador do Maranhão, Magalhães de Almeida. A primeira diretora foi Zélia Pederneiras Costa e as primeiras professoras foram Naíza Antunes de Sousa, Francisca Souza e Maria Hilda Monteiro. Somente em 1942 ocorreu a construção do prédio definitivo, que tinha capacidade para receber "104 alunos, de primeiro ao quinto ano" (GOMES, 2004, p. 77).

O segundo grupo escolar denominado "Desembargador Elisabetho de Carvalho" foi inaugurado em 10 de fevereiro de 1941 pelo prefeito municipal doutor Antônio Euzébio da Costa Rodrigues, a partir da reunião de escolas isoladas de alguns bairros da cidade, a cargo de professoras leigas: Geni Gomes Soares, Zirza Fernandes Jinkings e Doninha Pereira; e as professoras normalistas nomeadas Maria Fausta, Maria Vitória e Dalva Ribeiro, primeira diretora. Assim, Pinheiro passou a ter seu primeiro grupo escolar municipal (GOMES, 2004).

Os dois grupos escolares ofereciam o ensino primário, mas muitos não continuavam os estudos no ensino secundário por não terem condições de deslocamento para outras cidades. As famílias com poucos recursos financeiros tinham dificuldades ou ficavam impedidas de formar seus filhos no ensino secundário, tornando-se imperativa a criação do ginásio.

Considerando a quantidade de estabelecimentos escolares, 32 escolas isoladas e 2 grupos escolares no município, havia necessidade de mais investimentos no setor educacional, que justifiquem a atuação dos MSC nesse setor?

Destacando-se que os investimentos dos MSC na educação primária e secundária no município de Pinheiro iniciaram na década de 1950, talvez a análise de dados relativos ao crescimento e nível de instrução da população possa responder à questão levantada.

Em relação ao crescimento demográfico de Pinheiro, segundo dados do IBGE, (1952), em 1940 eram 29.638 habitantes; em 1950 somavam 39.256 (IBGE, 1955, p. 96), e em 1960 se elevou para 48.713 habitantes (IBGE, 1968, p. 43).

Na década de 1950, o número de habitantes desse município nesse ano era 39.256[4], sendo que apenas 4.477 moravam na cidade, 154 na Vila Roque (distrito de Pinheiro) e 34.625 moravam na área rural, um aumento de 32,45% em relação a 1940 (IBGE, 1955). A tabela 1 refere-se à população presente na residência no período do recenseamento. Desta, notem-se dois grupos: o total de pessoas de 5 anos e mais presentes que sabiam ler e escrever correspondia a 18,72% da população, e os que não sabiam ler e escrever (analfabetos) eram 78,38%. Outro grupo apresentado na tabela, correspondente a 2,90% da população presente de 10 anos e mais, possuía algum grau de instrução: elementar, médio ou superior completo.

Na Tabela 1, demonstram-se quantitativamente a população presente e o nível de instrução da população de Pinheiro por ocasião do censo demográfico de 1950.

[4] A data de referência para o Censo Demográfico de 1950 foi fixada em 1º de julho. Foram recenseadas, em cada domicílio, as pessoas que aí passaram a noite de 30 de junho para 1º de julho, bem como os moradores efetivos, temporariamente ausentes, inclusive os menores internados em estabelecimentos de ensino de qualquer espécie. Foram igualmente recenseadas as crianças nascidas no dia 30 de junho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1955, p. XI).

Tabela 1 – Nível de instrução da população de Pinheiro, 1950

População		Homens	Mulheres	TOTAL
População presente com 5 anos e mais		16.816	17.249	34.065
Pessoas presentes com 5 anos e mais que sabem ler e escrever		3.314	3.064	6.378
Pessoas presentes com 5 anos e mais que não sabem ler e escrever		13.019	13.678	26.697
Pessoas presentes com 10 anos e mais que possuem curso completo, por grau	Elementar	451	484	935
	Médio	19	21	40
	Superior	13	2	15
	TOTAL	483	507	990

Fonte: o autor, com base em: IBGE, (1955, p. 73, 75).

Os percentuais relativos à instrução do município de Pinheiro ressaltam o problema do analfabetismo e podem sugerir insuficiência de escolas e vagas em todos os níveis de ensino, indicando que as lideranças políticas precisavam adotar medidas efetivas que dessem condições à população de instrução pública primária e secundária.

Segundo Xavier (2001), as mudanças introduzidas nos anos 1950 nos setores industrial e comercial fomentaram generalização do modelo urbano de vida e ampliaram as expectativas de ascensão social por meio da educação. Neste sentido, note-se que ao crescimento demográfico e econômico está associada a demanda por escolarização, pois esta passou a ser atributo necessário ao próprio desenvolvimento econômico.

Esse cenário do município de Pinheiro caracterizado por alto índice de analfabetismo, crescimento populacional e melhoria da economia promovidos pelo desenvolvimento da agricultura e pecuária oportunizou os investimentos dos MSC (construção de escolas, contratação de professores, aquisição recursos didáticos). Esses investimentos feitos pelos MSC no setor educativo, primeiramente no ensino primário, e depois no secundário, tiveram relevantes auxílio financeiro e apoio do poder público municipal e estadual.

1.3 Aspectos econômicos e político-educacionais do Brasil nos anos 1950

A história do Brasil que vai de 1946 até 1964, Beozzo (1979, p. 12) classifica de "populista, depois desenvolvimentista", regida pela Carta Magna de 1946, considerada de cunho Liberal. No que tange à relação Igreja e Estado, a Constituição de 1946 mantém o

princípio republicano desde 1891, o da separação entre ambos e o da independência religiosa. Mas reafirma a colaboração/parceria do Estado à Igreja no que se refere às atividades ao bem comum, já aprovadas na Constituição de 1934. A mesma Carta de 1934 assegurou o ensino religioso nas escolas públicas, presença de capelães nas Forças Armadas, subvenção estatal para as atividades assistenciais ligadas a Igreja, isenção de impostos etc., confirmados na Constituição de 1946. Todavia, várias disputas ocorreram no cenário sociorreligioso, político-educacional, envolvendo católicos *versus* liberais, protestantes e espíritas, sendo algumas pontuadas na escrita deste trabalho.

Nesse período, surge o sacerdote Hélder Câmara, personalidade central na Igreja, que em 1947 foi nomeado Assistente Nacional da Ação Católica. É um momento em que Igreja se esforça para manter sua missão no seio da sociedade através do apostolado dos leigos. Souza (2004, p. 78) assinala que a Ação Católica

> [...] nascera calcada na Ação Católica italiana criada pelo Papa Pio XI, evoluiu a partir da influência francesa, belga e canadense, para a Ação Católica especializada, com seus setores, principalmente de jovens, do mundo rural (JAC), estudantil (JEC), independente, isto é, de classes médias (JIC), operário (JOC) e universitário (JUC). Esta ação católica, na década de 1950 e início da de 1960, foi responsável por um forte dinamismo da Igreja e por sua presença na sociedade mais ampla.

Por meio da Ação Católica, a Igreja implementou uma virada significativa em direção ao engajamento social e político junto aos setores da sociedade brasileira que viviam em situação de marginalização no processo de rápido crescimento econômico, urbanização acelerada e transformações socioculturais.

Neste contexto, a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por iniciativa de Dom Helder Câmara, em 1952, desempenhou papel chave na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização.

É um período caracterizado por mais liberdade ideológica, mudanças na economia e por um processo de industrialização e urbanização crescentes. No plano econômico, Vargas (1951 – 1954) fez investimentos públicos no sistema de transporte e energia, adotou medidas que promoveram o desenvolvimento econômico, sobretudo no setor industrial, inclusive, criou em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o propósito de acelerar o processo de diversificação nesse setor. Além disso, fez concessões aos trabalhadores, buscando com isso reaver o apoio popular, a fim de com isso garantir o cumprimento do seu

programa econômico. No início de 1953, nomeou para ministro do Trabalho o político gaúcho João Goulart, que reorganizou os sindicatos, buscando novamente a aproximação destes com o governo. Promoveu a nacionalização do petróleo, com a criação da Petrobrás em 1953. Elaborou o projeto de ampla empresa estatal do setor energético, a Eletrobrás, unificando o sistema de geração e distribuição de energia no país, porém, esse projeto foi concluído durante o governo da ditadura militar.

Segundo Fausto (2015), o governo Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) pode ser considerado de estabilidade política e de otimismo promovidos por altos índices de crescimento econômico, pela realização de um sonho: a construção de Brasília. A política econômica de JK foi fixada no Programa de Metas, que envolvia 31 metas distribuídas em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília.

A fim de melhorar a burocracia da administração pública, JK criou novas entidades e órgãos paralelos, por exemplo, ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). Surgiu a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) com o propósito de planejar a expansão industrial no Nordeste, diretamente ligado à Presidência da República.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, subordinado ao MEC foi importante órgão de assessoria ao Programa de Metas. O conjunto de metas adotado por JK visou maior dinamismo no setor econômico nacional, marcando a história do Brasil pela expressão nacional-desenvolvimentismo. Segundo Fausto (2015, p. 364), essa expressão "sintetiza uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização".

O Programa de Metas do governo de JK reservou a última meta à educação. Nesta, considerava o problema do ensino vinculado ao processo de institucionalização de uma educação para o desenvolvimento econômico, ou seja, um ensino que viabilizasse a profissionalização dos indivíduos, desde o ensino primário, para o mercado de trabalho.

Segundo Bomeny (2016), o setor educacional foi beneficiado com apenas 3,4% dos investimentos destinados ao ensino profissionalizante, a fim de formar mão-de-obra técnica de nível médio, deixando a universidade para aqueles que tivessem vocação intelectual. Os recursos financeiros destinados ao ensino industrial entre os anos 1957 e 1959 foram quadruplicados.

Quanto ao problema do analfabetismo e à educação elementar, JK, paradoxalmente, solicitava recursos privados para a educação, reiterando o velho discurso de que o Estado, sozinho, não poderia assumir as despesas com a universalização da educação básica. Contudo, esteve disposto a conceder recursos financeiros federais para instituições particulares que

colaboraram com o governo na incumbência de distribuir serviços educacionais. Na administração de JK, os recursos da União que seriam investidos na educação não ultrapassaram a quantia de 6,10% (BOMENY, 2016).

A CF de 1946 foi um documento de inspiração liberal democrática, porém, os princípios liberais desse documento diferem da filosofia liberal inspiradora da política econômica dos séculos XVIII e XIX que propagava a "total liberdade de empresa e, particularmente, da livre iniciativa em matéria de educação" (ROMANELLI 2013, p. 176). Seus princípios fundamentaram-se nas doutrinas sociais do século XX, que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, por meio da intervenção do Estado.

Com base na doutrina elaborada pela Carta de 1946, em seus artigos 166 a 175 dedicados à Educação e à Cultura que o então Ministro da Educação Clemente Mariani encaminhou, em 1948, proposta de LDBN ao Congresso, que passou treze anos em tramitação, com recorrentes discussões entre educadores progressistas defensores da escola pública e os conservadores partidários e defensores da escolarização à livre iniciativa privada. De um lado, os educadores liberais "proclamavam a necessidade do Estado assumir sua função educadora e a garantir a sobrevivência da escola pública" (ROMANELLI, 2013, p. 182); defendiam o ensino público, obrigatório e gratuito. Do outro, os conservadores representados pela Igreja Católica, que alegando "aos direitos da família" em educar, favorecia a escola privada e opunha-se ao monopólio do Estado.

As discussões acaloradas sobre ensino público *versus* ensino privado extrapolaram o âmbito do Congresso e ampliou-se com a participação de várias entidades, tais como a Igreja Católica, a imprensa, partidos políticos e associações profissionais. Alguns desses setores, independentemente da posição ideológica, defendiam a escola pública como um patrimônio necessário às demandas sociais, políticas e econômicas em mudança, na época.

Nesse contexto, em 1959, veio a público o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados referenciando às ideias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O "Manifesto de 1959" foi redigido também por Fenando de Azevedo. Vários educadores e intelectuais, de diferentes posições ideológicas (liberais, liberais-progressistas, socialistas, comunistas, nacionalistas etc.) apoiaram o novo Manifesto. Entretanto, este não foi favorável à centralização do ensino pelo Estado. Foi favorável à coexistência das redes pública e particular, porém, preconizou que os recursos públicos servissem somente ao sistema público e que as escolas privadas se subordinassem à fiscalização oficial.

Os defensores da rede privada de ensino, que consideravam o direito e a liberdade das famílias escolherem o tipo de ensino que queriam para seus filhos, saíram vencedores ao ser

aprovada a LDBN 4.024/61, pois, em seu art. 95, alínea "c" previa que a União dispensaria sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de subvenção e "financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor". Esses preceitos favoreceram a ação da Igreja Católica que continuou exercendo considerável influência na sociedade brasileira por meio da educação. Na época, a superioridade do número de colégios católicos, destinado às classes média e alta, bem como a tradição católica do povo brasileiro permitiu a ampliação da atuação da Igreja no seio da sociedade.

Segundo Romanelli (2013), o resultado das discussões em torno da Lei 4.024, por um lado foi negativo, no que se refere ao produto final, ou seja, a promulgação da lei não beneficiou o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro. Por outro lado, a luta em torno da elaboração da referida lei foi positiva, pois revelou a disposição dos educadores da geração de 1930 (Pioneiros da Educação Nova), acompanhados em 1950 por nova geração de educadores e discutir sobre os problemas educacionais daquele período.

1.4 Presença dos Missionários do Sagrado Coração em Pinheiro

Segundo Beozzo (1979) e Dallabrida (2011), após a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, Roma passou a reorganizar a Igreja, estimulando a vinda de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas para o Brasil. Leonardi (2009) afirma que desde 1890 até a segunda metade do século XX começou um movimento de vinda de congregações estrangeiras para o Brasil, movidas pela combinação de três fatores: a) retomada de espaços políticos por parte da Igreja com o estímulo à vocação missionária da igreja; b) secularização dos estados europeus e perda de espaços das ordens e congregações religiosas docentes nesses países, por exemplo a França; e c) a feminização do catolicismo, processo acentuado a partir do século XIX, na Europa. Este último fator é importante, pois em 1920 chegou em Alfenas, Minas Gerais, a Congregação religiosa católica, também fundada por Julio Chevallier, as Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração (FNSSC), que administrou o Ginásio Pinheirense por dez anos, início de 1953 ao final do ano de 1962, o que será exposto mais adiante neste trabalho.

Os MSC, da província italiana, chegaram ao Brasil em um período em que, segundo Beozzo (1979, p.13) "as relações entre o Governo e a Santa Sé são excelentes e a colaboração

entre Igreja e o Estado atinge níveis até então desconhecidos, seja na Amazônia, no quadro das Missões, seja no Nordeste [...]"

Antes da chegada dos MSC, a *prelazia nullíus*[5] foi administrada por dom Carlos Carmeli no período de 1940 a 1944, e desse ano até 1946, pelo padre José Maria Lemercier. Dom Afonso Maria Ungarelli, nomeado em 1940 por Pio XII, tomou posse em 18 de agosto de 1946, ficando no cargo até 1975. Em sua companhia chegaram a Pinheiro os primeiros MSC (imagem 2).

Mas, já em 1939, a Nunciatura Apostólica no Brasil, atendendo à solicitação da Diocese de São Luís, criou a prelazia a ser instalada na Baixada Ocidental maranhense. A Prelazia de Pinheiro foi entregue aos MSC; porém, as circunstâncias da Segunda Guerra Mundial protelaram sua vinda, que ocorreu apenas em 15 de agosto de 1946, dia dedicado à Assunção de Nossa Senhora. Os católicos passaram a associar esta efeméride à proteção e bênção mariana ao trabalho/missão que doravante seria desenvolvido pelos MSC em terras pinheirense.

Imagem 2 – Primeiro grupo de MSC vindos a Pinheiro, 1946[6]
Fonte: Arquivo pessoal do padre Geraldo Lima Silva.

[5] Segundo padre Geraldo Silva, entende-se por prelazia a divisão territorial e administrativa da Igreja Católica com o objetivo de organizar e tornar mais eficaz a gestão da evangelização. Como se trata de um processo para se tornar diocese, significa que não tem recursos próprios para se organizar. Daí que há um investimento de recursos financeiros e humanos no processo de implantação, diretamente do Vaticano. Entrevista concedida em 25/02/2015, às 10:25 h, na residência Episcopal em Pinheiro. Nullius é a abreviatura de *prelazia nullius dioeceseos* (de nenhuma diocese).

[6] Nota: Na parte superior, da direita para a esquerda: padre Augusto Mozzeti, frei José Preciosa e Humberto Giungarelli. Na parte inferior, da direita para a esquerda, padre Cornélio Dan, dom Afonso Ungarelli, Fernando Meloselli, Fiorino Fiorini, Hamleto D'Angelis (mais alto) e padre Pedro Sambalino (encostado em uma peça do navio "Duque de Caxias" – Santos, SP).

Após alguns meses, os primeiros MSC (imagem 2) foram divididos estrategicamente nos seguintes municípios, que compunham a jurisdição da prelazia: em Pinheiro (sede) ficaram Fernando Meloselli, Pedro Sambalino e frei José Precioza, que deveriam atender aos municípios de Santa Helena e Bequimão; para Cururupu foram enviados Cornélio Dan e Humberto Giungarelli, com cura pastoral no município de Guimarães; em Turiaçu, os padres Fiorino Fiorini e Hamleto D'Angelis; e em Carutapera ficou o padre Augusto Mozzetti (MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO, 1996, p. 22).

Desse modo, com a divisão dos municípios a cargo dos padres, os MSC se estabeleceram num território de 42.486 km², abrangendo parte do Norte do Maranhão (imagem 3), chamado de Baixada Maranhense, e todo o Litoral Ocidental Maranhense, onde passaram a implementar ações efetivas de evangelização, exigindo dos católicos práticas litúrgicas de acordo com os cânones da Santa Sé, conforme o mapa do Maranhão a seguir:

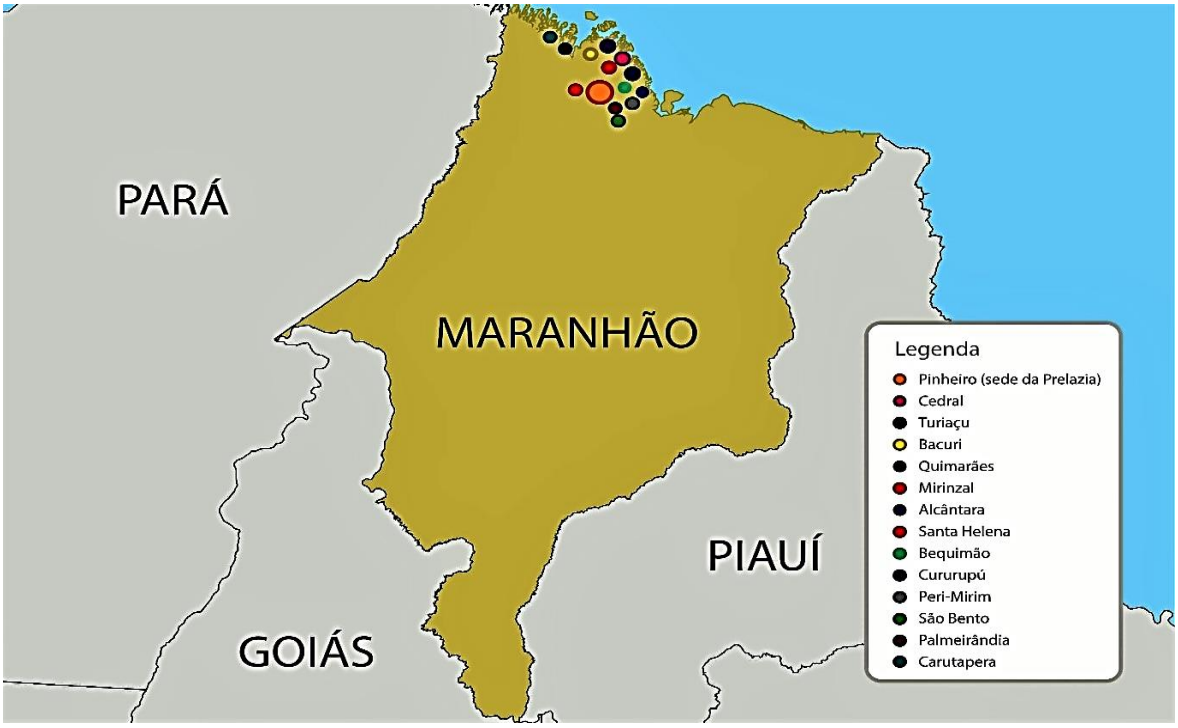

Imagem 3 – Disposição geográfica das paróquias da Prelazia de Pinheiro no mapa do Maranhão
Fonte: o autor, com base em: MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO... (1996, p. 24).

Depois do primeiro grupo de MSC, citado acima, vieram ainda em 1947, o padre Arcangelo Cucchiari e frei Luis Milone; em 1948, os padres José Ialea, Lourenço Rondinini e Mario D'Alberto; 1949, os padres Miguel Ianniello e Silvio Salvadori; em 1950, os padres Bento Dominici, Carmelo Cassati, Domingos Fiorini e Luis Zecchinato; em 1951, os padres Pedro Tidei e Mario Tondelli; em 1952, os padres Francisco D'Agostinho, Alessandro Fidele e

frei Julio Marangon; em 1956, padre Angelo Benedetti; em 1959, os padres Pedro Zulian; 1960, padre Francisco Di Cori, Luis Risso, Mario Siniscalco; em 1964, padre Franco Cantalamessa. Em 1959, foi ordenado o primeiro padre pinheirense MSC, padre Tomás Beckman, e em 1961, foram ordenados os irmãos padre Almir e Geraldo Lima Silva. Até 1973, chegaram padres italianos em Pinheiro (MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO, 1996, p. 20), que exerceram atividades pastorais nas diferentes paróquias que faziam parte da prelazia.

Antes da chegada dos MSC, as práticas religiosas católicas, tais como festas, procissões, novenas, rezas e ladainhas dedicadas aos santos eram com frequência realizadas nas capelas e residências das pessoas. Ou seja, ocorriam vivências sincréticas de religiosidade católica entre os populares. O atendimento de padres era esporádico, por meio das desobrigas[7]. Segundo Paulo César Rubim (2007, p. 18), nos dez anos anteriores à vinda dos MSC, apenas o padre Newton Inácio Pereira atendia à população pinheirense.

A criação da prelazia foi anunciada em 3 de agosto de 1939 e no dia 6 a edição do *Cidade de Pinheiro* publicou estes comentários:

> Ainda não sabemos os limites que circunscreverão a Prelazia de Pinheiro, mas podemos adiantar que se estenderão desde Cururupu até Alcântara. Sendo assim, todos os padres seculares, residentes nas paróquias compreendidas nesse trecho, serão removidos para outras cidades, pois a Prelazia será colocada sob a direção de uma Ordem religiosa representada por um prelado nullius, que terá residência em Pinheiro e conservará às suas ordens um número variável de frades. As exigências do serviço religioso e a boa vontade da Ordem a quem for confiada a direção da Prelazia poderão trazer para cá um bom número de auxiliares do prelado. (FOI CRIADA..., 1939, p. 1)

Os comentários sugerem que a decisão de remover todos os padres seculares das paróquias foi uma atitude importante do arcebispo do Maranhão na época, dom Carlos Carmelo, no sentido de deixar os MSC totalmente responsáveis para tomar decisões e reorganizar as práticas religiosas da população. Pode ter sido uma exigência da própria congregação para que não ficasse nenhum dos padres seculares a interferir em suas ações de recatolicização, ou, ainda, tal decisão e exigência podem ter sido partes de um acordo.

As festividades que antecederam a acolhida dos MSC no Porto da Faveira foram repletas de orações, cerimônias, cantadas e foguetes e culminaram com a posse de dom Afonso. Em seguida, foi servido um grande banquete oferecido pelas autoridades locais, na casa do prefeito

[7] O termo "desobriga" era utilizado pelos padres católicos durante o período do Padroado. Era obrigação do padre visitar as capelas e realizar os sacramentos. No instante que ele cumpria esse dever, estava "desobrigado", sem necessidade de permanecer por mais tempo na capela da localidade (BRANDÃO, 1985, p. 36). O termo é utilizado até hoje pelos vigários paroquiais, no interior do Brasil.

Josias Peixoto de Abreu. Este evento, anunciado no jornal *Cidade de Pinheiro* (18 ago. 1946, p. 1), pode ter simbolizado o início da colaboração entre a Igreja Católica, representada pelos MSC e as lideranças políticas do município de Pinheiro.

> Terá logar hoje as 8 horas, a posse do Monsenhor Afonso Ungarelli como chefe da Prelazia de Pinheiro, na Matriz de Santo Inácio. Depois da cerimônia será celebrada missa pelo chefe da Prelazia. Ao meio dia será oferecido a Dom Afonso e seus companheiros um banquete de 70 talheres em casa do Sr. Prefeito Municipal (Aviso. *Cidade de Pinheiro*. 18 ago. 1946, p. 1).

Rubim (2007, p. 23) afirma não ter encontrado em suas pesquisas "o/os responsáveis pela vinda dos missionários" a Pinheiro. Graça Leite (1996, p. 34) diz que foi "graças à interferência de um velho amigo de Pinheiro, o Desembargador Elisabetho Barbosa de Carvalho, reforçado pelos apelos do nosso então vigário, padre Newton Pereira [...]". Jerônimo de Viveiros (2007, p. 252) informa:

> Para os pinheirenses, a Prelazia foi uma dádiva de Deus. Entre os municípios que disputavam – São Bento, Viana e Pinheiro –, este era o que dispunha de menor número de possibilidades de êxito. Militava a favor dos outros dois a tradição histórica. São Bento vangloriava-se de haver dado dois bispos à Igreja: dom Luís de Brito e dom Felipe Condurú; e Viana, de ter sido a jóia das missões jesuítas em terras maranhenses. A facilidade de transporte neles era evidente. Do lado de Pinheiro, havia apenas o progresso.

O discurso jornalístico da época afirmou que a escolha se deu "pelo espírito progressista de seus filhos e pela tradição da paz e concórdia entre todos reinante" e exortou aos leitores a "se prepararem com entusiasmo para receber o prelado com sua comitiva, e [...] congregar energias [...] que eleve Pinheiro a um plano mais alto de cultura e de religião". E, completou: "Desta maneira, se abrem para Pinheiro belas perspectivas de progresso religioso" (FOI CRIADA...,.1939, p. 1).

Segundo Viveiros (2007), a deficiência dos equipamentos infraestruturais – poucas e quase intransitáveis estradas, lentidão dos meios de transporte fluviais e marítimos, pequeno número de paróquias, inexistência de herança católica e de patrimônio eclesiástico, vasto espaço territorial isolado – exatamente o principal fator para Pinheiro ser o escolhido como sede da prelazia, somando-se à juventude do município (90 anos) e ao fato de mais de 90% da população ser declaradamente católica (IBGE, 1955, p. 78). O povo era católico-tradicional-popular, ou seja, era batizado e vivia práticas de religiosidade, tais como veneração aos santos, rezas e ladainhas em altares domésticos etc. Além disso, Pinheiro estava representada por uma elite

política, não originária, mas afinada com o discurso nacional desenvolvimentista, higienista, moralizador e de expectativas civilizadoras. Essa elite reproduzia o discurso de uma nova sociedade que venceria, a partir de então, a ignorância, o atraso, regeneraria e produziria bons cidadãos e, consequentemente, a sociedade pinheirense ajudaria a nação a entrar definitivamente nos trilhos da civilização. Portanto, entende-se que esses fatores, características da sociedade e os interesses políticos daquele momento histórico contribuíram para que a hierarquia da Igreja católica, representadas pela Nunciatura Apostólica no Brasil e a Diocese de São Luís, tomasse a decisão de instalar a sede da prelazia no município de Pinheiro.

A partir da posse de dom Afonso Ungarelli, consolidaram-se nova divisão territorial da jurisdição eclesiástica no Maranhão, novas e promissoras alianças políticas e se reestruturaram os espaços políticos e religiosos da Igreja na região de Pinheiro. Os MSC tornaram-se protagonistas em realizações materiais, espirituais e sociais. Talvez as relações ou alianças estratégicas pudessem ser interpretadas de acordo com Michel de Certeau (2004, p. 93, *grifo nosso*), ao considerar a estratégia como:

> [...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica, *uma congregação*) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização "estratégica" procura em primeiro lugar distinguir de um "ambiente" um "próprio", isto é, o lugar de poder e do querer próprios.

Ao reestabelecer o "próprio", o lugar de poder, "um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo" (CERTEAU, 2004, p. 94), os MSC iniciaram o processo de consecução de seus objetivos. Esses primeiros padres tiveram uma formação com "raízes paroquiais" (BEOZZO, 1979), ou seja, eram formados para atuar como vigários, administradores paroquiais, e não se dedicaram à evangelização dos "meios" da sociedade por intermédio da Ação Católica especializada: Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC). Essa estratégia da Igreja Católica local, na evangelização, por meio da Ação Católica Brasileira, começou a ser desenvolvida pelos padres franceses e canadenses que chegaram à prelazia nos anos 1960. Embora, os MSC tenham participado da Ação Católica, esta pesquisa se concentrou nas estratégias educacionais dos primeiros MSC, enfatizando aquelas que possibilitaram a fundação do primeiro estabelecimento de ensino secundário da prelazia de Pinheiro.

As congregações católicas missionárias tiveram de superar alguns conflitos, sobretudo a partir da década de 1950, com as mudanças ocorridas na economia, política e na redemocratização do país, que possibilitaram maior liberdade de expressão religiosa.

É oportuno lembrar que a Carta Constitucional de 1946 reiterava garantias, direitos individuais, inviolabilidade da liberdade de consciência e crença, livre exercício dos cultos religiosos, "salvo os que contrariassem a ordem pública e os bons costumes" (CF 1946, art. 141, § 7). "Sob o pretexto de perturbação da ordem pública e dos bons costumes, acabavam que os cultos afros seriam colocados sob o arbítrio de autoridades policiais locais, de nada valendo o preceito constitucional de inviolabilidade de crença e de livre exercício do culto" (BEOZZO, 1986, p. 10).

O princípio da liberdade de consciência em suas diversas formas renovado pela Carta de 1946 provocou aumento da concorrência religiosa em todo o território nacional e os padres das diferentes Congregações e Ordens católicas travaram disputas, por vários meios, com diferentes credos, manifestações e práticas religiosas vividas, em distantes paróquias, tentando homogeneizar as práticas de fé do povo e colocar a Igreja sob as ordens e orientações diretas da Santa Sé. Fase da história da Igreja no Brasil denominada de Restauração Católica ou Neocristandade (AZEVEDO, 2004).

Quanto à questão da liberdade de expressão religiosa em Pinheiro, o entusiasmo da chegada dos primeiros MSC transformou-se posteriormente em conflito. Os movimentos estratégicos visaram a purificar o catolicismo tradicional popular (isto é, a religiosidade popular – veneração e festas aos santos, rezas em residências, procissões, ladainhas, oratórios residenciais etc. –, elemento forte na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense), tornando-o "romanizado", ou seja, com formas e conteúdo de acordo com os cânones da Santa Sé. As estratégias de combate à religiosidade popular em Pinheiro provocaram reação por parte da população, que outrora festejava a chegada dos MSC e estava esperançosa, como revela a escritora Graça Leite em entrevista a Rubim (2007, p. 28):

> No começo eles queriam implantar um estilo novo, diferente, depois eles perceberam que não era por aí, o caminho. Resolveram ir aceitando [...]. No começo eles foram até, assim, mal vistos até pelas pessoas do catolicismo, porque diziam que os padres queriam acabar com as procissões, tirar os santos das igrejas, os padres não gostavam de rezar.

Os comentários, as conversas, o "falar mal" sobre as atitudes dos primeiros padres MSC sugerem insatisfação, resistência e articulação silenciosa da população em defesa de suas crenças e celebrações religiosas. Podem revelar o uso de "táticas [que] se valem pela pertinência

ao tempo: pelas circunstâncias transformam um instante preciso em situação favorável. [...] apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder" (CERTEAU, 2004, p. 102). Tais táticas fizeram os padres repensarem suas estratégias de poder. No dizer de Graça Leite (1996, p. 36), "logo [os padres] entenderam que o sincretismo religioso faz parte da alma do povo brasileiro e, se não apoiaram, deixaram acontecer [...]".

Nesse contexto, outro grupo, embora pequeno, articulou-se, criando táticas de enfrentamento aos MSC: os adeptos do espiritismo[8], conforme o IBGE (1955), somavam 70 pessoas. Liderados por Oliveiros de Assunção Castro, tenente aposentado da Aeronáutica, que em 1953 fundou o Centro Espírita Pinheirense. Oli de Castro, como era conhecido, foi quem de forma mais evidente se movimentou no "lugar da ordem estabelecida" pelos MSC por meio de táticas, isto é, de práticas, discursos e da promoção e circulação das ideias, utilizando-se de um serviço de autofalante denominado de "Nova Era". Todas as noites, durante duas horas, discursava sobre religião e criticava a todos: bispo, padres e freiras. Os padres também possuíam a "Voz da LEC" (Liga Estudantil Católica) por meio da qual evangelizavam e refutavam as ideias do tenente Oli de Castro. Os discursos geralmente eram a respeito da exegese e hermenêutica da Sagrada Escritura, da doutrina espírita, valores morais, dentre outros temas. O tenente acusava os padres de não exercerem nenhuma atividade produtiva, chamando-os de "opressores parasitas romano-vaticano" e de ter o "propósito de transformar a cidade de Pinheiro numa espécie de convento-seminário" (NOTA DA PRELAZIA...1953, p. 3).

Em contrapartida, os padres afirmavam que o espiritismo proclamado por Oli de Castro era uma "doutrina cheia de erros e heresias" [...] (Ibid., p. 3), e ainda, as afirmações que proferia sobre a doutrina católica "eram deploráveis as afirmações dogmáticas, as narrativas históricas absolutamente falsas ou misturadas de erros grosseiros [...] o que manifestava um conhecimento imperfeito e superficial" (Ibid., p. 3).

Para os padres, o lugar de "legítimos intérpretes" da Bíblia lhes pertencia e adotaram medidas de poder para tirar de circulação o líder espírita e desmoralizar seus pronunciamentos. Além dos serviços de autofalante, o debate sobre o Evangelho ocorreu também no jornal *Cidade de Pinheiro*, com várias páginas disponibilizadas aos membros da congregação e ao representante espírita.

Pinheiro dividiu-se entre "olinistas" e "padristas". A polêmica, no início dos anos 1950, impactou perigosamente as relações entre católicos e espíritas, gerando desentendimentos,

[8] "Espiritismo: doutrina baseada na crença da sobrevivência da alma e da existência de comunicação, por meio da mediunidade, entre vivos e mortos, entre espíritos encarnados e os desencarnados. FERREIRA (1986, p. 706).

ofensas e ameaças entre os mais fervorosos das referidas doutrinas. O Centro Espírita Antonio Lisboa, o primeiro de Pinheiro, foi fundado em 1941. Em 1953, Oli de Castro fundou o Centro Espírita Pinheirense.[9] Castro era famoso na cidade e prestava serviço humanitário. Sempre ajudava os mais necessitados. Se ocorresse algum incêndio na casa de uma pessoa pobre, Castro anunciava no serviço de altofalante Nova Era: "caso doloroso" e solicitava qualquer ajuda para aquela família vítima de incêndio.[10]

Camargo (1973) registra que a prática da caridade é a virtude por excelência da doutrina espírita, que se materializa nas obras assistenciais e educativas. Entretanto, padres e freiras viam com suspeita, por vezes com ânimos polêmicos, os representantes de outras religiões que agiam taticamente na conquista dos espaços, supostamente, pertencentes à religião dominante, ou seja, à religião católica. Nesse sentido, as disputas entre os MSC e o grupo liderado pelo tenente Oli de Castro atingiram o espaço das práticas caritativas. Os padres consideravam que a prática da caridade exercida pelos espíritas era uma forma de seduzir com recursos materiais e "prometer felicidade ilusória" (AZZI e VAN DER GRIJP, 2008, p. 28).

Segundo as *Crônicas da Província Brasileira das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração,* escritas por Madre Maria Dolores (196?), o fim da disputa entre os MSC e o líder espírita ocorreu conforme segue:

> Pinheiro parecia então reviver, após uma temporada tristonha e morta no seu isolamento. Tudo sorria ante o apostolado imenso que despertava o entusiasmo das missionárias brasileiras [...]. Mas o demônio não dorme e não estava contente: já na noite seguinte à chegada das Irmãs, um tal Oli, de espírito exaltado, iniciava pelo seu possante alto-falante uma campanha ferrenha contra os Padres, ofensas ao Bispo, às Irmãs aos católicos. Durante duas horas cada noite, a cidade inteira era obrigada a ouvir tudo quanto ele queria dizer contra a Religião. Só dois anos mais tarde, em janeiro de 1955, o governo de São Luís resolveu tomar providência, em vista do insistente pedido do povo de Pinheiro, por meio de cartas, abaixo-assinados e delegações, levando à Capital a gravação de uma noite de injúrias lançadas pelo espírita. Como se tratava de um ex-tenente da Aeronáutica (aposentado por incompatibilidade), por ela foi enviada a Polícia que, após diversas sindicâncias, reuniu o povo no páteo da residência das Irmãs, prometendo retirar o tenente Oli de Pinheiro, o que fez no dia seguinte, levando-o preso para a base aérea de Belém, escoltado por um capitão da Aeronáutica e mais dois praças. Assim terminou o seu êxodo em Pinheiro, passando ele pelas ruas da cidade, cabisbaixo e humilhado... (DOLORES, [196-?, s/p], ***manuscritos.***)[11].

[9] Informação verbal fornecida ao autor por Sandra Leite Mendes, em São Luís, em 2016.
[10] Informação verbal fornecida ao autor por Sandra Mendes em São Luís, em 2016.
[11] Nota: **Manuscritos** são cadernos que as Irmãs anotavam os acontecimentos do dia a dia da comunidade e da Província. Não tem numeração de página. São cadernos simples de uso interno e não foram publicados. Serve para informação das Irmãs na Congregação. Muitas Irmãs escrevem de acordo com a necessidade e as atividades da

A narrativa de madre Maria Dolores explicita a disputa circunscrita ao espaço da conquista dos fiéis, leitores e ouvintes. Sugere manipulação das relações de poder, que se desdobra numa visão maniqueísta da realidade. A ação do líder espírita representa o mal que age contra os representantes do bem, os MSC. Luta entre o bem e o mal, na qual vence o bem. A narrativa sugere a perspectiva do vencedor. Neste sentido, a estratégia adotada consistiu em inverter, ou seja, manipular a ordem das relações de poder, tornando os católicos perseguidos e ameaçados pelo inimigo, mas que agiram eficazmente, a fim de estabelecer a harmonia do lugar/espaço conquistado.

Ressalta-se que embora os espíritas tenham ficado sem a liderança de Oli de Castro, em Pinheiro, o grupo permaneceu e continuou com as práticas da doutrina: encontros, rituais, caridade, conquista de novos adeptos etc.

No que se refere ao controle do espaço físico, inicialmente os MSC valeram-se da estratégia de comprar a casa de Armínio Campos, "utilizada para cultos protestantes" (AMORIM, 1996, p. 38). Nela, construíram a escola paroquial. Nesse episódio, houve a intencionalidade de controlar o espaço, de delimitar seu lugar de poder, explícito na expulsão dos protestantes. Sugere um dos princípios inerentes à estratégia, enquanto "ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elabora lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capaz de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem" (CERTEAU, 2004, p. 102).

Antes da chegada dos MSC, haviam-se estabelecido em Pinheiro os protestantes batistas. Segundo Azzi e Grijp (2008), a Igreja Católica considerava os protestantes intrusos e afirmava que estes deveriam abandonar o território brasileiro. "O discurso eclesiástico, marcadamente apologético, não levava em conta as diversas formas de presença protestante no país" (op. cit., 2008, p. 18). De modo geral, "a teologia católica de raiz tridentina considerava os protestantes hereges, e era dentro desse espírito que se inculcava nos fiéis a necessidade de um afastamento de qualquer influência heterodoxa" (op. cit., p. 18). Em Pinheiro, seguindo esses princípios da Igreja, os MSC empenharam-se em afastar os protestantes batistas que se reuniam muito próximo à igreja matriz, na casa de Armínio Campos, situada em um espaço considerado deles. Assim, eles a compraram e nela instalaram a escola paroquial, consequentemente afastaram os batistas do "lugar de poder" da Igreja (CERTEAU, 2004).

Os missionários precisaram adotar estratégias de credibilidade junto à população. Investiram na compra de imóveis e equipamentos. Devotaram-se às atividades de ensino e de

comunidade. ALVES, Janete de Fátima (FNSSC). Texto retirado das Crônicas [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por alairtonsoares@gmail.com em 1 mai. 2016.

evangelização: catequese aos adultos e crianças, celebrações dos sacramentos (missas, batismos, casamentos, confissões e extrema-unção).

Ivan Manoel (2004, p. 57) explica que a estratégia da congregação ao apropriar-se dos espaços – entre eles o campo educacional (com a fundação de seminários e colégios católicos) e assistencial (especialmente junto aos meninos e meninas pobres) – era a doutrinação:

> Ao controlar o sistema educacional, a Igreja poderia, na verdade, controlar o sistema de difusão de ideias. Se lhe era impossível controlar a produção do saber e circunscrever a ideias novas à sua doutrina, o controle do sistema educacional dava-lhe a oportunidade de, ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando o quanto possível a divulgação de ideias contrárias às suas teses e dogmas.

Os MSC consideravam importante investir na educação, na assistência social e na catequese, isto é, o ensino dos dogmas católicos, nas práticas litúrgicas canônicas. Deveriam exigir a vivência dos sacramentos, principalmente, a eucaristia e o matrimônio por parte dos católicos, no intuito de fortalecer a fé do povo nos princípios e valores cristãos católicos, além de controlar as ideias contrárias às teses e dogmas católicos, a fim de manter os fiéis na Igreja.

Deve-se ter em mente que em nível nacional a relação Estado-Igreja era de parceria e colaboração em prol do "bem comum" (BRASIL, 1946), com subvenção estatal para as atividades assistenciais ligadas à Igreja. Em Pinheiro, essa parceria se fez presente por meio da aliança entre o grupo religioso liderado por dom Afonso Ungarelli[12] e o grupo político PDS – PTB, liderado por Elisabetho Barbosa de Carvalho[13]. Esse grupo contava com Josias Peixoto Abreu, ex-prefeito (nos triênios 1922-1924, 1928-1930 e 1945-1947), Raimundo Marcelino

[12] Dom Afonso Maria Ungarelli nasceu em Ferrara, Itália, em 1897. Formado em Química na Universidade de Bolonha, prestou serviços militares na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Em 1924, entrou no Instituto dos Missionários do Sagrado Coração. Depois do noviciado, frequentou o curso de Teologia na Universidade Gregoriana. Em 22 de dezembro de 1928 foi ordenado sacerdote em Roma. Ocupou o cargo de diretor do Seminário de Estudantes de Filosofia e Teologia, em Florença. Em 1940, foi nomeado administrador apostólico da Prelazia de Pinheiro, por Pio XII. Impedido de vir ao Brasil devido à Segunda Guerra, dirigiu de 1943 a 1945 o Seminário Menor de Narni (Itália). Chegou ao Brasil em julho de 1946 e em Pinheiro, em agosto do mesmo ano. Foi consagrado bispo prelado em 13 de novembro de 1948. Em fins de 1975, retirou-se para Macaé, na Diocese de Nova Friburgo, onde faleceu em 23 de maio de 1988. Foi sepultado na Igreja Matriz de Pinheiro, que por 29 anos foi a sua catedral. (MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO, 1996).

[13] Elisabetho Barbosa de Carvalho nasceu em Amarante, Piauí, em 11 de novembro de 1886. Fez o curso de Humanidade no antigo Liceu Maranhense. Formou-se em Direito na Faculdade de Recife em 1908. Foi nomeado promotor público interino da Comarca de São Bento, pelo governador Benedito Pereira Leite e efetivado no cargo em 1909, pelo vice-governador Arthur Quadros Colares Moreira. Nomeado juiz de Direito da Comarca de Pinheiro em 1920, ano em que se casou com Fausta Guterres Soares, filha de Abraão Soares, coletor federal, naquela vila. Exerceu, ainda, os cargos públicos de chefe de polícia do Estado (1930), desembargador (1932), presidente do Tribunal de Justiça (1934), corregedor geral do Estado, catedrático da Faculdade de Direito, fundador do diretório regional de Geografia, interventor federal (1942), secretário do Interior e Justiça e Segurança (1952), deputado federal pelo Maranhão e prefeito de Pinheiro (1960-1964). Faleceu, em Pinheiro, em 18 de março de 1968, aos 80 anos. (GOMES, 2004; MEIRELLES, 2001; VIVEIROS, 2007)

Ferreira (prefeito de 1950 a 1954). Além destes, destacam-se o deputado federal Antônio Eusébio da C. Rodrigues[14] e Clodoaldo Cardoso[15], secretário de Estado da Fazenda e Produção, em 1948.

Ressalta-se que Elisabetho de Carvalho, Josias Abreu Peixoto e Clodoaldo Cardoso eram membros da loja maçônica *Renascimento de Pinheiro*. Segundo Viveiros (2007, p. 193), a fundação da referida loja maçônica em 1921 "marcou o início de uma radical e rápida transformação da mentalidade política do município", isto é, as lideranças políticas mais destacadas, que eram opostas, estabeleceram alianças formando um só grupo político. Salienta-se que o cônego José de Melo declarou nesse mesmo ano excomungado todo católico pertencente à maçonaria. Contudo, foi devido ao apoio dessas lideranças que os MSC conseguiram realizar seu projeto educativo. A aliança entre o grupo político pertencente à maçonaria e os MSC entre os anos 1946 a 1966 em Pinheiro reforça a tese da capacidade da Igreja Católica de adotar determinadas decisões, adequando-se às condições políticas e sociais da região na qual deseja implementar suas ações.

Todos os membros desse grupo eram amigos do senador Vitorino Freire. Eles colaboraram nos trâmites de processos de autorização e reconhecimento institucionais, nomeações e subvenções federais em nome de dom Afonso Maria Ungarelli, para as realizações assistenciais e educativas da Ação Social da Prelazia de Pinheiro.

De acordo com as fontes catalogadas nesta pesquisa – delimitada temporalmente entre 1946 e 1963 –, no que se refere aos primeiros anos da chegada dos MSC em Pinheiro, no processo de criação e funcionamento da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração (EPNSSC) e do Ginásio Pinheirense, observa-se frequentemente a relação política entre o líder religioso e as principais lideranças políticas maranhense e pinheirense. Nos arquivos do Colégio Pinheirense encontraram-se fotos que registram visitas e encontros entre representantes da Igreja Católica e autoridades políticas locais. No jornal *Cidade de Pinheiro* há registro de visitas às obras assistenciais da Igreja, feitas pelos políticos supracitados. Na Imagem 4, o registro de

[14] Antonio Eusébio Costa Rodrigues nasceu em São Luís em 29 de maio de 1915. Cursou o ginásio e colegial no Liceu Maranhense. Em 1938, em Belém, graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. De 1940 a 1944 foi prefeito de Pinheiro, promovendo a criação do Grupo Escolar "Elisabetho de Carvalho" e a construção do prédio próprio do Grupo Escolar "Odorico Mendes". Em 1947, foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte Estadual. Em 1948, foi nomeado prefeito de São Luís. Em 1950 concorreu às eleições para deputado, pelo PST, de Vitorino Freire. Em 1963, voltou a administrar São Luís. Em 1965, afastou-se para concorrer ao governo do Estado, disputando com Renato Archer e José Sarney. A eleição de Sarney, pelas oposições coligadas, resultou no fim do vitorinismo no Maranhão. (GOMES, 2004; MEIRELLES, 2001).

[15] Clodoaldo Cardoso foi o idealizador do jornal *Cidade de Pinheiro*, do qual era redator. Juntamente com Elisabetho de Carvalho e Basiliano Barroca, criou o Instituto Pinheirense, no qual era professor de Geografia, História e Matemática. Colaborou na criação da Escola Normal de Pinheiro, em 1926. Foi secretário de Fazenda no Governo de Sebastião Archer (1947 – 1951) e exerceu função equivalente no período de 1937 a 1945, sob a intervenção de Paulo Martins de Sousa Ramos (MEIRELES, 2001).

um encontro entre o vigário Fernando Meloselli (1), dom Afonso Maria Ungarelli (2) e Vitorino Freire (3).

Imagem 4 – Padre Fernando Meloselli, Dom Afonso Ungarelli, Vitorino Freire [195-]
Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes.

Durante a campanha eleitoral de 1950, o *Cidade de Pinheiro* publicou a seguinte manchete, na edição de 1º de outubro de 1950, como se pode ver na Imagem 5: "A Igreja Católica Maranhense recomenda ao eleitorado não votar na legenda 'Oposições Coligadas', por terem os oposicionistas insultado à Igreja e à Religião mantendo na sua legenda candidatos herejes (*sic*) e contrários a Deus".

Dessa forma, fica evidente que a hierarquia católica e as principais lideranças políticas do Estado, especialmente as representantes da região de Pinheiro, partilhavam de projetos comuns e estabeleceram alianças políticas.

A capa do jornal *Cidade de Pinheiro* do dia 01 de outubro de 1950 (imagem 5) traz o senador Vitorino Freire como candidato a vice-presidente da República; Eugênio Barros, candidato ao governo do Maranhão; tenente Renato Archer, a vice-governador; Elisabetho de Carvalho e Antônio Costa Rodrigues, candidatos à Câmara Federal; Raimundo Pimenta e Josias Abreu Peixoto, à Câmara Estadual; e Raimundo Marcelino Ferreira, candidato a prefeito de Pinheiro. Com exceção de Cristiano Machado e Vitorino Freire, os demais tiveram êxito nas urnas.

Imagem 5 – Capa do jornal *Cidade de Pinheiro* – 1 out. 1950
Fonte: Arquivo do autor. As eleições do dia 3 de outubro de 1950. Cidade de Pinheiro, Pinheiro, n. 1.425, p. 1, 1 de out. 1950.

Nas eleições majoritárias de 3 de outubro de 1950, os candidatos à presidência da República foram Cristiano Machado e Albino Arantes (coligação PSD-PR), Eduardo Gomes e Odilon Braga (UDN) e Getúlio Vargas e Café Filho (coligação PTB-PSP). Vargas saiu amplamente vitorioso, contando, inclusive, com votos de vários redutos do PSD (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930, 2001). Portanto, há um equívoco na informação estampada na capa do jornal *Cidade de Pinheiro* (imagem 5), pois Vitorino Freire não foi candidato à vice-presidência nessas eleições. Esse fato sugere uma atenção especial a fonte, que às vezes pode parecer inconteste.

Encontraram-se também informativos no jornal *Cidade de Pinheiro* sobre liberação de recursos financeiros. Houve acordos de apoio político nas eleições de 1950 à coligação PSD –

PST, grupo majoritário maranhense. O apoio da Igreja do Maranhão e da Igreja de Pinheiro na eleição de 3 de outubro de 1950 para a escolha do Executivo e Legislativo culminou com a vitória do grupo majoritário maranhense e resultou na liberação de vários convênios e subvenções à prelazia, conforme destaca o hebdomadário de 5 de julho de 1953:

> Obras Sociaes Prelazia de Pinheiro – Cr$ 150.000,00
> Construção de um prédio escolar no Gama, para funcionamento da Escola Padre Newton pela Prelazia – Cr$ 120.000,00
> Construção de um prédio escolar na Ponta Branca, pela Prelazia, para funcionamento da Escola Nenrod – Cr$ 120.000,00
> Patronato Santo Tarcísio – Cr$ 200.000,00
> Patronato Santa Maria – Cr$ 84.000,00
> Ginásio Pinheirense (subvenção e acôrdo) – Cr$ 500.000,00
> Recreação e desportos – Cr$ 100.000,00
> Escola da Praça Matriz – Cr$ 50.000,00
> Escola Economia Doméstica – Cr$ 50.000,00
> Prelazia de Pinheiro para manutenção de 20 escolas isoladas, sendo 10 de 2 professoras, nas seguintes localidades. Pinheiro: Gama, Ponta Branca, Bom Viver, Ponta de Santana, S. Luís, São Paulo, Curralzinho, Entre Rios, Roque, Pericumã, Aldeia, Pacas, Jussaral, Rio Preto, Alcântara e cinco outras localidades – Cr$ 150.000,00 [...]. (RODRIGUES. Obras Sociaes..., 1953, p. 3)

O deputado Costa Rodrigues encerra a lista de subvenções à prelazia da seguinte forma:

> Infelizmente as quotas são reduzidas e eu ainda tenho compromisso com outros Municípios inclusive S. Luís que muito me ajudou e é minha terra natal. Quero explicar que conforme entendimento que tive com o Sr. Bispo da Prelazia, a verba para Recreação e Desportos será dividida do seguinte modo: Cr$ 30.000,00 para o Casino Pinheirense, Cr$ 40.000,00 para a conclusão do Prédio do Cinema da Associação Comercial e Cr$ 40.000,00 para a Prelazia. Ainda terei oportunidade de em (19)55 dotar esses três municípios de melhores e mais amplos recursos [...] Pinheiro, Bequimão e Santa Helena. (RODRIGUES. Obras Sociaes... 1953, p. 3)

O jornal *Cidade de Pinheiro* informa aos leitores a liberação de auxílio financeiro feita pelo senador Vitorino Freire em favor da prelazia: "A propósito do auxílio de seis mil cruzeiros concedido pelo Governo Federal à Prelazia de Pinheiro, pleiteada pela bancada do Partido Social Trabalhista (PST), dirigido a S. Ex.ª Dom Afonso Ungarelli, o nosso amado Bispo, o Senador Vitorino Freire, presidente do partido [...]" (A PRELAZIA..., 1950, p. 2).

Por ocasião do 22º aniversário da Prelazia de Pinheiro, o padre Fernando Meloselli recordava-se de sua chegada a Pinheiro, na época, caracterizada pelo abandono e pobreza, dizendo que os MSC chegaram para cooperar com o progresso da cidade. No jornal *Cidade de Pinheiro*, em tom laudatório, ele se expressa:

> Primeiro – recordo – eu pus os pés em terra firme... Começava para Pinheiro uma nova era, a Era do Progresso... A Prelazia chegava para cooperar ativamente com as Autoridades Civis na promoção integral do homem da baixada maranhense; deste mesmo homem, que hoje contempla, orgulhoso, como num sonho, as fantásticas mudanças de sua terra, o prodigioso progresso de seus filhos, que tanto honram sua gleba, um tempo tão pobre e tão abandonada... Salve Pinheiro, Salve! Sejas sempre mais feliz, mais progressista! (MELLOSELLI, 1968, p. 3)

Com apoio político e subvenções dos governos federal e estadual, os MSC desenvolveram trabalho social e educacional junto à população, criando e dirigindo escolas, seminários, oficinas de aprendizagem, catequese, círculo operário, a Biblioteca Abbeville, o teatro do Ginásio Pinheirense; promoveram eventos culturais, esportivos, saúde pública e colaboraram na imprensa local (jornal *Cidade de Pinheiro*). Além disso, construíram: Praça da Matriz, Escola Paroquial (EPNSSC), Patronato São Tarcísio (para rapazes), Patronato Santa Maria (para moças), Ginásio Pinheirense, Atelier Nossa Senhora do Sagrado Coração (NSSC), oficina de carpintaria, ambulatório NSSC, 26 escolas em diversos povoados da prelazia e escolas paroquiais em Alcântara, Guimarães, Cururupu, Turiaçu e Carutapera (VIVEIROS, 2007, p. 257-259). Assim, conquistaram espaço sociopolítico e exerceram grande influência na constituição da cultura na região. Agiram eficazmente no combate às demais expressões religiosas, romanizando o culto e assegurando a soberania da Igreja Católica.

1.5 A ação educativa dos Missionários do Sagrado Coração em Pinheiro

Nas décadas de 1940 e 1950, havia em Pinheiro dois grupos escolares e 32 escolas isoladas, que ofereciam somente o ensino primário (1º ao 5º ano). Em 1947, dom Afonso Maria Ungarelli fundou o Seminário São José, que foi fechado em 1950, dando origem à escola paroquial, em seguida denominada Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração, com mais salas de aula, recursos didáticos e professoras normalistas. Em 1953, foi inaugurado o Ginásio Pinheirense, transformado em colégio dez anos depois.

Os MSC atuaram em três grandes áreas: evangelização, assistência social e ensino. A atuação no ensino foi estruturada em três momentos sequenciais e com objetivos distintos: 1) o Seminário São José (1947), destinado ao público masculino, com o objetivo de formar novos padres; 2) a Escola Paroquial "Nossa Senhora do Sagrado Coração" (1950), com o intuito de "moralizar a criança por meio da educação religiosa e da vivência cristã, integrando ciência e

fé, razão e espiritualidade" (UNGARELLI. Estatutos...1950, p. 2); 3) o Ginásio Pinheirense (1953), que oferecia o primeiro ciclo do ensino secundário, destinado principalmente a suprir as expectativas dos pinheirenses em ascensão social, que ambicionavam o ensino superior e as profissões liberais. Este terceiro momento será analisado nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

1.5.1 O Seminário São José: formação dos futuros padres MSC

Inicialmente, foi fundado o Seminário São José (1947), destinado ao público masculino, para formar novos padres. Fundar seminários, escolas e colégios era uma estratégia das congregações e ordens religiosas católicas que vieram ao Brasil desde a Colônia, como analisa Romanelli (2013, p. 35) ao falar dos padres jesuítas: "[...] Quanto aos servidores da Ordem, estes deveriam ser preparados para o exercício do sacerdócio e foi principalmente para eles que se fundaram os colégios, onde se passou a ministrar o ensino das ciências humanas, letras e as ciências teológicas".

Para analisar as atividades educativas do Seminário São José como parte da trajetória histórica dos MSC em Pinheiro, as fontes foram bastante escassas: memórias escritas pelo padre Almir Lima Silva, entrevista com o padre Geraldo Lima Silva, uma foto e um informativo do jornal *Cidade de Pinheiro* anunciando a ida de alguns seminaristas para continuar os estudos em Pirassununga (SP) em 1951. A escassez das fontes está vinculada ao pouco tempo de funcionamento do seminário. "Durou cerca de quatro anos" (VIVEIROS, 2007, p. 259).

A partir dessas fontes, analisam-se sinteticamente algumas categorias da *materialidade* – tempos, espaços, currículo, vestimentas – presentes no cotidiano dessa instituição. De acordo com Agustín Escolano (apud VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69-72, tradução nossa), "O espaço escolar é uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores [...] estruturas para aprendizagem sensorial e motora, assim como uma semiologia que envolve símbolos estéticos, culturais e até mesmo ideológicos"[16]. O autor considera que o tempo escolar "não é uma estrutura neutra, um espaço em que se derrama a educação, mas uma sequência, curso ou sucessão contínua de momentos em que processos e atividades educacionais são

[16] "El espacio escolar es [...] una especie de discurso que instituye en su materialidad un sistema de valores [...], unos marcos para el aprendizaje sensorial y motórico y toda una semiología que cubre diferentes símbolos estéticos, culturales y aún ideológicos"

distribuídos [...]; um tempo que reflete certos [...] valores e modos de gestão, um tempo a internalizar e aprender"[17] (ESCOLANO apud VIÑAO FRAGO, 1995, p. 72, tradução nossa).

Os tempos e os espaços escolares constituem aspecto significativo da cultura escolar, conforme descrito por Julia (2001, p. 10-11):

> Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) [...].

Almir Lima Silva (1996, p. 29), Pinheirense e MSC, em suas memórias sobre a chegada dos primeiros missionários, questiona: "Não causa admiração o fato de Mons. Ungarelli, tão pouco tempo depois de chegar a Pinheiro, dar início a um seminário? O que explicaria essa sua atitude?" Ele mesmo responde:

> Recordemos que Mons. Ungarelli, bom conhecedor dos ensinamentos dos Papas Bento XV e Pio XI a respeito das Missões (respectivamente, nas Encíclicas "Maximum Illud", de 30 de novembro de 1919 e "Rerum Ecclesiae" de 28 de fevereiro de 1926), tinha bem claro em sua cabeça que o trabalho de apostolado e de organização iniciado no 15 de agosto deveria ter como escopo último a criação de uma diocese, administrada por clero nativo. (SILVA, 1996, p. 29)

Silva (1996) destaca que a criação do Seminário São José se relaciona com a orientação do Papa Bento XV, por meio da carta apostólica Maximum *Illud* que é considerada a "carta magna" da atividade missionária e evangelizadora. Nela, o Papa enumera os preceitos para desenvolver a vocação missionária da Igreja. Exorta aos bispos a promoverem a vitalidade das missões, a procurarem novos parceiros. Julga essencial, para aqueles que estão no comando das missões católicas, educar e treinar ministros "nativos", isto é, formar o clero local, da região em missão, objetivando a formação de lideranças religiosas conhecedoras de sua própria realidade. Desse modo, deveriam ter formação "integral, completa e acabada em todos os seus aspectos" (BENEDICTUS XV, 1919, 7/30).

Na *Encíclica Rerum Ecclesiae*, Pio XI (1926) conclama novamente a Igreja missionária, reafirmando os preceitos de Bento XV, para a fundação de seminários e escolas de formação

[17] […] no es una estructura neutra' en la que se 'vacia' la educación, sino una secuencia, curso o sucesión continuada de momentos en los que se distribuyen los procesos y acciones educativas [...]; un tiempo que refleja unos determinados [...] valores y formas de gestión, un tiempo a interiorizar y aprender.

eclesiástica, onde os jovens pudessem obter formação nas "letras divinas e humanas", em virtudes e habilidades, a fim de que soubessem abordar seus compatriotas no idioma próprio. Mesmo que não fossem sacerdotes, seriam professores qualificados, honrados e influentes com seus patriotas, dariam exemplo de fé e virtude católicas.

Dessa forma, seguindo as orientações da Santa Sé, uma das primeiras ações dos MSC foi adquirir a casa de Agostinho Ramalho Marques, atual residência episcopal, onde foi construído o Seminário São José. Em entrevista[18], o padre Geraldo Lima Silva (2015) esclarece:

> Eles chegaram em agosto de 1946. Ficaram hospedados no bairro da Matriz, mas, já em dezembro/janeiro já estavam aqui e em março já abriram o seminário. Então, nós somos os primeiros. O primeiro ano, pelo menos, era só a casa. Isso aqui eles ocupavam, os padres, onde hoje está o SEBRAE. Lá que é a casa do bispo, dos padres, que nunca pesquisei quem deu a casa... A prefeitura, o estado [...] foi vendida para os padres [...] quando foi instalada a prelazia, houve esta proposta de a prefeitura doar a casa para os padres, agora, não sei se esta proposta [...] como era prelazia, dom Afonso tinha uma certa facilidade de conseguir verba de algum órgão do Vaticano.

Segundo Silva (1996), o seminário foi dirigido pelo padre Augusto Mozzeti e pelo assistente, frei José Precioza. O currículo era composto pelas seguintes matérias e professores: Evangelho e História Sagrada (dom Afonso e padre Hamleto d'Angelis); Português (Maria Fausta Carvalho); Latim (Augusto Mozzetti); Francês e Matemática (Fernando Meloselli); História e Geografia (Pedro Sambalino); Religião e Desenho (frei José). Em 1948, entraram mais dez vocacionados. Do ano anterior restaram seis seminaristas. Em 1949 abriu-se nova turma de dez seminaristas. No final desse ano, terminaram suas atividades com 14 seminaristas: oito concluíram a 1ª série, três, a 2ª e três, a 3ª. Os três concluintes da 3ª série: Antônio Ribeiro, Geraldo Lima Silva e Tomaz de Jesus Beckman. Em 1951, os concluintes Almir Lima Silva e Lourenço Costa ingressaram na Escola Apostólica dos Missionários do Sagrado Coração, em Pirassununga. Desses que continuaram os estudos superiores no Seminário Maior de Pirassununga, só Lourenço Costa não foi ordenado sacerdote.

O Seminário São José funcionava na residência eclesiástica e como tal tinha uma organização do espaço, com cozinha, sala de jantar, dormitórios e salas de aula. A vida era de internamento; os alunos, entre 10 e 17 anos, além da instrução, recebiam moradia e sustento, indicando que eram provenientes de classes empobrecidas. O regime de internato facilitava o disciplinamento, o exercício de práticas de devoção, piedade e penitência, além do

[18] A entrevista foi concedida em fevereiro de 2015, na residência episcopal. O padre Geraldo Lima Silva faleceu em 14 de junho do mesmo ano.

desenvolvimento das virtudes e "espiritualidade" dos membros da congregação. Esse acompanhamento era constante; inclusive, o padre Geraldo ressalta que a vida no internato era:

> Internato completo. Rigoroso até demais. Nós nem íamos em casa. Pra ir em casa, uma vez ou outra, era acompanhado por alguém da família, que vinha buscar e a gente ia, com a melhor roupa que tinha. Ia pra casa e no fim do dia o familiar trazia. Férias, no estilo que continuou depois. Não se tinha férias em casa. Férias em comum: em uma fazenda, num sítio. (SILVA, 2015)

Essa fala evidencia que os seminaristas, conquanto estivessem em instituições reservadas à instrução de meninos/moços que se destinavam à carreira eclesiástica, deveriam estar sempre acompanhados pelos padres e/ou familiares. Tal prática evitava o contato do futuro padre com possíveis assédios sexuais, influências de pessoas de "má índole", que não fossem religiosas, enfim, de pessoas que pudessem desviá-los do "bom caminho" ou influenciá-los negativamente, afinal, alguns eram crianças. Nem no período de férias os alunos iam para suas residências; ao contrário, permaneciam juntos em lugar previamente definido. Era uma prática para exercitar o desapego da família e otimizar o entrosamento e amizade entre os membros da congregação, uma vez que seriam missionários e viveriam em casas comunitárias próprias.

Padre Geraldo Silva refere-se à roupa oficial, camisa e calças curtas para os menores e calças compridas para os maiores em tecido branco, usada no Seminário São José, com o termo *chique*[19] que significa "elegância", "bonito", "bem feito", "que assenta bem"; mas, evidencia aos olhos da família e da sociedade que o menino está sendo bem cuidado, distingue-se dos demais, pois está se preparando para o sacerdócio. A vestimenta branca sugere limpeza, higiene, aspectos que preocupavam os educadores brasileiros na época. O tecido branco era mais barato também.

> [...] a roupa branca era a roupa oficial que a gente usava, calça curta. Era só criança. O mais velho era (aqui, na foto, já é o resultado de três turmas. Não é a primeira turma). Tem os mais velhos, como Zé Pereira [...], aqui é o único que tá de calça comprida. Ele já deveria ter seus 16, 17 anos. O resto, todo mundo, de calça curta. Tinha uns menininhos novos [...] uns 10, 11 anos [...]. Eu já tinha, entrei com 13 anos, mas tinha gente com 10, 11. Os mais velhos: Antônio Carlos Ribeiro, que se tornou padre, até hoje, e Thomás Beckmam já tinham 14 [...]. A roupa oficial, *chique*. Todo mundo de calça curta, inclusive, eu já tinha 15 anos, mas estou aqui de calça curta. Aqui mostrou a foto. Sou o penúltimo, da esquerda pra direita. (SILVA, 2015, grifos nossos).

[19] Segundo MORAIS, (1951, p. 57 e 67), o termo chic, o mesmo que chique. Chique, adj. (do fr. Chique). Neol. Esmerado, apurado, de bom gosto//elegante, bonito, catita, sécio.

A foto a que padre Geraldo Silva se refere foi a única encontrada do Seminário São José (Imagem 6). Trata-se de uma pose calculada, que pode ser articulada com outras preocupações, como saúde, educação, religiosidade, disciplina, posição, hierarquia e estética. Talvez tenha sido um registro da visita de um MSC superior ou provincial da congregação, ou um registro do pleno funcionamento da casa de formação dos futuros missionários "nativos", obedecendo aos preceitos da Santa Sé.

Imagem 6 – Seminário São José, 1950[20]
Fonte: Arquivo pessoal do padre Geraldo Lima Silva.

Observa-se na imagem 6 a presença da hierarquia dos MSC, inclusive, Dom Afonso Ungarelli, sentado ao centro, ladeado por visitante (que não foi identificado), Pe. Humberto Giugarelli, os meninos e os padres auxiliares da obra missionária. A postura dos mais velhos, em forma de "sentido", com as mãos postas, pés juntos, os cabelos cortados e penteados, aparentando disciplina, limpeza e asseio. Os meninos menores aparecem em postura mais descontraída, o que pode indicar maleabilidade em relação à postura por parte dos formadores.

Além da vestimenta branca, o currículo fundamentado na doutrina católica e nas Humanidades, segundo Conceição (2012), com ênfase em Português, Latim, Arte e Retórica,

[20] Nota: Segundo Pe. Geraldo Lima Silva, os padres (MSC), que estão de batina preta e se posicionaram no plano mais alto da foto: da esquerda para a direita: Mario D'Alberto, José Ialea, Arcângelo Cuchiari, Fernando Meloselli (mais alto, vigário da sede), Pedro Sambalino, frei José Preciosa e Augusto Mozzetti. Sentados, da esquerda para a direita, o superior geral ou provincial da época (de cujo nome não se lembra), ao centro, Dom Afonso Ungarelli e o padre Humberto Giungarelli. Paralelamente a este, o padre Geraldo Lima Silva, com a idade de 15 anos, o penúltimo da esquerda para a direita.

constituía-se outro aspecto distintivo da formação dos futuros clérigos. No caso do Internato São José de Pinheiro, o currículo correspondia ao primeiro ciclo ginasial. O ciclo seguinte era feito na Escola Apostólica dos Missionários do Sagrado Coração em Pirassununga, conforme descreve o padre Geraldo Silva:

> Era um ensino ginasial. Depois fomos pra São Paulo e engajamos com a turma de lá, que já tinha uma caminhada de ginásio. Era um curso secundário, vamos dizer assim, de seis anos, que correspondia ao ginásio, científico ou clássico. Então nós fizemos três anos aqui e fomos pra lá (Pirassununga). Já entramos no quarto ano do ginásio. Último ano do ginásio (1º ciclo). Graças a Deus nós tínhamos base: Português, nós éramos bons. Francês, mais ou menos. Latim, nós éramos muito bons, porque os padres italianos insistiam muito no Latim. Meus trabalhos de Latim... era conhecido como latinista. Depois História, Geografia. A única coisa que quando nós chegamos lá, que deu trabalho, foi Grego, porque a turma que nós entramos, já tinha um ano de Grego e nós aqui não tínhamos porque houve uma confusão na comunicação [...]. Os padres perguntaram pra eles lá (Seminário de Pirassununga) como eram as disciplinas. Então, eles puseram o tal do Grego na 4ª (série). Só que esse "4ª", eles não explicaram: era uma metodologia holandesa. Os holandeses denominavam o currículo começando pela 6ª. A 6ª equivaleria ao 1º ano (Sexta, Quinta, Quarta, Tércia, Poesis, Retórica). Disseram "Quarta", eles entenderam que era a 4ª série. Não se preocuparam... A 4ª de lá era [equivalia] a 3ª daqui... Chegamos lá sem Grego nenhum, mas graças a Deus, capengamos, mas conseguimos passar lá [em Pirassununga] [...] O Inglês começou na 4ª série, junto com eles. Ficamos lá três anos. (SILVA, 2015)

Segundo Conceição (2007, p. 14), o internato é entendido "como um modelo escolar, com práticas educativas próprias", de acordo com seus objetivos, caracterizado pelo isolamento do mundo. No caso do Seminário São José, o objetivo era formar futuros padres da congregação, daí o olhar controlador, vigilante com relação ao controle de saídas, do tempo de férias, entrada de correspondência e livros e da intervenção de pessoas estranhas. Caracteriza-se também pela formação integral, por meio do controle dos espaços e tempos.

As causas do fechamento do Seminário São José em agosto de 1951 não foram encontradas. Vários seminaristas voltaram para suas casas e outros foram enviados a Pirassununga - SP para dar continuidade aos estudos, entre eles, Tomaz de Jesus Beckman, Antonio Carlos, Geraldo e Almir Lima Silva, os quais foram ordenados sacerdotes. Pode-se concluir esta etapa da ação educativa dos MSC pela fala do reverendo Geraldo Lima Silva. Ressalta-se que certas características culturais, tais como vestimentas, recreios, horários de atividades, férias, currículo, ou seja, tempos e espaços, inculcaram um modo de se comportar, segundo uma época e finalidade religiosa, mantendo a Igreja em uma posição privilegiada no que se refere à instrução do seu quadro de pessoal e destacando-se no campo educacional.

1.5.2 A Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração (EPNSSC)

O que motivou a criação de uma escola paroquial? As que existiam na época não eram suficientes para atender as crianças da cidade? Nas décadas de 1940 e 1950, conforme exposto, havia pouco investimento na construção de escolas no interior do Maranhão, alto índice de analfabetismo, crianças em idade escolar fora da escola, poucas escolas em Pinheiro, as quais não eram suficientes para atender os mais de 11 mil alunos que não sabiam ler e escrever – pois, de acordo com Recenseamento de 1950, apenas 11,72% das crianças entre 5 e 14 anos sabiam ler e escrever (IBGE, 1955, p. 86-87). Considerando tais aspectos, eram urgentes a construção de mais escolas e a contratação de mais professoras.

Quando a escola paroquial foi fundada, em 1950, ofereceu 180 vagas (jardim, 1ª, 2ª e 3ª séries). Três anos depois, quando iniciou o curso ginasial, a escola oferecia 599 vagas, incluindo o curso primário. O jardim de infância deixou de ser oferecido, retornando apenas no ano letivo de 1961. A princípio, a EPNSSC foi planejada para atender crianças pobres, isto é, as que necessitavam de instrução e não tinham oportunidade. Quando se tornou Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração (GENSSC) e, em seguida, Ginásio Pinheirense, mais especificamente, passou a atender aos anseios de parte da elite local, que pleiteava educação secundária para seus filhos, evitando que fossem enviados para a capital ou outros estados. Logo nas primeiras décadas de funcionamento, passou a representar modelo/símbolo de formação cultural e humanística, de ensino de qualidade, que oportunizaria a continuidade dos estudos acadêmicos, de transmissão de valores morais e religiosos necessários à vida em sociedade.

A criação de escolas paroquiais foi uma prescrição da Pastoral Coletiva Meridional de 1901 e representou uma estratégia fundamental na cruzada da Igreja em favor da retomada dos espaços políticos e contra as escolas laicas instituídas pelo Estado republicano. Assim diz o documento:

> Nas circunstâncias em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que os Revdos. párocos se esforcem por fundar em suas paróquias escolas primárias, nas quais a mocidade nascente da paróquia encontre pasto espiritual da doutrina cristã e de outros conhecimentos úteis para a vida prática. E tenham para isto em vista do prescrito pelo Concílio Plenário Latino Americano Pastoral Colletiva, 1902. (apud DALLABRIDA, 2011, p. 80)

Seguindo esses preceitos, o pároco Fernando Meloselli apresentou o projeto da escola paroquial em Pinheiro a dom Afonso, que considerou a iniciativa louvável. Compraram a casa de Armindo Campos, na Rua Benjamin Constant, em frente à Praça Padre Newton, próxima da Igreja Matriz. Era importante essa localização, pois facilitava a participação frequente das meninas e meninos nas práticas litúrgicas católicas.

Ao tratar da materialidade, Magalhães (2004) considera-a em suas condições físicas mais imediatas, ou, ainda, como suporte das práticas educativas. Observa-se que a escola paroquial foi instalada em um prédio próprio, adaptado com cinco salas de aula, arejadas por janelas laterais, sendo inaugurado em 28 de fevereiro de 1950, localizado na Praça da Igreja Matriz, ou seja, em um *lugar distinto*. Equiparava-se, em termos de localização, ao Grupo Escolar "Odorico Mendes", na Praça da República (atual José Sarney) e ao Grupo Escolar "Elisabetho de Carvalho", instalado na Praça da Liberdade (atual Centenário), considerados escolas-monumento representantes do projeto republicano de educação. Como afirmam Vidal e Faria Filho (2005, p. 52): "Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular". Do mesmo modo, a Igreja, por meio da escola paroquial, oferecia à população seu projeto educativo, igualmente exemplar. Essas escolas serviam como propaganda da força e do interesse dos grupos político e religioso da região em oferecer educação escolar à população.

> [...] o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visava incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica ou *(religiosa*), constituída pelas luzes [do Estado e Igreja, rumo ao progresso] (VIDAL; FARIA FILHO 2005, p. 54, grifo nosso)

Ao se analisar a representação da escola paroquial, isto é, a materialidade-conteúdo como antecipação daquilo que deverá constituir a atividade própria da instituição (MAGALHÃES, 2004) por meio de seus estatutos, evidencia-se que a escola, diretamente dependente do pároco, objetivou a "instrução de crianças mais pobres da Paróquia" (UNGARELLI, 1950, p. 5).

Talvez, a expressão "crianças mais pobres" a que se refere o Estatuto da EPNSSC seja pobreza no sentido de carência ou escassez de escola; não exatamente financeira, pois, paradoxalmente, as famílias pagavam Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) por mês, embora essa colaboração não fosse suficiente para arcar com as despesas mensais. Dessa forma, a remuneração das professoras era feita com recursos da própria congregação dos MSC e das espórtulas angariadas nas desobrigas.

No último parágrafo do artigo 1º do Estatuto, que trata da "Instituição e seus fins", depreende-se a representação da escola paroquial "intitulada e dedicada a Nossa Senhora do Sagrado Coração, a cuja proteção materna e carinhosa, à qual as crianças estavam entregues" (UNGARELLI, 1950, p. 2). Este parágrafo do Estatuto explicita a devoção à mãe de Jesus, pela qual os MSC tinham predileção. Sugere-se a instrução/educação como algo feito por mulher, ou seja, a professora representaria a mãe que protege e cuida. Trata-se de uma representação que associa instrução/educação à maternidade e, consequentemente, ao sagrado. Mulher, professora, mãe e sagrado foram elementos intencionalmente associados à representação da EPNSSC. Segundo Regina Durans Mendes (apud COSTA, 2012, p. 92), a "proposta educacional da escola paroquial agradou, logo em sua origem, grande parte dos pais, que viam unidas numa só instituição duas características importantes na formação das crianças pinheirenses: o ensino e a religião [...]".

Segundo o Art. 1º do Estatuto da EPNSSC, o currículo era composto pelas "matérias dos programas governamentais e uma profunda instrução, educação e formação religiosa, moral, civil" (UNGARELLI, 1950, p. 2). Em 1950, o padre Fernando Meloselli seguiu o plano curricular das escolas primárias públicas do Maranhão nas modalidades primário elementar, de quatro anos de duração, e primário complementar, de um ano, previsto no Decreto-Lei nº 8.529/1946 (ROMANELLI, 2013, p. 163-164).

Considerando-se que os programas podiam ser adaptados à realidade regional, desde que respeitados os princípios gerais do decreto-lei (BRASIL, 1946, art. 12), o ensino religioso retornou ao currículo, mas sem constituir objeto de obrigação dos professores e frequência obrigatória aos alunos (DL, Art. 13). A partir desses princípios, o currículo da EPNSSC foi elaborado conforme consta no Quadro 1, a seguir:

Matérias	
Curso primário elementar	**Curso complementar**
Leitura; Linguagem Oral e Escrita	Leitura; Linguagem Oral e Escrita
Iniciação à Matemática	Aritmética e Geometria
Geografia e História do Brasil	Geografia Geral e História das Américas
Conhecimentos Gerais Aplicados à Vida Social, à Educação para a Saúde e ao Trabalho	Ciências Naturais e Higiene
Para o sexo feminino: Trabalhos Manuais	Para o sexo feminino: Trabalhos Manuais e Noções de Economia Doméstica
Desenho	Desenho
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Educação Física	Educação Física
Estudo da Religião, da História Sagrada e do Evangelho	Estudo da Religião, da História Sagrada e do Evangelho

Quadro 1 – Currículo da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração – 1950
Fonte: o autor, com base em: NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO (1950).

Para compreender o currículo, faz-se necessário observar o programa de disciplinas, o estatuto e os eventos cívico-religiosos. Quanto ao Estatuto:

> [...] Art. 5º "Do "programa" [...] §1º. Fundamentalmente se seguirá o programa governativo; §2º. Máxima importância será dada ao estudo da Religião, da História Sagrada e do Evangelho; § 3º. Haverá aulas também de canto, de Educação Física e de trabalho especialmente para as meninas [...] Art. 7º "Do Horário e Abertura das aulas" [...] § 3º. A abertura das aulas está marcada para o início da Quaresma; [...] Art. 8º "Do Regulamento Religioso" [...] § 1º. Cada aluno há de assistir à Missa todos os domingos às 8 horas na Matriz; § 2º. Cada aluno há de frequentar o catecismo e tomar parte nas reuniões religiosas para crianças. (UNGARELLI, 1950, p. 2)

Os eventos são os relativos às datas comemorativas, principalmente ao "Dia da Pátria" (7 de setembro) e ao "mês de maio", chamado "Mês de Maria". Quanto ao primeiro, havia missas e desfiles pela manhã, exercícios físicos e jogos pela tarde, nos espaços públicos, a fim de que a sociedade apreciasse a formação cívico-religiosa oferecida pela EPNSSC. Quanto ao segundo, o mês mariano, os alunos eram estimulados a competir na confecção e montagem de altares à imagem de Maria, onde as professoras, juntamente com alunos e alunas, reuniam-se para louvar e orar a Nossa Senhora (TOMBO, Nossa Senhora do Sagrado Coração. Pinheiro, 1952, p. 14).

Dada a proximidade entre escola e igreja, de orações e rezas no início das aulas, de em determinados momentos haver exposição de altares dedicados à mãe de Jesus, da

obrigatoriedade de participar da missa aos domingos, frequentar aulas de catecismo e reuniões religiosas, do início do ano letivo ser determinado pelo início da Quaresma, evidencia-se que o espaço e o tempo litúrgicos cristãos católicos condicionavam a materialidade escolar.

A partir destes três elementos – programa, estatuto e eventos –, pode-se inferir a representação de formação integral oferecida pela EPNSSC, que envolvia conhecimentos científicos, valores morais, cívicos, físicos e catecismo (conjunto de dogmas do Cristianismo católico), pretendendo formar um cidadão patriótico, dotado de espírito cristão católico.

A disposição dos agentes encarregados do funcionamento institucional constituía-se de uma diretoria, que representava o pároco e chancelava, mediante autorização dele, os processos administrativos e pedagógicos da EPNSSC. No dia 7 de maio de 1950, foi publicada no jornal *Cidade de Pinheiro* a relação nominal dos alunos matriculados e suas respectivas professoras. A diretoria ficou a cargo de D. Raimunda Marques Reis e professora da 3ª Classe, 40 alunos, (mista); professora Aurelina Catarina Amorim 2ª Classe, 40 alunos, (mista); profª. Maria de Lourdes Freitas (Dona Dilu) 1ª Classe, 32 alunos – Secção "Masculina"; profª. Zuíla Correia 1ª Classe, 30 alunas – Secção Feminina e; no Jardim de Infância, 30 alunos, (misto), com a profª Terezinha Ramalho. Somando o total de 169 alunos.

De acordo com o livro Tombo III (1952), o quadro docente da EPNSSC era composto exclusivamente por professoras leigas, inclusive cursaram o primeiro ciclo ginasial a partir de 1953. Segundo Amorim (1996, p. 39):

> Eram todas leigas, mas jovens responsáveis e dedicadas. Tinham amor à profissão. O pagamento era feito pelo Vigário que trazia das desobrigas os pacotinhos [...] para cada uma professora, que recebia como cooperação para o crescimento da Escolinha que tanto amavam. O salário maior era Deus quem pagava. E elas eram felizes!

O relato da ex-professora Amorim relaciona características das professoras da EPNSSC que indicam incongruências em relação ao trabalho que desenvolviam: escreve que "tinham amor à profissão", eram "dedicadas e responsáveis", porém eram leigas e recebiam "cooperação" pelo trabalho realizado, e acrescenta que "o salário maior era Deus quem pagava". Depreende-se do relato que Amorim considerava que professoras leigas eram profissionais, dedicavam-se ao trabalho docente com responsabilidade, porém, aceitavam como pagamento do trabalho um valor simbólico. O relato sugere que o trabalho era exercido "por amor", voluntariamente, em prol do crescimento da Escola e em colaboração ao trabalho missionário dos padres, pois não há registro do valor da remuneração recebida pelas professoras leigas da EPNSSC.

Talvez o relato de Amorim esteja relacionado à concepção do papel social da mulher, imposto pela sociedade da época e reforçado pela Igreja. À mulher caberia ser educadora dos filhos, desenvolver atividades em prol da família e, ao exercer esse papel, atuaria no processo de moralização da sociedade.

Analisa-se que o investimento na formação de professoras leigas em Pinheiro relaciona-se às políticas educacionais da Igreja para a América Latina. No início do século XX, na Pastoral Coletiva Meridional, a Igreja recomendou aos párocos criar escolas primárias católicas em todas as paróquias do continente a fim de combater as ideias liberais e protestantes. Da mesma forma, em 1951, por ocasião do IV Congresso Interamericano de Educação Católica[21] realizado no Rio de Janeiro, o papa Pio XII em carta ao cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (1894 – 1971) reforça a importância da difusão da doutrina católica, da formação de professores leigos e multiplicação de educandários com a finalidade de combater o ensino laico e o protestantismo.

> [...] preciosas consequências serão, também, a difusão entre todos os católicos da América, dos princípios da doutrina católica, no que se refere aos direitos da Igreja e da família; a sólida formação de professores leigos, que venham em auxílio do clero e educadores religiosos, tão reduzidos em número, e a multiplicação e aprimoramento dos educandários, como poderosa barreira ao desenvolvimento do ensino laico e protestante. Carta de Pio XII a D. Jaime de Barros Câmara (Anais, 1951, apud. BENCOSTA, 2001, p. 118)

Em consonância com esses preceitos da Santa Sé, os MSC investiram na formação de várias jovens pinheirenses, oriundas das camadas mais empobrecidas, para atuarem como educadoras católicas. A elas, os MSC ofereceram trabalho com salários baixos (a título de colaboração) na escola primária da paróquia (EPNSSC) e bolsas de estudos para cursarem ensino secundário no GP; em contrapartida, por meio da docência, elas colaboraram com os padres da referida congregação na missão evangelizadora, combatendo a instrução laica e o protestantismo no município de Pinheiro.

Com a demanda de alunos e a limitação de 25 alunos por sala, nos anos seguintes – 1951 e 1952 – o número de professoras aumentou consideravelmente, chegando nesse último ano a 16 professoras leigas (imagem 7): Aurelina Catarina (1) Amorim, Darly Durans (2), Francisca Lobato (3), Glorinha Costa (4), Gracinha Moreira (5), Lizete Beckman (6), Luzia Freitas (7),

[21] O Congresso Interamericano de Educação Católica é realizado trienalmente pela Confederação Interamericana de Educação Católica (CIEC) fundada em 1945 em Bogotá – Colômbia. A CIEC tem como objetivos discutir e propor políticas educacionais, por meio da Escola Católica, aos países latino-americanos. Disponível em < http://anec.org.br/congressociec/apresentacao/>. Acesso em 27 de jun. 2016.

Maria Alice Moreira (8), Maria Leonete Bezerra (9), Maria do Rosário Cordeiro (10), Maria dos Prazeres Dias (11), Maria da Natividade Costa (12), Maria Helena Costa Soares (13), Neoline Bezerra (14), Raimunda Amorim (15) e Terezinha da Costa Leite Guterres (16).

Imagem 7 – Professoras da EPNSSC, 1952
Fonte: Arquivo digital do NEDHEL

As professoras da EPNSSC usavam uniforme composto de blusa de mangas curtas na cor branca e saia de pregas, abaixo dos joelhos, na cor azul, com objetivo de discrição, recato e seriedade perante os alunos e a sociedade. O uniforme dos alunos da EPNSSC seguia o mesmo padrão, diferenciando-se ao acrescentar uma gravata, as iniciais "NS" (Nossa Senhora), o desenho de um coração no lado esquerdo do peito e o uso de sapatos pretos em modelos específicos quanto ao sexo. Em função da demanda de alunos egressos de diversas escolas de primeiras letras, isoladas, grupos escolares e escolas reunidas da região e, em contrapartida a disposição de recursos próprios da Congregação dos MSC e de subvenções/acordos do poder público, em 1951 os MSC compraram a casa de Josias Peixoto Abreu (ex-prefeito), na Rua Luís Domingues, esquina com a Rua Josias Abreu, local privilegiado por ser central. Lá instalaram as classes femininas, enquanto as masculinas ficaram no prédio da Praça da Matriz. Assim, enquanto o novo prédio estava sendo estruturado, a EPNSSC funcionou em dois edifícios (praça da Matriz e rua Luís Domingues).

Na base dos acordos políticos, em 27 de dezembro de 1952 o governador Eugênio Barros, por meio do Decreto nº 841, equiparou a EPNSSC às escolas públicas primárias

estaduais e, com o apoio do desembargador Elisabetho de Carvalho, a professora Terezinha da Costa Leite Guterres, já integrante do corpo docente, passou a ser a primeira professora normalista da instituição. Dessa forma, no ano letivo de 1952 as aulas iniciaram já no Grupo Escolar "Nossa Senhora do Sagrado Coração" (GENSSC), situado no novo endereço, rua Luís Domingues (imagem 8).

Essa denominação é bastante significativa, uma vez que nos grupos escolares se estabeleceu um ensino racional, intuitivo, seriado, com classes reunidas em um prédio sob única direção, separadas por sexo e de acordo com o grau de aprendizagem. Tornaram-se, para muitos, a representação de escola primária ideal (VIDAL, 2009). Essa iniciativa deu mais credibilidade ao trabalho educacional desenvolvido pelos MSC em Pinheiro e alinhavou o processo de alteração de Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração para Ginásio Pinheirense.

Imagens 8 – Rua Luís Domingues, ao fundo o Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração. Prédio Centro [195-]. Fonte: IBGE, Série Acervo dos municípios brasileiros – fotografias [19--]

Logo no ano seguinte, 1953, "cerca de 900 crianças" foram matriculadas no primário (DOLORES, [*196*-]) e começou o processo de transformação do GENSSC em Ginásio Pinheirense. A construção foi por etapas, conforme a entrada de recursos financeiros. À medida que o prédio foi sendo erguido, foi se destacando no tecido urbano da cidade; ao mesmo tempo, a contratação de professores, o currículo, a presença dos padres MSC e das irmãs FNSSC na

direção do ginásio fizeram com que se evidenciasse como centro de educação racional, científica, moral e, consequentemente, que passasse a ser valorizado pelos alunos e pela sociedade pinheirense. No próximo capítulo, serão analisados a representação do GP por meio dos discursos dos fundadores, a arquitetura e outros espaços educativos a ele vinculados, estabelecendo-se relações com o crescimento dos equipamentos econômicos, populacional e urbanos da cidade de Pinheiro.

CAPÍTULO 2 – GINÁSIO PINHEIRENSE: arquitetura e outros espaços educativos

Ginasianas em ordem
Subindo escadas;
Professor sereno,
Olhar em cada
Recordo...
Sinto saudades!...

Carteiras em linha
Sentadas lendo;
Professor falando
Mãos escrevendo
Lembro...
Tenho saudades!...

O pátio em algazarra
Brincando a moçada;
Professor sorrindo
Turma levada,
Sonho...
Vivo saudades!

AMATE, Nair. *Cidade de Pinheiro*, 15/08/1973, p. 3

A primeira parte deste capítulo discorre sobre o Ginásio Pinheirense (GP), tendo em vista a representação dos fundadores explícita nos discursos; qual foi o objetivo e a quem se destinou o referido estabelecimento de ensino; além disso, procurou-se neste texto analisar como uma escola católica secundária fundada em 1953, no período regido por uma constituição de cunho democrático-liberal, funcionou a partir de uma legislação elaborada no início dos anos 1940, período ditatorial Estado Novo (1937 – 1945). Ressalta-se que o período delimitado neste trabalho compreendeu um espaço temporal de 10 anos (1953 – 1963), período que acumulou mudanças socioeconômicas e culturais e disputas entre conservadores e liberais no processo de elaboração da legislação e políticas educacionais do país.

Na segunda parte deste capítulo, pretendeu-se analisar os aspectos da materialidade – os tempos e espaços educativos internos, externos e anexos ao GP, nos quais ficaram explícitos o disciplinamento, inculcação de valores, e as hierarquias no processo de ensino-aprendizagem, por meio da análise das fontes orais e imagéticas.

2.1 Os discursos dos fundadores do Ginásio Pinheirense (GP)

O discurso a seguir, intitulado "O Ginásio", foi divulgado na imprensa local, (*CP*, ano XXXIII, n. 1.543, p. 1, 15/02/1953) antes da inauguração do GP. É atribuído a Elisabetho de Carvalho e nele evidencia-se a representação deste que foi um dos colaboradores de D. Afonso Ungarelli no processo de fundação do primeiro estabelecimento de ensino secundário católico do município de Pinheiro:

> "O Ginásio"
>
> Antiga aspiração de Pinheirense vai ser agora convertida em realidade. Antiga aspiração pelo tempo já bem recuado em que despertou nos anseios da nossa gente, mas sempre nova pela esperança, nunca desdenhada da transformação em coisa verdadeira do sonho tão cuidadosamente acariciado. Vamos ter o Ginásio. Obra de importância capital para o soerguimento do nível intelectual da nossa terra, com o despertar das inclinações para as letras, para as ciências, para as artes da parte de nossa mocidade, que, com algumas exceções, moureja em Pinheiro afastada, em absoluto, dos ensinamentos tão imprescindíveis a elevação do espírito, da luz, que lhe ilumine os passos na estrada da vida, desviando do seu caminho as sombras das incertezas, das dúvidas do desconhecido, da ardósia das noites misteriosas. Dentro de um lustro, talvez outras proveitosas utilidades irradiarão do funcionamento do Ginásio, de maneira que, em um espaço não muito longe, poderá Pinheiro enquadrar-se na vanguarda das unidades administrativas do Estado consideradas as mais cultas, as mais civilizadas. O Ginásio está efetivamente aparelhado para vencer, tendo no seu corpo docente, educadoras treinadas na ciência da pedagogia, vindas do grande e culto centro paulista, onde, como irmãs abnegadas afeitas ao trato da orientação da mocidade na trilha emoldurada, nas doutrinas morais cristães, que formam o firmamento da bôa instrução e melhor educação, prestaram nos estabelecimentos a seu cargo, serviços e, que vão continuar nesta terra de Santo Inácio. Tudo prenuncia para o Ginásio Pinheirense, numa vitória de grande brilho, de retumbante claridade, na patriótica finalidade, a que se destina. Grandes foram os esforços por nós outros dispendidos, anos passados, no sentido de dar a Pinheiro, uma casa de ensino secundário, embora muitíssimo modesta, mas, apesar disto nada se conseguiu. Por isso, e sem nenhuma irreverência as doutrinas de Cristo, não podemos sufocar o desejo de proclamar que S. Exª. o estimado Bispo D. Afonso Ungarelli, conseguiu extrair água da rocha, em Pinheiro, doando a sede de sua Diocese a um estabelecimento de instrução secundária, nos próximos dias, ou seja, a sete de março deste ano de mil novecentos e cincoenta e três. A família Pinheirense deve estar repleta de alegrias – e bem justas estas são – pela inauguração do Ginásio, no qual terão os seus filhos de receber as águas batismais das letras e da ciência, com grande proveito não somente para si, mas, também para a sociedade, de que fazem parte, sociedade, que se ufanarão pela ilustração da sua mocidade. Dessas alegrias compartilhará toda a população da zona da baixada maranhense, pois que a toda essa região beneficiará o Ginásio, o primeiro a inaugurar-se nestas paragens. Bem-vindo, pois, o Ginásio Pinheirense (CARVALHO, Elisabetho de. O Ginásio. *CP*, ano XXXII, n. 1.543, p. 1, 15/02/1943).

O outro discurso, intitulado "Ginásio Pinheirense", publicado na imprensa escrita (*CP*, *a*no XXXII, nº 1.552, p. 4, 19/04/1953) e atribuído a Dom Ungarelli foi dirigido ao governador Eugenio Barros, que por ocasião da inauguração do GP, foi representado pelo desembargador Elisabetho de Carvalho. Nele, o bispo ressalta a importância da formação moral da juventude e da educação destinada às mulheres, que seriam educadoras no lar, conforme o excerto a seguir:

> "Ginásio Pinheirense"
> [...] Não há dúvida, Exmo. Sr. Governador, que a nossa Prelazia há de zelar pela moralidade de costumes, educando aqueles que se matricularem nos cursos regidos por ela, já que lamentavelmente inexiste a educação doméstica, esse crisol de sabedoria e de moral dos deuses lares, já que assim sucede, não há como a Prelazia e todos os Professores de Pinheiro não se recusarem à conjugação de esforços e estabelecerem uma como catequese no sentido de salvar o que ainda nos restar de aproveitável desse manancial inexaurível que são aqueles que mais tarde nos representarão no cenário da vida e da sociedade.[...]. Há, por toda esta Cidade uma corte de pervertidos e inveterados do mal, e cujo freio, se não for sustentado pela educação que os preceptores podem ministrar, amanhã, com a dissolução de costumes que assistimos num crescendo assustador, teremos de registrar maior percentagem no quadro da delinquência moral e criminal de nossa terra! *Horresco referesn*! (*sic*) (UNGARELLI. Ginásio Pinheirense, 1953, p. 4, *grifos nossos*).

Entende-se a categoria "representação", utilizada neste texto, não somente como idealização prévia ou forma de "trazer à mente um objeto ausente", mas como capacidade ou poder de mobilizar recursos para tornar determinado empreendimento realidade (CHARTIER, 2002). A natureza da representação envolve, dentre outras, as subcategorias: estatuto, o modelo pedagógico, o currículo.

Os discursos dos fundadores divulgados na imprensa escrita de Pinheiro se tornaram importantes na análise da história do GP porque esses discursos expõem lutas e representações. Como afirma Chartier (2002, p. 17), os discursos "têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio".

O discurso do desembargador remeteu a um tempo fora do tempo do discurso supracitado. Nele se reporta ao início da década de 1920, quando as principais lideranças políticas (Josias Abreu Peixoto, Clodoaldo Cardoso e Elisabetho de Carvalho) criaram o *Instituto Pinheirense*, com objetivo de ofertar ensino primário e secundário, para ambos os sexos, porém, as atividades findaram após dois anos de funcionamento. Em 1926, fundaram a Escola Normal de Pinheiro, mas após oito meses as atividades findaram. Esses fracassos explicam em parte o discurso de Elisabetho de Carvalho ao afirmar que "[...]. Grandes foram

os esforços por nós outros dispendidos, anos passados, no sentido de dar a Pinheiro, uma casa de ensino secundário, embora muitíssimo modesta, mas, apesar disto nada se conseguiu. [...]" (CARVALHO, 1953, p.1). A referência aos anos 1920 sugere pensar no interesse que o desembargador tinha em relação às políticas educacionais do município de Pinheiro. A fundação do GP ocorre na década de 1950 e envolve outros atores: lideranças políticas e religiosas, conforme exposto no capítulo 1.

Antes de avançar a análise do discurso de Elisabetho de Carvalho, convém mencionar que a legislação educacional do período evidenciado neste trabalho, as Leis Orgânicas do Ensino (1942 – 1946)[22] concebidas parcialmente na gestão do ministro Gustavo Capanema Filho, baixadas por meio de decretos-lei e conhecidas como Reforma Capanema [...] fixaram a estrutura organizacional e ratificaram o projeto cultural de formação da juventude que consagraria, no país, o modelo da nação, privilegiando a cultura geral desinteressada e de caráter altamente seletivo (SOUZA, 2008, p. 145).

De acordo com a Reforma Capanema, "educação secundária" termo utilizado no período delimitado desta pesquisa refere-se aos tipos de educação pós-primária em nível de primeiro ciclo (curso ginasial, normal, industrial, comercial e agrícola) com duração de 4 anos), e em nível de segundo ciclo com duração de 2 ou 3 anos (secundário: clássico e científico direcionados ao curso superior, e os cursos: normal, agrícola, comercial, industrial, os quais possuíam caráter de terminalidade), sendo que o curso normal direcionava à Faculdade de Filosofia e o curso Industrial ao curso superior Técnico.

Em relação à expansão desse nível de educação no Brasil, Nunes (2000) comenta que foi influenciada por desigualdades regionais e por ação da iniciativa privada. No primeiro caso, havia correlação positiva entre nível de desenvolvimento econômico-social (em termos de densidade demográfica, taxa de urbanização e percentagem de renda) e quantitativo de benefícios educacionais (expressa em número de matrículas, número de estabelecimentos de educação secundária e, consequentemente, do índice de alunos médios por 1.000 habitantes e porcentagem de matrícula média da população de 12 a 19 anos).

No segundo caso, a autora destaca que nos anos 1960 a ação da iniciativa privada influenciou de forma preponderante na expansão da educação secundária, entretanto, não foi tão marcante quanto nos anos 1940/50, quando perfazia 73,3% em contraposição à atuação

[22] No Estado-Novo foram publicadas as Leis orgânicas do ensino industrial (Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.244 de 09/04/1942), do Ensino Comercial (Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943). Em 1946, no governo de José Linhares foram publicadas as Leis Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946), do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529 de 02/01/1946), do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.530 de 02/01/1946) (ROMANELLI, 2013, p. 157-158).

pública, que ofertava 26,7% dos estabelecimentos de ensino secundário. Seguindo esses dados, em São Paulo, pesquisa da professora Marília Sposito (2002, p. 28) constatou que a iniciativa particular era responsável em 1940 por 75, 20% das matrículas no ensino médio e em 1961 havia baixado para 58, 35%. Os poucos investimentos na educação secundária pelo setor público abriram espaço à iniciativa privada. Desse modo, os ginásios particulares proliferaram, com forte atuação de congregações católicas. Na época, o baixo efetivo de recursos humanos do governo federal dificultou o disciplinamento da expansão privada, restando o controle apenas em termos formais.

Segundo Geraldo B. Silva (1969) considera outros fatores conectados a esses mencionados, que também provocaram a expansão da educação secundária no país: o crescimento demográfico, exigências de maior nível de escolarização estimulado pelo processo de desenvolvimento industrial, especialmente em áreas urbanas e oferta do ensino primário que repercutia na demanda por educação secundária. Relativo a este fator, Santos (2016) defende que a expansão da escola primária, sobretudo, após a obrigatoriedade deste nível de ensino, consequentemente, impulsionou a expansão de escolas de educação secundária públicas e privadas, estas subvencionadas pelo poder público. A escola primária pública, portanto, tornou-se uma colaboradora da educação secundária privada.

Nesse período, na capital havia sete estabelecimentos de ensino secundário: dois de caráter público: o Collégio Estadual e o Ginásio Feminino – reorganizado em 1939 sob a denominação de Instituto de Educação do Maranhão (ambos funcionavam no Liceu Maranhense). Embora público, havia cobrança de taxas a título de mensalidades, extintas em 1945. Cinco escolas eram particulares, destas 2 confessionais: o Ginásio Maranhense São Francisco de Paula, dos irmãos maristas (masculino) e o Ginásio Santa Teresa, das irmãs Dorotéias (feminino); e 3 laicos, os Ginásios Rosa Castro (exclusivamente feminino a partir de 1930), Colégio São Luís e Ateneu Teixeira Mendes (misto). No interior do Maranhão havia apenas duas escolas que ofereciam o ensino secundário: em Caxias, o Colégio Caxiense, e outro no município de Carolina, o Ginásio Carolinense (por vezes, aparece como Ginásio do Sertão Maranhense), ambos particulares, laicos e frequência mista (MARANHÃO, 1948). Segundo Motta (2003), a partir da década de 1950, irmãs franciscanas vindas para o Maranhão criaram escolas secundárias Normais em vários municípios do Estado. Outras congregações católicas como os MSC (1953), em Pinheiro; os irmãos de Nicollet em Guimarães (1955)[23], Sagrada

[23] Cf. PESSOA, Claudeilson Pinheiro. A obra educacional dos irmãos de Nicollet em Guimarães (1955-1965). 2013. 151 f. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

Família de Nazaré (Piamarta), em São Bento (1957), fundaram escolas de nível secundário no interior Maranhão. No final da década de 1960, dos municípios que compunham a Prelazia de Pinheiro, apenas Cururupu, Guimarães, Pinheiro e São Bento possuíam algum tipo de estabelecimento de educação secundária (SARAIVA, 1975, p 161).

Em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 1951, o governador Cesar Alexandre Aboud lembrou que ao lado da valorização dos indivíduos pela oferta e melhoria dos equipamentos de saúde pública, caberia elevá-lo mentalmente por meio da instrução, tornando-os capazes de compreender seus direitos e, para isso, seria preciso colocar ao alcance dos indivíduos de todas as idades escolas adequadas e nelas favorecer sua permanência.

Para o governador, os investimentos na educação escolar eram necessários em virtude da tradição do povo maranhense, pois, segundo ele: "No Maranhão, sobretudo, esse problema cresce de valor e importância, porque foi pelas grandes luzes do saber e pelo fulgor da inteligência de seus filhos, que nos impusemos à admiração nacional, o que tanto enobreceu o nosso passado de glórias imarcescíveis" (MARANHÃO, 1951, p. 15).

O reconhecimento do governo do Maranhão da importância da educação secundária e o aumento da demanda por vagas nesse nível de ensino contribuíram para o poder público aumentar a oferta de vagas nos estabelecimentos de educação secundária já existentes, conforme mensagem do governador Eugenio Barros de 1952, ao destacar:

> [...]. Presentemente dispomos de mais dois estabelecimentos: o Ginásio da Escola Normal (feminino) e o Ginásio Noturno [...] a matrícula no ano passado [1951] no Colégio Estadual atingiu a 532 alunos, dos quais 231 do 2º ciclo, enquanto, na Escola Normal e no Ginásio a esta anexo, alcançou os números de 471 e 123 respectivamente. No Ginásio Noturno, o movimento foi de 187 alunos. Continuam os Ginásios do interior subvencionados pelo Governo do Estado, o Ginásio Carolinense e o Caxiense (MARANHÃO, 1952, p. 89).

Assim sendo, em 1951, o Estado do Maranhão passou a dispor de 4 estabelecimentos oficiais de ensino secundário: o Colégio Estadual, a Escola Normal, o Ginásio da Escola Normal e o Ginásio Noturno. Estes estabelecimentos oficiais funcionavam no mesmo edifício chamado de "Palácio da Educação", o qual passou por uma reforma em suas instalações e consertos na fachada externa em 1951 e a partir desse ano ofertou o curso ginasial noturno (Ginásio Noturno).

No ano de 1952, as matrículas atingiram no Colégio Estadual a 579 alunos dos quais 310 no 1º ciclo, enquanto na Escola Normal e Ginásio da Escola Normal alcançaram apenas

139 e 512 alunas, respectivamente. No Ginásio Noturno, matricularam-se 297 alunos. (MARANHÃO, 1953, p. 105).

Contudo, o governador Eugênio Barros em mensagem à Assembleia Legislativa faz referência aos investimentos do setor privado na educação secundária no Estado: "o concurso da iniciativa privada, que além de notável atividade concernente à disseminação do ensino primário, nos deu, em 1952 [*1953*], mais quatro ginásios, instalados nos municípios de Pinheiro, Codó, Balsas e Caxias [*neste último, o ginásio Caxiense já estava em funcionamento desde 1947*]" (MARANHÃO, 1953, p. 105 – 106, *grifos nossos*).

Segundo Motta (2003), Ribeiro (2006), Mello (2015), a expansão da oferta da educação secundária no Maranhão nos anos 1950/60 ocorreu mediante investimentos privados e dentre estes, a participação considerável da Igreja Católica, por meio de congregações religiosas.

No estado do Maranhão havia déficit de estabelecimentos de educação secundária, distribuição geográfica desigual dos estabelecimentos, ensino prevalentemente literário e propedêutico, prevalência de escolas de formação normal primária. A maioria desses estabelecimentos era destinada à elite econômica, política e intelectual da capital e elite rural do interior do Estado.

Os investimentos por parte da iniciativa privada eram sempre motivo de agradecimento dos chefes do poder executivo, consoante o reconhecimento do Governador Eugenio Barros: "cumpre destacar que o Clero, as Instituições de Assistência Social, o professorado e a Imprensa têm dado valiosa cooperação, principalmente a de incentivar a Campanha de Alfabetização de Adultos e Adolescentes" (MARANHÃO, 1955, p. 136).

Retomando a análise do discurso de Elisabetho de Carvalho, em Pinheiro, nos anos de 1950, três décadas após tentativas frustradas de implantação da educação secundária nos anos 1920, num lampejo de crescimento dos equipamentos econômicos, populacional, educacional primário, chegada de missionários religiosos católicos e reivindicação das classes médias e alta, urbana e rural, reiniciaram-se aos investimentos na educação secundária, mediante recursos da iniciativa privada subvencionada pelo Estado.

A matéria publicada no jornal *Cidade de Pinheiro*, intitulada "A Instrução de Pinheiro" (Ano XXXV, n. 1.730, cad. 05, p. 1, 02/09/1956) fazia uma retrospectiva antes da fundação do GP. No excerto da matéria a seguir, evidencia-se a reivindicação das classes supracitadas por educação secundária aos jovens pinheirenses:

> [...] a necessidade de um estabelecimento de ensino secundário, entre nós, a fim de que pudesse a nossa mocidade completar os seus estudos iniciados nas escolas de curso primário faziam [...] rapazes e senhoritas desta terra, procurarem [...] as casas de instrução secundária de São Luís, sendo que alguns de melhores recursos rumavam para outros Estados [...] No entanto, outros ficavam privados da continuação dos seus estudos em face da impossibilidade, [...] de meios de retirar-se desta cidade (A INSTRUÇÃO...,1956, cad. 05, p. 1).

A fundação do GP veio atender à reivindicação das famílias de maior poder aquisitivo em favor da permanência dos jovens no seio familiar; contudo, muitos desses jovens após terminarem o curso ginasial no referido estabelecimento, foram encaminhados para outras cidades para dar continuidade ao segundo ciclo do curso secundário (clássico ou científico), oferecido em Pinheiro somente a partir de 1963, ano em o GP passou a ser denominado Colégio Pinheirense (CP).

Além disso, parece inegável que a reivindicação das famílias de maior poder econômico e influência política veio ao encontro do interesse da Igreja em investir recursos financeiros e humanos na educação secundária. Assim, o investimento no ensino secundário feito por MSC passou a fazer parte das estratégias de reestruturação do espaço político da Igreja e de recatolicização do povo Pinheirense.

No início dos anos 1950, os municípios maranhenses São Luís, Caxias e Carolina possuíam estabelecimentos de ensino secundário. Em Codó e Balsas, a educação secundária privada estava em processo de implantação.

Conquanto a implantação do ensino secundário nesses municípios tivesse despertado as classes alta e média pinheirenses por esse nível de ensino porque pretendiam manter o *status*, disputar as vagas nos cursos superiores e também ocupar os espaços de prestígio social por meio das profissões liberais, a implantação de um ginásio na cidade de Pinheiro seria o primeiro passo e a forma mais cômoda das classes média e alta atingirem esses objetivos, pois não precisariam enviar seus filhos a outras localidades para estudar.

Talvez, os proponentes do estabelecimento de ensino secundário tenham encontrado apoio das classes populares do município, pois estas percebiam que o curso secundário oferecia melhores possibilidades de ascensão social, como afirma Nunes (2000, p. 48):

> A escola que representava a oportunidade de ascensão social era o ginásio secundário, procurado não como uma escolha "irrealista" das classes populares como os estudos clássicos insistiam, mas como alternativa lógica, diante de suas expectativas na estimativa que faziam das vantagens relativas aos diferentes tipos de educação. Elas também queriam "o melhor" para os seus filhos, mas não havia escolas suficientes [...].

Neste sentido, Elisabeto de Carvalho, ao escrever em seu discurso: "em um espaço não muito longe, poderá Pinheiro enquadrar-se na vanguarda das unidades administrativas do Estado consideradas as mais cultas, as mais civilizadas", talvez sugerisse aos jovens ingressantes do GP que a eles caberia compromisso com os estudos, a fim de ocuparem no futuro os cargos na administração pública e/ou espaços profissionais de maior destaque social.

A carência de estabelecimentos de ensino secundário, seja 1º ou 2º ciclos na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, regiões que faziam parte da Prelazia de Pinheiro, serviu de argumento e enobreceu os discursos dos fundadores do GP. No discurso de Elisabetho de Carvalho, percebe-se sua preocupação com a juventude carente de acesso à educação escolar, esta compreendida como "imprescindível à elevação do espírito, como luz a iluminar os caminhos da vida, processo que desvia das sombras da incerteza, da dúvida e do desconhecido, da 'noite misteriosa'". O discurso dele indica que a educação escolar seria o processo que iria excluir a juventude da ignorância, ou seja, permitiria aos jovens a *maioridade da razão*, despertaria às Letras, Ciências e Artes, mas também poderia trazer outras vantagens, como, por exemplo, formaria a juventude para substituir, no futuro, as próprias lideranças políticas no quadro administrativo do Estado. Referiu-se ao estado do Maranhão, por sua cultura, civilização, vasta tradição literária, cuja capital fora considerada a *Atenas brasileira*. Seu discurso sugeriu sintonia com a ideologia da "formação das individualidades condutoras", prevista na justificativa do Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica para o Ensino Secundário, proposto por Capanema. Este concebia "a formação dos intelectuais como lideranças competentes a serviço do Estado" (NUNES, 2001, p. 116).

Enquanto liderança política, Elisabetho de Carvalho anunciou na imprensa escrita a fundação do GP, posicionando-se como porta-voz da família e da sociedade pinheirenses. Estas, segundo ele, estariam ansiosas pela inauguração do primeiro estabelecimento de educação secundária. Isto porque a sociedade ambicionaria a ilustração, o conhecimento científico, a emancipação da mocidade local. O ilustre Desembargador estava convicto da importância desse empreendimento e, ideologicamente, divulgou que toda população seria beneficiada. Na verdade, o discurso na imprensa escrita era direcionado às elites, pois poucos jovens provenientes das camadas populares teriam, realmente, condições financeiras de arcar com as mensalidades pagas e, portanto, frequentar as salas do referido estabelecimento de ensino católico.

Elisabetho de Carvalho foi figura influente nos trâmites de fundação, legalização e reconhecimento do GP, intercedeu na nomeação de professoras e indicou o inspetor do Departamento de Educação Secundária. O próprio nome "Ginásio Pinheirense" é significativo.

Geralmente, as congregações denominavam suas escolas com nomes de santos da Igreja, inclusive, os MSC e FNSSC fundaram escolas em outros estados brasileiros com sua insígnia. "Ginásio Pinheirense" é caso *sui generis*.

Em 07 de março de 1953 ocorreu a solenidade de fundação do GP, com a presença de autoridades civis e religiosas, professores, pais e alunos. Dia 15 de março de 1953 ocorreram pela manhã a solenidade religiosa celebrada por D. Afonso Maria Ungarelli e às 18 horas o corte da fita simbólica nas dependências do edifício. Em 19 de março de 1953 foi inaugurada a biblioteca "Gonçalves Dias" e a primeira aula da instituição. Este dia passou a ser considerado posteriormente o dia da fundação e aniversário do GP. Dia consagrado a São José *representante* ou *símbolo* de marido e pai, considerado o protetor da família, patrono da Igreja católica (definido por Pio IX, em 1870) e padroeiro dos trabalhadores.

Ao associar o dia de aniversário/fundação do GP ao dedicado a São José, os MSC tentaram relacionar o sagrado ao trabalho educativo por eles desenvolvido. Do mesmo modo, os MSC haviam tentado associar o divino/sagrado ao trabalho das professoras leigas da EPNSSC ao relacionar o trabalho delas ao cuidado maternal do Sagrado Coração de Maria. Sendo assim, pode-se dizer que a definição da data de fundação do GP demonstra também que datas comemorativas são oficialmente selecionadas com intuito de construir as memórias e representações de um povo (POLLAK, 1992).

Os estabelecimentos que ofertavam apenas o curso de primeiro ciclo do secundário eram denominados Ginásios. Os que além deste disponibilizavam do segundo ciclo eram nomeados de Colégio. Daí referir-se aos cursos oferecidos por esses estabelecimentos de ginasial e colegial, respectivamente. Essa denominação foi instituída pelo governo federal que autorizava (ou não) o funcionamento das instituições de educação secundária. (BRASIL, DL n. 4.244 de 9 de abril de 1942).

Em 1954, Anísio Teixeira, em uma palestra proferida aos inspetores do ensino secundário, fez a seguinte afirmação sobre essa modalidade de ensino:

> A escola secundária brasileira sempre foi, no passado, uma escola preparatória. Preparava os candidatos ao ensino superior*; como escola de "preparatórios", tinha objetivos determinados e uma clientela determinada*. A clientela era a que se destinava ao ensino superior; e os objetivos, os de fornecer o que, na época, se chamava de cultura geral. Tal escola secundária, como aliás a escola secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o ensino superior, *não visava a dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, a ministrar uma educação literária*, que era toda a educação que a esse tempo se conhecia (TEIXEIRA, 1999, p. 175, *grifos nossos*).

A afirmação de Anísio Teixeira está em harmonia com o DL n. 4.244 de 09/04/1942 que definiu as seguintes finalidades do ensino secundário:

> 1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes;
> 2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística;
> 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942).

O ensino secundário era visto como "canal" que permitia somente aos seus concludentes o ingresso no curso universitário, que à época era o "olimpo" de poucos privilegiados, notoriamente conhecidos pela História da Educação como as "personalidades condutoras", graças à expressão utilizada pelo próprio ministro Capanema, na exposição de motivos do dito Decreto-lei.

As Leis Orgânicas do Ensino, ao estabelecer as finalidades da educação secundária no Brasil, mantiveram a dualidade, isto é, o ensino secundário e o ensino normal tiveram os objetivos de formar as elites condutoras do país; enquanto o ensino profissional destinava-se à formação dos filhos dos operários, dos menos afortunados, estabelecendo a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual (ROMANELLI, 2013).

Quando os decretos-lei passaram a vigorar, a falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional e entre esses e a modalidade "secundário" constituía-se um dos principais pontos negativos, pois, no ato do ingresso na 1ª série do ciclo básico, já traçava o destino do aluno.

Todavia, quando o GP foi fundado já estavam em vigor as Leis de Equivalência de Estudos (LEE). Estas articulavam legalmente o ensino secundário com os demais ramos, tornando possível a transferência de uma modalidade de ensino para outra, mediante prestação de exame de adaptação, ou de um ciclo para o outro, mediante exame de complementação. A Lei nº 1.076/1950, primeira LEE, surgiu em 1950. Esta permitia a matrícula no segundo ciclo secundário (clássico ou científico) de estudantes concluintes do primeiro ciclo agrícola, comercial e industrial, mediante aprovação nos exames das disciplinas de cultura geral não estudadas nos ciclos técnicos. Em 1953, foi editada a segunda LEE (n. 1.821), que possibilitou aos concludentes do primeiro ciclo do ensino normal e dos cursos de formação militar e sacerdotal admissão no segundo ciclo secundário de acordo com o currículo apresentado, mediante aprovação em exames de complementação. Por meio desses exames estabelecia-se igualdade de condições entre os alunos dispensados e os concludentes do clássico ou científico

para fins de prestação de exames vestibulares. A LDBEN n. 4.024/1961 estabeleceu a equivalência de estudos a todos os cursos de nível médio ao determinar que todos os concludentes do secundo ciclo poderiam prestar vestibular a qualquer curso superior sem a necessidades de exames complementares (BOMENY, 2001).

Retomando o discurso de inauguração do GP atribuído ao líder religioso Dom Afonso Ungarelli, note-se que os termos (catequese, salvar, aproveitável, pervertida, delinquência moral e criminal) utilizados para caracterizar o ensino a ser ministrado no GP e a juventude de Pinheiro são carregados de moralismo, além explicitar uma representação pessimista que ele tinha da sociedade e da função social redentora que atribuía à educação escolar.

Neste sentido, a instituição católica seria uma agência que promoveria o equilíbrio do indivíduo à sociedade. A educação ministrada na escola seria autônoma, pois ao invés de receber influência da sociedade, seria ela quem interviria de forma absoluta no destino social, curando suas mazelas (LUCKESI, 1990). Ou seja, os indivíduos adultos, no caso do CP, os professores corrigiriam os desvios da juventude. A Escola teria a função social de integrar os indivíduos ao corpo social, promovendo coesão e harmonia da sociedade, levando-a ao progresso (DURKHEIM, 2004).

Dom Afonso Ungarelli considerava o lar "crisol de sabedoria e de moral", isto é, o local onde deveriam ser ensinadas e solidificadas as boas qualidades dos indivíduos, porém, segundo o bispo, na "inexistência de educação moral nos lares", ficaria ao encargo da escola e dos professores, que ao molde de uma catequese, deveriam instruir a partir de valores morais católicos, objetivando o escopo da educação escolar: a redenção da sociedade. Por conseguinte, a solução para a falta de moral nos lares e na sociedade pinheirense estaria na educação escolar a ser oferecida pela Igreja Católica.

Se "inexistia educação moral nos lares", logo os pais não conseguiam educar moralmente os filhos, e por isso, segundo o discurso, havia por "toda cidade uma corte de pervertidos e inveterados para o mal". Assim sendo, havia necessidade de oferecer educação à mulher, pois esta, era considerada pela sociedade da época a responsável pela educação dos filhos. O foco no público feminino objetivava, acima de tudo, formar mulheres católicas, que como mães, promoveriam educação doméstica a partir das virtudes e valores católicos.

O Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, concordava com a postura conservadora em relação à posição da mulher na vida social, defendida pela Igreja Católica. Por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1937, proferiu conferência na qual se expressou:

> Os poderes devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado em têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar (SCHWARTZMAN, 1984, p. 107).

Desse modo, a educação ministrada pelo Estado deveria preparar a mulher para a grande missão de ser o alicerce e conservar a família. Por isso, nas prescrições para o ensino secundário feminino, o Decreto-Lei (4.244 de 9/04/1942) inclui na 3ª e 4ª séries do curso ginasial e em todas as séries dos cursos Clássico e Científico a disciplina de Economia doméstica, e menciona no art. 25, item 4 que "a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar" (BRASIL, 1942).

No discurso atribuído a Dom Afonso Ungarelli percebe-se a representação do Ginásio como agência de evangelização e socialização dos valores cristãos católicos, enquanto o discurso de Elisabetho de Carvalho representa o GP como agência educadora que contribuiria para o progresso do município, pois na escola residiam as mais altas expectativas para o desenvolvimento econômico e cultural. O GP seria formador e regulador social, isto é, órgão essencial que iria contribuir com a sociedade brasileira, formando indivíduos capacitados a operar, organizar, administrar e governar, todavia os mais aptos e preparados teriam êxito no processo de formação escolar, pois, a seleção constituía-se um processo natural da vida. O GP seria um veículo de ascensão social e concederia prestígio aos indivíduos nele formados.

Os discursos dos proponentes do estabelecimento de ensino secundário de Pinheiro aparentemente sintonizados, sugerem disputas que ocorriam desde a década de 1930 entre os educadores liberais, defensores da escola laica, gratuita obrigatória e a coeducação, e os católicos que consideravam perigosa a interferência e exclusividade do Estado sobre a educação e na laicidade e coeducação afronta à concepção católica de educação. Segundo Romanelli (2013), a defesa dos princípios e valores da educação confessional reverberava a defesa dos grupos que vinham monopolizando o ensino e que a todo custo desejam impedir a perda desse monopólio, que a interferência do Estado poderia conduzir.

Analisando o discurso de D. Afonso Ungarelli percebe-se diferença entre formação moral católica x formação moral laica. Esta questão se relaciona à regulamentação do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino secundário oficiais e equiparadas.

Segundo Horta (1994) a Lei Orgânica do Ensino Secundário foi preparada pessoalmente por Capanema, que teria incluído o ensino da religião católica nos sete anos do curso com intuito de formar a personalidade dos indivíduos e por meio desse ensino fortalecer o poder nacional. O programa do ensino religioso, que estava ao encargo da autoridade eclesiástica, elaborado em 1942 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, encaminhado ao MESP pelo Arcebispo D. Jaime de Barros Câmara, apresentou as instruções metodológicas para o ensino religioso. A finalidade do curso de religião seria formar cristãos católicos. No curso ginasial seriam estudadas as principais verdades de fé, os princípios da moral cristã católica, o culto e os sacramentos. No final do curso ginasial, a Igreja Católica seria apresentada como vitoriosa dos obstáculos erguidos contra ela no decorrer dos tempos. No curso colegial, depois de uma revisão do conteúdo do curso ginasial, seriam estudados '"o problema do humanismo', 'as questões mais importantes da adolescência'. No final do curso colegial, seria apresentada aos alunos a 'posição da Igreja em face dos problemas econômicos, estéticos, científicos, políticos, sociais e religiosos'". (HORTA, 1994, p. 124).

Segundo o autor, o programa proposto do ensino de religião revela o caráter moralista, apologético, triunfalista, antiprotestante e antiespírita da Igreja Católica. No final dos anos 1950, surgiu a tendência católica de esquerda no Brasil, que aprofundou alianças com as classes populares, depois dos anos 1964.

A legislação educacional em vigor determinava que a educação moral e cívica seria abordada de forma interdisciplinar, principalmente por meio dos estudos de Geografia, História e Canto Orfeônico. O objetivo da moral e cívica seria desenvolver nos adolescentes os "elementos essenciais da moralidade: espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade, objetivando a formação das individualidades condutoras; desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade" (DL 4.244/04/1942).

A educação moral e cívica não se constituía em uma disciplina com tempo definido, e a Igreja não se opunha em desenvolver no adolescente o espírito de patriotismo. A igreja defendia a inclusão do ensino religioso, como disciplina, no programa do curso secundário, e por meio dessa disciplina formar a moralidade do adolescente, ou seja, formar sujeitos católicos, praticantes da doutrina católica: mandamentos, sacramentos etc., portanto, uma moralidade diferente da determinada pela legislação. "A educação moral e cívica deveria realizar-se através do ensino religioso católico" (SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 179).

Neste sentido, segundo o discurso, D. Ungarelli se propôs a disponibilizar os recursos materiais e humanos para implantação do GP, a fim de formar a moralidade do indivíduo por

meio de "uma catequese no sentido de salvar o que ainda nos restar de aproveitável". O líder da Igreja Católica estaria preocupado com a "dissolução de costumes' e o crescimento da "delinquência moral e criminal". Depreende-se das palavras do bispo que somente um ensino religioso, fundamentado na doutrina católica poderia salvar parcela da juventude "pervertida". Ficou aparente que o bispo representou o estabelecimento de ensino secundário com o objetivo de moralizar no sentido católico a juventude local.

Em síntese, o discurso do desembargador Elisabetho de Carvalho e o de dom Afonso Ungarelli, dão a entender um acordo: o primeiro estava mais interessado em fundar um estabelecimento secundário visando à formação da juventude para liderar, ocupar os cargos públicos, formar profissionais liberais, as "elites condutoras", voltado mais para o público masculino; enquanto o segundo estava interessado na formação de mulheres católicas, e estas no que concerne ao papel de educadoras no lar promoveriam os valores espirituais, éticos e morais do catolicismo. Ressalte-se que esta proposta promoveria, consequentemente, a ascensão social das mulheres que ingressassem no ensino secundário.

No subtítulo seguinte, discorre-se sobre como essa proposta se consolidou nos empreendimentos dos MSC (Ginásio Pinheirense, Convento Santa Marta e Patronato São Tarcísio).

2.2 Ginásio Pinheirense: o lugar do edifício na cidade, organização do espaço e proposta educativa

Dos espaços educativos institucionalizados construídos pelos MSC em Pinheiro abordaram-se aspectos da *materialidade* do Seminário São José e da Escola Paroquial no capítulo 1. Neste subtítulo, abordam-se aspectos da *materialidade* do GP, este considerado neste trabalho a obra educacional mais importante dos padres missionários, ainda em pleno funcionamento.

Para ser reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura, um dos pré-requisitos era a adequação da estrutura física do edifício às atividades de ensino. O GP, por se tratar de uma instituição católica destinada à educação secundária de moças e rapazes, fundado nos anos 1950, teve características específicas em relação ao projeto arquitetônico, a proposta pedagógica, localização espacial e temporal, e sucessivas reformas estruturais.

Frago e Escolano (2001) consideram importante o estudo das categorias tempo e espaço como realidades social e material na pesquisa histórica das instituições escolares. Sustentam que "a escola, em suas diferentes concretizações, é produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas" (FRAGO E ESCOLANO, 2001, p. 47).

Enquanto fontes, os edifícios escolares, principais espaços educativos a partir da modernidade, são considerados documentos no processo historiográfico e, como tais, representam aspectos do contexto sociocultural da época e do espaço geográfico, quando e onde foram construídos; podem representar concepções de educação ou ideologias de seus proponentes, idealizadores ou arquitetos. Frago e Escolano (2001, p. 28) destacam que a "sua localização, a disposição dele [do edifício escolar] na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como elemento curricular" importante na análise histórica das instituições escolares.

Analisa-se neste subtítulo o período de dez anos de funcionamento do GP (1953 – 1963) enfatizando-se a arquitetura do edifício em relação ao contexto de crescimento dos equipamentos socioeconômicos, culturais, populacionais e urbanísticos do município de Pinheiro, à preocupação dos MSC em cumprir os princípios e normas legais estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP)[24], aos interesses socioculturais de pequena parcela da população local e aos interesses e disputas da própria Igreja Católica no processo de ressacralização da sociedade pinheirense, implementada quando da vinda dos MSC àquele município.

A partir dos anos 1950, a composição dos equipamentos urbanísticos de Pinheiro foi ampliada. De acordo com Alvim (2013), construíram-se casas nas ruas transversais do centro da cidade e outros bairros, tais como Faveira, Matriz, Matadouro, Campinho, Beirada, Aeroporto, Sete, Alcântara foram ampliados, sem infraestrutura e desordenadamente, mas proporcional ao aumento da população. Áreas facilmente alagáveis como a Baixinha e a Forgata foram aterradas e nelas novas ruas foram traçadas, surgindo construções de pequenas casas e sobrados, contribuindo para mudar o estilo arquitetônico da cidade.

Pinheiro, em 1956 completou seu centésimo aniversário. Nos anos que antecederam a esse evento e nos anos seguintes, o poder público promoveu ampliação considerável dos

[24] Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930 criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública MESP). Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 dá nova organização ao MESP e passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde (MES). Lei nº 1.920 de 25 de julho de 1953 criou o Ministério da Saúde e modificou o MES em MEC (Ministério da Educação e Cultura). Embora, tenha sido criado por meio do Decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985 o Ministério da Cultura, MEC continua sendo a sigla do Ministério da Educação.

equipamentos urbanísticos: construiu novas praças para lazer dos moradores, pavimentou e arborizou avenidas, ruas e logradouros. Posto médico, igreja, capelas, escolas e até um cineteatro (cineteatro *Pinheiro*) foi construído. Prédios dos Correios e Telégrafo, instalações prisionais e cemitério foram transferidos para locais onde poderiam ser ampliados.

Ao passo que aumentou a população, os equipamentos urbanos foram ampliados, e acentuaram-se as desigualdades sociais. O aumento populacional gerou maior procura do que oferta de produtos de subsistência, e consequentemente, inflacionaram os preços e exigiu mudanças quanti-qualitativas dos serviços públicos diversos (educação, saúde, segurança, saneamento básico etc.), dos equipamentos de produção e comércio de bens e consumo, tais como: mercearias, padarias, lojas de tecido, armarinhos, bazares, farmácias e outros. Os que funcionavam de modo arcaico ensaiaram algumas mudanças no modo de atender a população e incrementaram os estoques para enfrentar a concorrência.

Surgiram novos profissionais liberais do segmento de prestação de serviços, e muitos se aperfeiçoaram para melhor atender a população mais seletiva e exigente: sapateiros, costureiras, bordadeiras, alfaiates, barbeiros, marceneiros, pedreiros, mestre-de-obras. Outros profissionais foram substituídos. Por exemplo, técnicos em Contabilidade substituíram os antigos guarda-livros, bacharéis em direito foram nomeados delegados de polícia, médicos residentes, dentistas formados em substituição aos práticos; advogados para substituir os provisionados; escolas isoladas reuniram-se em grupos escolares, professoras normalistas passaram a lecionar nas escolas públicas e particulares; técnicos especializados em eletrônica (rádio, televisor, aparelho de som, inclusive alto-falantes) substituíram gradativamente os amadores. Aos poucos, veículos a motor fizeram desaparecer carroças e carros a tração animal, cavalos e bois de montaria característicos do homem do campo. Essas, dentre outras, marcaram avanços importantes na dinâmica dos equipamentos socioeconômicos e culturais do município de Pinheiro (ALVIM, 2013).

Talvez as mudanças rápidas que ocorreram no cenário urbano, econômico-financeiro de Pinheiro nos anos 1950 estavam relacionadas às mudanças introduzidas no país no período pós-guerra em que o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, a modernização da indústria e ampliação da oferta de energia para o Nordeste (comentado no capítulo 1). Contudo, ao mesmo tempo que o governo tentava incrementar a economia, deparava-se com o problema da inflação: "passou de 2,7% em 1947 a uma média anual de 13,8% entre 1948 e 1953, apresentando só neste último ano uma variação de 20,8%" (FAUSTO, 2015, p. 349). A inflação repercutiu na vida financeira dos habitantes de pequenas cidades do interior do Brasil, conforme narra Alvim (2013):

> O ano de 1956 entrou num clima de muitas expectativas. Inicialmente com a possibilidade de termos petróleo em nosso subsolo, chegou [a Pinheiro] uma equipe de geólogos e engenheiros americanos, a iniciar os trabalhos de prospecção e perfuração de poços o que fez com que o custo de vida chegasse à estratosfera: o quilo de carne bovina e suína subiu, [...]. (ALVIM. A turma de..., 2013, *acréscimos nossos*).

Segundo Fausto (2015), a inflação decorreu de vários fatores: alta dos preços internacionais do café, gerou aumento da receita em divisas, as quais foram convertidas em cruzeiros, resultando aumento do volume de moeda em circulação, estimulando a procura de bens e serviços, elevando os preços. No período da Guerra da Coreia (1950 – 1953), o governo aumentou suas dívidas no exterior financiando importações adicionais, pois esperava-se um acentuado aumento de preços e dificuldades para as importações, em decorrência do conflito. A expansão industrial vinha sendo estimulada, apesar das obstruções nos setores de transporte e energia, provocando elevações de custos e do preço final dos produtos. Talvez, este último fator tenha sido o que mais influenciou para aumento dos preços dos produtos de consumo em Pinheiro, uma vez que estava distante dos centros produtivos, além da precariedade das vias de acesso ao referido município.

As poucas e pontuais mudanças no cenário socioeconômico local se coadunaram as representações presentes nos discursos inovadores das lideranças política e religiosa do município de Pinheiro ao inaugurar o GP. Para elas, foi interessante a construção de imagem e divulgação de uma cidade próspera que, por meio da reforma urbana, do desenvolvimento das relações capitalistas, da inauguração de um estabelecimento de ensino secundário, pois representaria o caminho que a sociedade pinheirense deveria trilhar rumo ao futuro, isto é, à uma sociedade civilizada, moralizada, ordeira e em ascensão. Embora já tivessem ocorrido algumas reformas no começo do século XX, a cidade só veio a conhecer efetivamente as mudanças urbanas a partir da década de 1950.

Na perspectiva de Frago e Escolano (2001), descrever a base material é importante na composição da narrativa historiográfica das instituições escolares porque dimensiona o espaço em que diversos atores elaboram seus percursos. Neste sentido, a materialização do projeto educacional do estabelecimento de ensino secundário católico em Pinheiro foi implementada a partir da escolha de um *espaço* (base material) considerado adequado às atividades de ensino: o casarão adquirido pelos MSC foi a antiga residência de Josias Peixoto Abreu, rico empresário e ex-prefeito do Município. A tipologia arquitetônica do casarão caracterizava-se por um porão que ultrapassava o nível da rua a evitar umidade e elevá-lo. Possuía planta baixa em forma "L" invertido, formando varandas longas proporcionais, que davam acesso às salas unilaterais,

amplas, iluminadas por luz natural e arejadas através de grandes janelas arrematadas em arcos. O casarão possuía fachada em estilo neoclássico simplificado (imagem 9). Tinha as paredes da frente e internas feitas de tijolos revestidas e pintadas em cores suaves. As paredes do fundo do edifício foram feitas de tijolos, compostas de colunas intercaladas com brises solares verticais de madeira. Para o uso escolar, foram adaptadas instalações sanitárias no final do corredor vertical. Assim descreve o casarão a escritora Graça Leite (2007, p. 41): "era a única, na cidade, a exibir o mirante por sobre o telhado. O acesso ao mirante era feito por meio de uma escada em caracol, o que valorizava o ambiente da grande varanda, em cujo centro se impunha a soberba escada".

Imagem 9 – Ginásio Pinheirense, Rua Luís Domingues, 1955
Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes.

Quanto à arquitetura, percebe-se que o casarão situado à rua Luís Domingues/esquina com Antônio Guterres (atual Josias Peixoto Abreu), adquirido pelos MSC para instalar o GENSSC foi construído à semelhança das edificações dos grupos escolares. Talvez a aquisição do referido casarão tenha ocorrido justamente devido à equiparação da EPNSSC aos grupos escolares, em 1952, haja vista que estes funcionavam em edifícios portadores de características específicas que os diferenciavam dos demais edifícios públicos e civis. Na descrição dos edifícios dos grupos escolares elaborada por Vidal (2005, p. 54) percebem-se características análogas ao edifício no qual o GENSSC foi instalado.

> [...] com arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República (VIDAL, 2005, p.54).

Os edifícios-monumentos dos grupos escolares eram bem vistos pela sociedade. Foram construídos como símbolos da racionalização administrativa na Primeira República. Reuniam em único edifício as escolas isoladas, estabeleciam divisão do trabalho por espaços e tempos escolares.

Talvez os MSC tivessem adquirido aquele edifício para causar orgulho aos seus alunos e lembrar constantemente a sociedade da importância e do lugar que cabia à educação (IWAYA, 2005). Em 1953, o edifício foi adaptado ao uso escolar, com salas de aula, administrativo e de professores, biblioteca, cantina e área livre. Possuía elementos essenciais, que atendiam aos requisitos da construção e do aparelhamento escolar, conforme os Decretos-Lei n. 21.241, de 4 de abril de 1932, n. 4.244 de 09 de abril de 1942 e n. 8.347, de 10 de dezembro de 1945 e da Portaria do MESP nº 501, de 19 de maio de 1952. O anexo II desta Portaria tratava da verificação dos requisitos materiais básicos exigidos para o funcionamento das instituições de ensino secundário. A verificação da infraestrutura seria realizada por um inspetor autorizado, quando da requisição de Inspeção Prévia. Para efeito de autorização de funcionamento escolar, a referida Portaria determinava que o edifício deveria atender aos seguintes requisitos: salubridade, ausência de ruídos, ausência de perigos e causas perturbadoras de atenção, natureza, permeabilidade e regularidade do terreno, área coberta para recreio, abrigo e área livre. Essa Portaria foi revogada em novembro de 1957, entretanto, segundo Pessanha e Silva (2014, p.76-77), a Portaria n. 501 de 19/05/1952:

> [...] foi determinante na configuração dos espaços-escola para/do ensino secundário. Espaços esses, pensados na idealização da eficiência, racionalidade e controle, para a qual a perspectiva da sistemática de inspeção tinha na construção do edifício e seu aparelhamento uma estratégia para a excelência.

Por meio do relatório do Inspetor Francisco de Castro Gomes, enviado à Inspetoria do Ensino Secundário evidencia-se o cumprimento da legislação vigente sobre construção e aparelhamento escolar. No relatório, Gomes descreve: “o prédio disponibiliza de pátio para práticas desportivas, cantina, biblioteca, salas administrativa e de professores, 6 salas de aula, instalações sanitárias e demais cômodos necessários, exigidos pela legislação em vigor”

(RELATÓRIO, 1953, p. 5). Neste sentido, o edifício do GP possuía dependências essenciais exigidas pelo MESP e atendiam aos requisitos de funcionalidade, ou seja, foi adaptado para atender as necessidades básicas de professores e alunos.

Outra evidência do cumprimento da Portaria n. 501 de 19/05/1952 do MESP foi encontrada no jornal *Cidade de Pinheiro* (ano XXXII, n. 1.555, p. 3, 19/04/1953):

> Nota da Prelazia, para desfazer equívocos: [...] parece-nos intuitivo que nenhum alto-falante deva funcionar perto de uma escola durante as aulas. Aliás, a Portaria n. 501 do Ministério da Educação e Saúde prescreve que não haja causas perturbadoras de atenção [...] em proximidade de Estabelecimento de Ensino Secundário.

A nota publicada na imprensa escrita local (*CP*), como já foi explicado, ocorreu por ocasião das disputas entre os espíritas e os MSC. Oli Castro, líder do grupo espírita de Pinheiro, utilizava o serviço de megafone "Nova Era" durante o horário das aulas do GP. O vigário geral da Prelazia, Padre Fernando Meloselli, publicou a matéria no referido jornal, evidenciando as disputas entre católicos e espíritas. Sinaliza que os MSC tinham conhecimento das regras estabelecidas por meio da Portaria nº 501 de 19/05/1952.

Em março de 1953, veio a Pinheiro representante do MESP, o inspetor Luís Gonzaga de Araújo, que analisou a capacidade financeira da Sociedade mantenedora "Ação Social da Prelazia de Pinheiro", o perfil da equipe administrativa e pedagógica, as condições dos equipamentos materiais exigidas para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário. Após avaliação do inspetor federal, foi permitido, condicionalmente, pela Divisão de Ensino Secundário (DESE) por meio da Portaria 424 de 31 de maio de 1953, permissão ao exercício das atividades educativas ao GP, por dois anos, e posteriormente, mediante nova avaliação, conquistaria o *status* da equiparação ou de inspeção permanente.

Fazendo-se uma análise na perspectiva de Frago e Escolano (2001), o casarão imponente, símbolo da riqueza e prosperidade dos anos 1930, agregou novos valores ao receber o GENSSC, em 1952, tornando-se centro de educação científica e formação moral católica. Ao ser transformado em GP, em 1953, o casarão passou a representar espaço de formação de homens e mulheres, futuros atores sociais, cultos, disciplinados, imbuídos de virtudes católicas e consciência nacional. Incorporou os mais plenos valores educacionais daquele período ao contexto arquitetônico e sociocultural da cidade. O GP, localizado no núcleo do tecido urbano, ou seja, no seio dos novos arranjos arquitetônicos da cidade, "projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de

uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o [rodeava]" (ESCOLANO, 2001, p. 33).

No período, os transportes eram escassos e o ensino secundário frequentendado principalmente pelas mulheres, que faziam o trajeto entre a residência e o ginásio/colégio, geralmente, acompanhadas pelos pais, ao menos no início do curso (IWAYA, 2005). A localização do GP favorecia/facilitava o acesso da maioria dos estudantes que chegavam a pé, uma vez que residiam nas proximidades. Para as alunas que residiam no semi-internato mantido pela família MSC/FNSSC, a localização era providencial, pois as freiras as acompanhavam na ida e na volta as moças em fila. A ex-aluna do GP, Alvim (2013), comenta:

> As aulas começavam, pontualmente, às 8:00h, após a chegada das Irmãs acompanhadas pelas internas, em fila, do convento ao colégio. Quinze minutos antes o sino tocava, para perfilar-nos no pátio, cantar um hino que podia ser o Hino Nacional, Maranhense, da Bandeira e até do Vaticano. Depois das orações de praxe, ou de algum aviso adentrávamos nas salas, em silêncio, sem aquele alarido que se espera de adolescentes. Após a chamada, as aulas começavam. Tínhamos três, às vezes quatro aulas diárias, com duração de quarenta e cinco a sessenta minutos (ALVIM. A turma de..., 2013).

A organização do espaço educativo do GP composto de salas de aula, em apenas um lado do corredor, com carteiras fixas e individuais, dispostas em fileiras, contra as janelas, e mesa do professor posicionada à frente, permitem analisar o espaço na dimensão útil, funcional, de poder e gerência. A escola dividida por séries e classes, individualizando os alunos por meio da disposição em filas, facilita a vigilância e o controle. O professor, posicionado à frente, visualiza os alunos, pois cada um se expõe ou se caracteriza pela posição na classe, nesse sentido "(...) a sala de aula formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente 'classificador' do professor" (FOUCAULT, 1977, p. 135).

A disposição dos alunos perfilados e uniformizados, os tempos definidos por sons, o canto dos hinos nacional, estadual, os símbolos da pátria e a Santa Sé, as rezas antes da aula e o silêncio exigidos naquela instituição revelam objetivos de racionalizar o tempo, garantir obediência dos alunos, reforçar o patriotismo e a fidelidade à Igreja Católica, estabelecendo espaços funcionais e hierárquicos, "(...) trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma 'ordem'" (FOUCAULT, 1977, p. 135).

Segundo Azzi e Grijp (2008), o fervor cívico era intenso nos colégios femininos. O civismo era promovido pelo poder público, sobretudo, a partir dos anos 1930, com plena adesão dos colégios católicos. Aliás, a promoção do binômio patriotismo e religião eram elementos

curriculares importantes que transpareciam amplamente nas solenidades do GP, por meio das celebrações cívicas (morte de Tiradentes, 21 de abril, Independência do Brasil, 7 de setembro, Proclamação da República, 15 de novembro etc.) e das celebrações católicas (mês mariano, dia de São José, aniversário do GP etc.).

Outro aspecto que pode ser analisado é "a projeção espacial do estabelecimento de ensino e as relações com o seu entorno; isto é, sua área de captação e influência, aquela determinada pelas características e procedências geográficas e, portanto, social, de seus alunos [e alunas]". (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 75).

Nos anos 1950, o fato de Pinheiro ser o único municipio da região a ter um estabelecimento de ensino secundário e por ter ocorrido razoável progresso econômico e sociocultural, oportunizaram às famílias mais abastadas economicamente da sede e do interior, assim como de outros municípios e estados a enviarem seus filhos e filhas para lá estudarem. O estabelecimento se localizava no centro da cidade o que proporcionou "boa comunicação" com todos os lugares de onde vinham seus alunos (as) e professores (as): dos internatos mantidos pela família MSC e das residências situadas nas proximidades, assim como da entrada e saída do Município.

Segundo Sales (2002), no que diz respeito às representações sociais dos estabelecimentos de ensino, o edifício é importante para a legitimação do saber, isto é, a legitimação do saber é função do "prestígio" da escola. Ainda segundo o autor, "as formas arquitetônicas dos prédios escolares mais valorizados são aquelas que estão associadas às escolas mais valorizadas e que são frequentadas pelos grupos de maior nível econômico e prestígio social [...]" (SALES, 2002, p. 341). Neste sentido, o prédio do GP foi importante para a legitimação do saber, mas também, o tipo de saber nele ensinado: propedêutico, acadêmico (secundário/ginasial), direcionado aos exames de seleção aos cursos superiores e o atendimento aos alunos de maior nível econômico elevaram o prestígio social do referido ginásio, na região. Alvim (2013) destaca:

> A fama do Ginásio era tão boa que além de receber jovens dos vários municípios que integravam a Prelazia de Pinheiro, [...]. De outros Estados em busca de uma educação para seus filhos, num bom Ginásio de uma cidade em desenvolvimento, mas ainda pacata, [...]. Segundo, esse lugar tornou-se referencia de educação, pois, enquanto espaço educativo para as elites estendeu-se por toda a região, uma vez que os alunos eram egressos de vários muncipios do entorno de Pinheiro. Portanto, o lugar tornou-se referencia à medida que juntou alunos de diversas procedências, tanto geográficas, quanto sociais, pois tinham alguns bolsistas, oriundos dos estratos menos favorecidos da sociedade local. (ALVIM. A turma de..., 2013).

O GP estava localizado, portanto, em uma cidade geograficamente acessível aos demais municípios que integravam a Prelazia de Pinheiro. A localização contribuiu para manter a frequência de alunas(os) membros das classe média e alta da região, que tinham meios de locomoção entre as cidades ou tinham condições de se manterem no patronato São Tarcísio. O GP oferecia ensino propedêutico e religioso, contava com professores considerados competentes e era dirigido por padres italianos e freiras egressas de São Paulo e Minas Gerais. Os MSC investiram em infraestrutura, ampliação e melhoria do edifício, considerados pressupostos fundamentais que potencializaram prestígio social ao referido ginásio e, consequentemente, favoreceu a demanda de alunos.

Por volta de 1960, o projeto arquitetônico do GP passou a ser modificado com a "simplificação" e ampliação do edifício antigo: janelas, portas, bordaduras da fachada foram retiradas. Foi construído novo prédio (Pavilhão 53) com dois pavimentos e 10 salas de aula, planta baixa construída semelhante a forma da letra "L" projetado de forma simétrica interligando através de um pátio central ao edifício antigo. Nesse ano deu-se início à construção da nova fachada frontal. O projeto de ampliação foi elaborado por Frei José Precioza, acompanhado por Dom Afonso Ungarelli e autoridades locais. Segundo Risso (2014), a construção e ampliação do edifício ocorreu por etapas, conforme a disponibilidade de recursos financeiros.

Para ampliar o empreendimento escolar, os MSC compraram as propriedades da rua transversal Antônio Guterres, e proporcionalmente, as propriedades da avenida paralela Vitorino Freire, (atual Avenida Presidente Dutra), totalizando um terreno de 1.661,07 m^2, situado entre a rua Luís Domingues (onde ficava a fachada do edifício antigo) e a avenida principal Vitorino Freire, onde passou a ser a fachada nova.

As origens dos recursos financeiros foram diversas: mensalidades dos alunos, comercialização de merenda na cantina, doações de benfeitores[25] e de entidades alemãs, italianas, holandesas e do Vaticano (informação verbal)[26] e subvenções do Estado, conforme Rodrigues. *Obras Sociaes e a Prelazia de Pinheiro (subvenção e acordo)*, (1953) citado no capítulo 1.

[25] Nota: Entende-se por benfeitores as pessoas que dispõem de recursos financeiros para ajudar padres, freiras, religiosos e religiosas, seminaristas e congregações católicas nas suas atividades pastorais, formativas e assistenciais.

[26] Informação fornecida por Luís Risso (MSC) em Pinheiro - MA, em 2014.

Imagem 10 – Ampliação do Ginásio Pinheirense, Rua Vitorino Freire, 1965
Fonte: Arquivo do Colégio Pinheirense

A imagem 10 mostra o processo de construção da nova fachada externa e entrada do estabelecimento por alunas do curso ginasial. A ampliação do edifício em direção à avenida principal da cidade aumentou o prestígio social da instituição escolar. A medida que o edifício foi sendo ampliado ajustou-se ao tecido urbano central da cidade. Passou a fazer parte do conjunto arquitetônico mais prestigiado da cidade, pois na avenida Vitorino Freire localizava-se a praça da República (José Sarney, atualmente), a qual era cingida pelos principais prédios públicos do município, do estado e de particulares: Prefeitura, Fórum, Grupo escolar "Odorico Mendes", bancos, lojas comerciais e residências de famílias tradicionais.

As turmas do curso primário continuaram a ocupar as salas do antigo prédio, acessível através do portão lateral. As salas careciam de reparos na estrutura devido ao desgaste da ação do tempo e uso. A esse respeito, Ferreira (2016) informou: "o Ginásio começou a funcionar no prédio do mirante e passou para o prédio novo assim que este ofereceu condições de acolher os alunos. Tudo muito precário, sem portas, cortinas bem rústicas, só no piso térreo. Quando concluímos a quarta série, a situação era essa" (informação pessoal)[27]. Reforçando a informação de Maria de Jesus Ferreira sobre as ampliações e adequações do GP, Alvim (2013) descreve:

[27] FERREIRA Maria de Jesus. Arquitetura do Ginásio Pinheirense [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por alairtonsoares@gmail.com em 18 mar. 2016.

> Até a segunda série as aulas eram ministradas no prédio adquirido do Sr. Josias Abreu à rua Luís Domingues, após as necessárias ampliações e adequações. Nesse prédio também funcionava algumas salas de aula da Escola Paroquial, sendo o portão de entrada situado na rua lateral, atualmente Rua Josias Abreu. Na terceira série fomos transferidos para salas recém construídas, em comunicação com a sede antiga, com entrada pela Avenida Vitorino Freire, atualmente Presidente Dutra (ALVIM. A turma de...,2013).

A informação de Ferreira, ex-aluna do GP, revela a precariedade das salas de aula do antigo prédio. Gonçalves (2012, p. 27) afirma que "a história da escola e da educação escolar nos mostra inúmeras adaptações de prédios de diferentes naturezas para escolares e também os frequentes reclames quanto às suas inadequações e insuficiências ao ensino [...]". No caso do GP, talvez, houvesse negligência com o prédio antigo, visto que investimentos estavam sendo feitos no pavilhão 53 e na nova fachada frontal do estabelecimento. Pode ser que esses investimentos fossem prioritários em razão das novas instalações serem reservadas ao nível secundário, que era o público ao qual se destinava a instituição católica.

A imagem 11 mostra o prédio antigo ao fundo com os brises verticais, em madeira bastante deteriorada, quadra de esportes, pátio ao centro e parte do novo edifício, o pavilhão 53 à esquerda. Em frente deste, as alunas perfiladas quando cantavam e rezavam, antes das aulas.

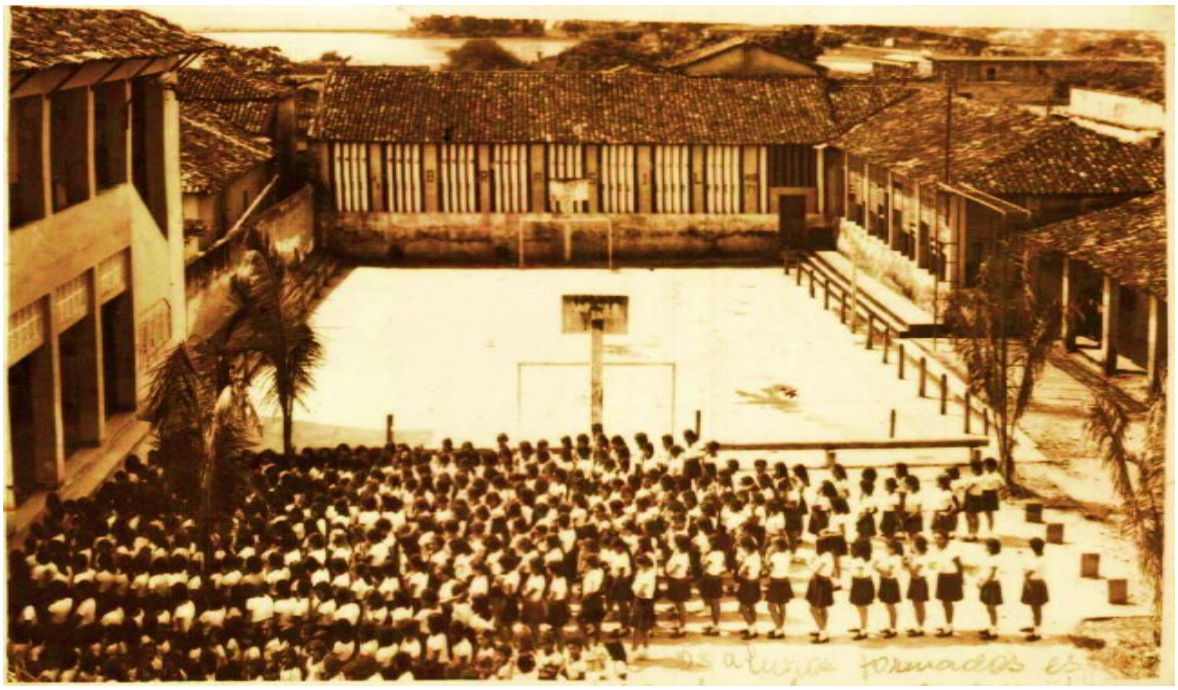

Imagem 11 – Pátio interno do Colégio Pinheirense [196-]
Fonte: Arquivo do Colégio Pinheirense

Às salas do pavilhão 53, o acesso era através da rua Vitorino Freire. Consideradas as melhores salas de aulas, foram ocupadas por alunos e alunas das séries mais adiantadas do curso ginasial. Por isso, esse pavilhão se constituiu espaço privilegiado. No piso superior, nos corredores com parapeitos em frente às salas de aula, alunas e alunos ficavam, em momentos mais descontraídos, conversando nos intervalos das aulas, assistiam às atividades festivas, esportivas e lúdicas que aconteciam no pátio ou na quadra de esportes. O pátio foi utilizado como local de encontro dos alunos, eventos solenes (hasteamento de bandeiras e celebrações de missas), ensaios de desfiles e aulas de Educação Física.

A partir de uma abordagem certeauniana, essa divisão de espaços se constituiu em regiões, isto é, "um encontro entre programas de ação [...] vem a ser, portanto o espaço criado por uma interação. Daí segue que num mesmo lugar pode haver muitas regiões quantas interações ou encontros entre programas" (CERTEAU, 2004, p. 212).

Esses programas de ação podem ser entendidos como interesses de diferentes segmentos, embates entre grupos hierárquicos ou de "mundos" diferentes. Neste sentido, a instituição escolar pode ser considerada uma região dotada de espaços e tempos ou outras pequenas regiões que se constituem diferentes projetos, sugerindo que no interior do espaço institucional várias microrregiões podem ser criadas. A reserva de "melhor espaço" aos alunos e alunas das séries mais adiantadas do ensino secundário fez o GP se constituir em espaço com regiões diversas, isto porque havia cursos e pessoas com *status* diferenciados, convivendo do mesmo edifício. Ou seja, houve espaços distintos destinados a uns e outros no âmbito da mesma instituição escolar (WERLE, 2007).

À medida que o edifício foi ampliado com blocos de dois pisos, o espaço escolar adquiriu forma retangular, com pátio e quadra ao centro, dos quais se distribuíam as salas de aulas, banheiros, biblioteca, secretaria, diretoria e sala de professores. O edifício foi projetado em dois pavimentos, formando galerias com corredores amplos e vazados com parapeitos, que facilitavam a circulação e a fiscalização dos alunos. A este propósito, observa-se que de qualquer ponto dos corredores do piso superior ou do pátio central seria possível visualizar todas as galerias da referida instituição.

Com a finalização da ampliação, a entrada para todos os alunos ficou definitivamente na rua lateral (Antônio Guterres, atual Josias Peixoto), visível dos dois cantos das ruas paralelas (Luís Domingues e Vitorino Freire). O acesso de professores, demais funcionários, pais e visitantes ao estabelecimento ficou definido através da nova fachada frontal na Avenida Vitorino Freire (presidente Dutra).

Imagem 12 – Fachada frontal do Colégio Pinheirense, etapa finalizada em 1968
Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes

Nas décadas de 1950 e 1960, segundo Gonçalves (2012) as propostas para construção de edifícios escolares deveriam levar em conta os critérios de simplicidade, padronização e economia. Seguiam os ideais de arquitetura moderna, caracterizada por flexibilidade, ordem, desempenho e aproveitamento.

À luz dos parâmetros de racionalidade científica, os arquitetos ou idealizadores dos edifícios escolares deveriam primar por "segurança, salubridade, expansão, flexibilidade, que seriam características essenciais de eficiência [...]. As salas deveriam ter ventilação e iluminação natural, voltadas para o norte [...] tudo baseado na eficiência e economia [...]" (GONÇALVES, 2012, p. 52), orientações que podem ser percebidas na proposta de ampliação e construção da fachada externa do GP (imagem 12).

De acordo com o arquiteto Rafael Alves P. Junior (2016), o GP funcionou em "um edifício que era eclético e que foi refeito com elementos modernistas. Os principais são estrutura aparente, modulada nos corredores, elementos vazados nos parapeitos – cobogós, complementando as paredes e que facilitam a ventilação das salas" (informação pessoal)[28].

A análise da materialização do projeto arquitetônico do GP mostrou que o projetista Frei José Preziosa tentou seguir os parâmetros de simplicidade, desempenho, aproveitamento e

[28] JUNIOR, Rafael Alves Pinto. Arquitetura do Ginásio Pinheirense [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por alairtonsoares@gmail.com em 20 fev. 2016.

principalmente economia no processo de reestruturação e ampliação do edifício na década de 1960. A estrutura da fachada frontal do edifício sugere salas de aulas ventiladas e iluminadas naturalmente.

Note-se que as imagens do processo de ampliação do GP avançaram além do período enunciado no título deste trabalho. O objetivo foi mostrar a finalização da penúltima etapa em 1968. Foi construído mais um piso nos anos 1970, concluindo-se a fachada do edifício.

Quanto aos horários de funcionamento, *manhã* para as moças e *tarde* para os rapazes, revelam a tradição de uma pedagogia sexista. Mesmo quando moças e rapazes passaram a frequentar o estabelecimento no mesmo turno, as salas eram formadas exclusivamente de rapazes ou de moças, exceção da primeira turma de 1953, que em razão de algumas ginasianas desempenharem atividades docentes na Escola paroquial pela manhã, estudavam na turma dos rapazes à tarde, mediante autorização do MEC. Neste sentido, Escolano (2001, p. 27-28) assinala que:

> A "espacialização" disciplinar é parte integrante da arquitetura escolar e se observa tanto na separação das salas (graus, sexos, características dos alunos) como também na disposição regular das carteiras (com corredores), coisas que facilitam, além disso, a rotina escolar das tarefas e economia do tempo. Essa "espacialização" organiza minuciosamente os movimentos e os gestos e faz com que a escolar seja "um continente de poder"

.

Os MSC investiram na compra, adaptação e construção de prédios funcionais, ocupando espaço geográfico considerável no tecido urbano central da cidade, no qual desenvolveram um conjunto de práticas educativas e de evangelização. Dentre os prédios funcionais de apoio, destacam-se: o internato e semi-iternato Santa Marta, a Residência dos missionários e o patronato São Tarcisio. Os MSC reformaram e adaptaram o prédio onde funcionou o seminário São José, que foi transformado no convento Santa Marta em 1953.

O Convento Santa Marta possuía capela, clausura das FNSSC, internato e semi-internato, destinado a acolher entre 20 a 30 alunas egressas de outros municípios e bairros distantes do centro da cidade, inclusive, para elas as aulas de Educação Física aconteciam no pátio interno do referido convento.

O fardamento usado por meninas e meninos constituiu-se elemento de tradição do GP. O primeiro foi escolhido pelas irmãs. Para as moças, composto de saia e blusa com bolso bordado com monograma do ginásio "GP", nas cores cáqui, gravata, meias e sapatos pretos. Posteriormente, o uniforme cáqui foi substituído por outro composto de saia pregueada e gravata azul marinho, blusa branca de manga curta, de tricolina, com as iniciais "GP" bordado

no bolso, sapato preto, meias brancas ¾. As ginasianas se distinguiam umas das outras à medida que se graduavam e acrescentavam *soutaches* (ou fios de cauda de rato) na cor branca adornando a gravata.

Imagem 13 – Internas e freiras do Convento Santa Marta das FNSSC, Rua Vitorino Freire, 1953[29]
Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes.

Além do uniforme diário descrito e visualizado na imagem 13, foram requisitadas farda de gala, com saia pregueada feita de seda, semelhante com tafetá, cor azul marinho, blusa de mangas compridas de lingerie branca, boina preta e gravata-borboleta preta, e farda para as aulas de Educação Física composta de saia-calça azul e tênis preto.

O fardamento era diariamente vistoriado pelas freiras e qualquer descaracterização no mesmo seria passível de punição. As ginasianas deveriam cuidar para não deixar à mostra partes do corpo, ou até da roupa que usavam por baixo da blusa. A gravata era um componente importante, pois a ponta deveria ficar presa ao cós da saia, a fim de cobrir a abotoadura frontal da blusa, de modo que evitasse chamar atenção para o corpo da moça. De acordo com Regina Durans Mendes (2015), a vistoria no fardamento ocorria principalmente antes das aulas, quando as alunas se perfilavam para rezar e cantar:

[29]Nota: As primeiras irmãs FNSSC que chegaram em Pinheiro: da esquerda para a direita, Irmã Felícia, atrás das alunas Irmã Vera Maria e Irmã Suzana, com alunas do Ginásio Pinheirense.

> [...] a diretora Maria Rute, essa era de uma severidade, de uma exigência que não tinha tamanho! Quando durante o perfilamento antes das aulas [...] ela olhava alguma aluna com a roupa, a farda 'torta', ou seja, a blusa do uniforme estava [desajustada ao] ombro, um mais arreado do que o outro, ela [a diretora] saía de onde estava, [lá da frente] ia meter o dedo na alça do sutiã da 'fulaninha de tal', e dizia: esta alça não pode ficar do lado de fora, endireite sua blusa! Assim que era. No meio de todo o mundo, a gente ficava morrendo de vergonha [...] era mais rígido do que um quartel (REGINA MENDES, 2015).

A diretoria da instituição, de forma contundente, exigia o cumprimento das regras e normas estatutárias. A entrada na escola dos alunos só era permitida se estivessem devidamente uniformizados. Desde a portaria, ao pátio e às salas de aula havia controle rigoroso, aliado a outros regulamentos, constituíram-se em sistema punitivo, composto por dispositivos disciplinares, tornando operante a correção dos alunos no processo da educação escolar.

No convento, "criou-se também uma Escola Doméstica, onde se ensinavam corte e costura, bordados, arte culinária, jardinagem e horticulturas" (GERALDA, 1998, p. 44). Na verdade, o convento constituía-se extensão do espaço ginasial. A este respeito, pode ser esclarecedor transcrever o relato de Alvim (2013):

> Aos domingos, após o almoço, as moças iam para a casa das freiras jogar Quarteto e Dominó, enquanto Irmã Suzana dava aulas de piano [...]. Os desenhos das plaquetas dos dominós representavam grupos de vegetais da nossa flora com as respectivas famílias, assim como os mais importantes grupos de animais da nossa fauna, familiarizando-nos para as aulas de Ciências. Já o Quarteto era jogado com lâminas ou cartas parecidas com as de baralho e tarô, que continham nomes e fotos de escritores, poetas, das várias Escolas e tendências, compositores, escultores, pintores de várias nacionalidades; jogado em duplas, ganhava a partida quem formasse o maior número de quartetos. Nessas tardes era-nos permitido o uso da biblioteca do convento [...]. Os livros mais recomendados tinham fundo moral: Palavras à minha filha; Minha filha entrou no mundo, e outros do Padre Negromonte. Entretanto os mais disputados eram Poliana menina, Poliana moça e os romances açucarados de José de Alencar e Bernardo Guimarães. Também A moreninha, de Joaquim Manuel de Macedo, Inocência de Visconde Taunay, O Ateneu de Raul Pompéia e Memórias de um sargento de milícias de Manuel Antônio Almeida [...]. (ALVIM. A turma de..., 2013, *grifos nossos*).

As freiras acompanhavam as alunas tanto na escola quanto no convento. A estratégia de acompanhamento ocorria por meio da organização do *espaço* e *tempo*, que permitia o controle da vida das alunas do GP. Do relato da autora Moema Alvim, infere-se que o convento Santa Marta foi parte integrante do *espaço* educativo não só das internas, mas de todas alunas que frequentaram o referido convento. Identifica-se olhar atento, vigilante das FNSSC de modo a evitar que as meninas/moças se desviassem dos estudos, valores e padrões sociais idealizados

por seus pais e responsáveis, que, aliás, eram expressões de políticas do Estado e da Igreja. Explicita que as atividades lúdicas e flexíveis realizadas nos finais de semana continham intencionalidade de ensino-aprendizagem dos conteúdos curriculares e moralização, pois aos sábados [...] a Madre Dolores ou Irmã Ruth nos dava informações sobre Civilidade e Boas Maneiras (ALVIM, 2013).

Quanto às leituras dos livros paradidáticos, as freiras orientavam as moças a lerem as obras de cunho moral e religioso, principalmente, as obras do Pe. Álvaro Negromonte (1901 – 1964), considerado exímio educador católico. Escrevia de forma didática e linguagem acessível catecismos e obras de cunho moral, destinadas a crianças, jovens e adultos. Participou ativamente do movimento renovador do catecismo católico entre os anos 1930 e 1960. "Seus livros sempre defenderam valores morais nos quais deveriam estar alicerçadas a vida de todo cristão" (ORLANDO, 2008, p. 182).

Dentre as atividades realizadas no convento aos domingos, observa-se a preferência das alunas pela leitura da literatura romântica, em vez de obras de cunho moralizante, embora algumas obras de Negromonte fossem sobre educação de filhos e sexualidade. A preferência daquelas em detrimentos destas sugere *táticas* de práticas de leituras paralelas que, por sua vez, revelam *oportunidades* ou *ações sutis* do interesse das alunas em saber também sobre emoções, desejos, paixões, tabus, relações proibidas, heroísmo, tédio, morte, dentre outros sentimentos desvelados nas obras dos principais autores do movimento literário romântico.

Aos rapazes, igualmente às moças, foi exigido o uso de fardamento. Eram três uniformes: para uso diário, composto por calças compridas, camisa branca de mangas curtas, gravata azul marinho e sapatos pretos; outro de gala para as solenidades, composto de calça e camisa cáqui, gravata azul marinho e sapatos e cinto pretos; e outro para as atividades de Educação Física: calça curta, camiseta branca e tênis pretos.

O fardamento contribuiu para dar visibilidade ao ginásio e representá-lo como instituição de ensino que conferia distinção social aos que dele faziam parte. A adoção de fardamento sugere identificação de gênero, homogeneização, controle e grau de disciplina, nível de ensino, postura perante a sociedade e outras escolas. Constitui condição para que o aluno começasse a se integrar à sociedade por meio da aceitação de normas e se acostumasse desde cedo a obedecer às regras de convívio social e do mercado de trabalho (LONZA, 2005).

A imagem 14 apresentada é um registro dos rapazes das 1ª e 2ª séries do curso ginasial, por ocasião da festividade de sete de setembro de 1954, trajando uniforme de gala.

Imagem 14 – Alunos da 1ª e 2ª turmas do Ginásio Pinheirense, Praça da Matriz, 1954
Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes

Os rapazes e menores de idade provindos do interior, que, nas mesmas condições das moças, não tinham parentes em Pinheiro ou moravam distantes do GP eram aceitos no patronato São Tarcísio[30].

O patronato São Tarcísio foi criado pelos MSC em 1953 e não consta que tinha finalidade de ensino agrícola ou receber jovens delinquentes. Todavia, segundo Aderaldo dos Santos Alves, ex-aluno do GP e morador do referido semi-internato, "algumas famílias mandavam os filhos considerados 'maus elementos', ou seja, traquinas, travessos para receberem formação moral, disciplinamento no patronato"[31].

As poucas fontes históricas levantadas indicam que funcionou como semi-internato destinado a meninos e rapazes que estudavam no GP, provenientes de bairros distantes da cidade, de outros municípios da própria Prelazia e até de outros estados. Geralmente, eram

[30] O termo patronato significa autoridade de patrão, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar a vida social os ex-condenados ou libertos condicionais, organização destinada a zelar pela infância abandonada, local onde essas sociedades têm sede (Larousse Cultural, 1999, p. 697). Os patronatos foram criados no início do século XX como política social do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio criado em 1909. Em 1918, foi criada a instituição Patronato Agrícola pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, como instituições escolares e corretivas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina (BRASIL, 1919). A denominação Patronato foi usada no período histórico em que a formação para o trabalho estava ligada à moralização da sociedade e sua adequação às necessidades liberais ligadas á Nova República. Os Patronatos receberam diferentes denominações, uns com o nome da cidade onde foram criados e outros com nomes de santos. Surgiram com a proposta de dar assistência à infância pobre, desvalida e aos delinquentes juvenis nos aspectos médico-higienista, jurídico-policial e religioso (BOEIRA, 2012).
[31] Informação fornecida por Aderaldo dos Santos Alves em São Luís, em 2016.

alunos provenientes de famílias que tinham condições financeiras de investir na educação dos filhos, mas havia alguns alunos bolsistas. Indicam também que alguns dos meninos que residiram no São Tarcísio eram convidados ou estimulados a ingressarem no Seminário Maior dos MSC em Pirassununga - SP. Indicam também que várias atividades missionárias de fortalecimento do catolicismo foram desenvolvidas pelos MSC no referido patronato, tais como: aulas de catecismo aos domingos e dias festivos da Igreja, criação de associações como o apostolado da oração, e preparação dos meninos para o sacramento da primeira eucaristia. Essas práticas religiosas provocavam dúvidas a alguns pinheirenses quanto aos objetivos do patronato São Tarcísio, pois achavam que o mesmo fosse seminário de formação sacerdotal. Outras práticas educativas, tais como controle do tempo de banhos, fiscalização dos dormitórios, horários de estudo, oração e trabalho (cultivo de hortas e jardinagem), além de atividades físicas e esportivas estavam presentes na rotina diária do citado patronato.

O patronato São Tarcísio funcionou na antiga residência de Raimundo Pinheiro, comprada pelos MSC. Estava localizado ao lado do sobrado residencial dos padres missionários (imagem 15), adquirido de Américo Gonçalves. Atualmente, no edifício de três pisos, onde foi instalado o patronato São Tarcísio, funciona a Cúria diocesana de Pinheiro.

Imagem 15 – Residência dos MSC, Rua Vitorino Freire, [1953?]
Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes

De acordo com Sandra Mendes (2015), ex-aluna do Ginásio e integrante da APLAC, "as características do padre na imagem 15 indicam que era Fernando Meloselli, vigário de

Pinheiro. Os rapazes e crianças que aparecem na mesma imagem eram residentes do patronato, e outros alunos do GP, durante aula de catecismo" (informação pessoal)[32]. Os MSC eram responsáveis e supervisionavam o Patronato São Tarcísio, posto que moravam ao lado, porém, contrataram Napoleão Cardoso e Silva e José Pereira para acompanhar e cuidar dos meninos e rapazes.

Sandra Mendes (2015) informou que "os padres deveriam ter muitos recursos financeiros pois compraram prédios importantes" (informação verbal)[33]. Concorda-se que a estrutura imobiliária adquirida pelos MSC – o Ginásio, a residência episcopal e sacerdotal, o convento-internato destinado às moças e o patronato-internato destinado aos meninos e rapazes, dentre outros prédios – estava disposta (e ainda permanece) na área principal do tecido urbano da cidade, destacando-se como *símbolo/representação* de poder da Igreja Católica. Nas décadas de 1950 e 1960, esse conjunto arquitetônico constituiu-se *espaço* de ensino científico e evangelização católica, pois em diferentes formas a doutrina católica era ministrada.

A análise do conjunto arquitetônico construído pelos MSC em Pinheiro possibilitou a compreensão de que "[...] todo o conjunto de prédios escolares, com sua arquitetura e funcionalismo, e o espaço territorial ocupado pela escola no tecido urbano não são neutros, produzem discursos e sujeitos, formando e conformando, segundo uma lógica [...]" (ESCOLANO, 2001, p. 27).

A lógica do projeto arquitetônico do GP, desde a aquisição do casarão do ex-prefeito, às etapas de ampliação e modernização do edifício e a construção de infraestrutura de suporte aos alunos egressos de outras localidades, teve objetivo de estabelecê-lo como signo de excelência no ensino. A proposta educativa mais direcionada às mulheres (não somente) se coadunava com os anseios das famílias que idealizavam suas descendentes bem casadas, mães educadas a partir da fé e virtudes católicas, que se dedicariam a educar as novas gerações dentro da mesma fé e valores católicos. À Igreja interessaria educar mulheres e homens, profissionais ou não, testemunhas dos valores cristãos católicos no lar, no trabalho e demais espaços sociais, o que garantiria, em certa medida, o projeto de sociedade católica empreendido pela Igreja.

Outrossim, os *espaços* educativos construídos, organizados e delimitados por MSC/FNSSC não constituíram um fim em si mesmo, somente. Contribuíram, por meio da rígida disciplina, fardamento, horários pouco flexíveis, eventos festivos cívicos e religiosos para produzir e reproduzir uma cultura escolar que formava alunos "secundaristas,

---

[32] MENDES, Sandra. Foto Residência dos MSC [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <alairtonsoares@gmail.com> em 23 ago. 2015.

[33] Informação fornecida por Sandra Mendes em São Luís – MA, em 25 ago. 2015.

autorregulados e produtivos" que satisfazia as exigências da sociedade capitalista em desenvolvimento no Brasil desde os anos 1930 (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

CAPÍTULO 3 – SUJEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO GINÁSIO PINHEIRENSE

Avancemos ao ritmo de andar juvenil
Ao tinido vibrante de um só coração!
Nós seremos as forças vivas do Brasil!
Nós seremos as novas glórias do Maranhão.

Anima-nos o brilho da esperança.
Exalta-nos o apelo do porvir
Vitória a quem na luta ardido avança
A quem na luta até sabe sorrir!

(1ª e 2ª estrofes do hino do Ginásio Pinheirense
Letra e música de Pedro Tidei MSC)

A letra do hino do GP é claramente orfeônica: inspira valores de pertencimento a uma comunidade, solidariedade, identidade nacional e progresso. Os cantos orfeônicos eram executados principalmente nas festividades cívicas, com o intuito, sobretudo, de avivar o ideal de nação. Os valores explícitos no hino contêm rastros do ensino voltado para formação cívica e moral católica, ministrado na instituição de ensino secundário fundada pelos primeiros MSC radicados em solo pinheirense.

A instituição educativa ou escolar é um órgão multifacetado que se integra tanto à política normativa do Estado quanto ao sistema educacional mais amplo, do âmbito nacional e internacional. Esta integração da instituição escolar fomenta conflitos e disputas de liberdade, iniciativa, criatividade, ideologias com o aparato "burocrático-administrativo estruturante" (MAGALHÃES, 2004, p. 124). Ou seja, na instituição escolar corre um conjunto de práticas que são resultantes da relação entre o normatizado, o planejado e o vivido. Considerando que as instituições escolares se formam por um complexo de relações, as quais se organizam a partir dos interesses de seus agentes, de um suporte material, de um modelo administrativo, de diferentes e complexas práticas escolares, entende-se que a análise dessas categorias pode explicar, em parte, a natureza e própria história das instituições escolares.

Por conseguinte, neste capítulo fez-se uma análise das disposições e práticas dos agentes administrativos do GP, das identidades dos sujeitos, o modelo e as práticas pedagógicas dos professores, evidenciando o trabalho educativo das freiras FNSSC e dos padres MSC. Nesta análise tomou-se como referência o conceito de apropriação, que de acordo com Magalhães (2004) se refere ao ideário da instituição evidenciado nas práticas de ensino, às aprendizagens

e percursos formativos dos sujeitos egressos do curso ginasial do aludido estabelecimento de ensino.

3.1 Organização administrativa e corpo docente do Ginásio Pinheirense

A organização administrativa do GP se concretizou com criação da instituição mantenedora do referido ginásio, a Ação Social da Prelazia de Pinheiro, criada em 15 de julho de 1952. O primeiro presidente Dom Afonso Maria Ungarelli (1953), cumprindo uma das exigências do Governo Federal para o funcionamento do estabelecimento educacional, elaborou o Regimento Interno do Ginásio Pinheirense, que continha os seguintes capítulos:

> 1. Das finalidades, 2. Da organização, 3. Da Administração geral, 4. Secretaria, 5. Da Tesouraria, 6. Auxiliares de disciplina e administração, 7. Do corpo docente, 8. Da orientação educacional, 9. Do corpo discente, 10. Das penalidades, 11. Da vida escolar, 12. Das contribuições, 13. Da escrituração e arquivo. Regulamentou os critérios para realização de exames de admissão, valor de mensalidades e fardamento escolar (UNGARELLI, 1953, p. 4).

De acordo com o Estatuto do Ginásio Pinheirense, art. 6º, "o cargo de diretor será exercido por quem estiver devidamente credenciado sob o ponto de vista legal, investido em tal função por deliberação da Ação Social da Prelazia de Pinheiro" (UNGARELLI, 1953, p. 4).

Para cumprir os princípios da legislação educacional e do estatuto interno no que diz respeito à diretoria e ao professorado, Dom Afonso Ungarelli contou com a colaboração das FNSSC, que durante dez anos (1953 a 1962) estiveram à frente da gestão e dos processos didático-pedagógicos do referido ginásio.

O editorial do jornal *Cidade de Pinheiro* (Ano XXXII, nº 1.542, p. 1, 19/01/ 1953) descreve a chegada das irmãs missionárias FNSSC no município de Pinheiro:

> VERDADEIRA APOTEOSE A CHEGADA DAS IRMÃS EM PINHEIRO
>
> Foi com grande jubilo que o povo de Pinheiro recebeu as irmãs de N.S. do Sagrado Coração, que vieram à nossa terra para realizarem e concretizarem uma das maiores inspirações do pinheirense: o Ginásio, tendo como principal incentivador o nosso amado bispo Dom Afonso M. Ungarelli, pelo seu esforço e abnegação tem procurado trabalhar pelo engrandecimento dessa gleba. [...].
>
> A CHEGADA
>
> Foi uma verdadeira consagração pública a chegada das irmãs, toda a nossa população viveu momentos de intensa alegria, quando às 7h30min em ponto,

> a bordo do taxi aéreo Nossa Senhora das Graças, chegaram as duas freiras acompanhadas de S. Excia. Dom Afonso Maria Ungarelli. [...]. A massa humana que compareceu a esse espetáculo de fé cristã, então no auge de seu contentamento, vibrou numa explosão de imensa alegria.
>
> ORADORES
>
> Acompanhada pela multidão, se dirigiram para o prédio do Aerocampo "Salgado Filho" [...] Em nome da nossa população falou o governador da cidade, Sr. Raimundo Marcelino Ferreira, [...] da satisfação que o povo sentia em recebe-las; apresentando-lhes os votos de bôa vinda, entregou-lhes a chave da cidade [...] em nome da juventude pinheirense a Srta. Yolanda Leite Moreira, [...] disse da satisfação da mocidade desta terra, em ver concretizado o seu sonho. Em seguida falaram em nome da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, a Srta. Aurelina Catarina Amorim, e em nome das crianças pinheirenses, a garota Iolete Beckman Soares.

No excerto a seguir, do livro de Crônicas da Província Brasileira das FNSSC, Madre Maria Dolores (196?) explica como surgiu o convite para que elas fossem trabalhar na Prelazia de Pinheiro. Dom Afonso Maria Ungarelli teria encontrado, casualmente, uma irmã FNSSC no aeroporto em Belo Horizonte - MG e, nessa ocasião, fez o convite para que elas desenvolvessem trabalho missionário no setor da educação, em colaboração com os MSC, na referida localidade. No referido livro de Crônicas *(manuscrito*), Maria Dolores relata:

> Um grupo de Irmãs, desejosas de se dedicarem ao trabalho das Missões, se apresentam: Irmã Maria Suzana, Irmã Vera Maria, Irmã Maria Adélia, Irmã Maria Geralda, e Irmã Maria Dolores. Partem para o Rio de Janeiro e no dia 14 de janeiro de 1953, com destino a São Luís, capital do Maranhão. [...]. No dia 19, dois teco-tecos (taxis aéreos de três lugares) levam as felizes missionárias para Pinheiro! Foram recebidas pelo Prefeito, autoridades locais, professoras e crianças. [...]. No dia 03 de março de 1953, iniciaram-se as aulas do curso primário com umas 900 crianças, embora já existindo na cidade dois grupos escolares e diversas escolas particulares. A entrada das aulas foi soleníssima, [...], foi celebrada a santa Missa na Matriz e, em seguida, a abertura das classes[...]. No dia 19 foi inaugurado o Ginásio Pinheirense. As aulas seriam dadas em dois turnos, pela manhã às meninas e à tarde aos rapazes [...]. Em janeiro de 1954, Irmã Vera Maria volta para São Paulo, sendo substituída na direção do Ginásio por Irmã Maria Rute [...] (DOLORES. As Filhas de Nossa Senhora...[196?] grifos nossos).

A chegada desse grupo de irmãs FNSSC representou um marco fundamental na obra educacional dos MSC em Pinheiro. A demanda discente, no ano de 1953, tinha chegado em torno de novecentas crianças, e estava em andamento a transformação do GENSSC em Ginásio Pinheirense. Madre Dolores escreveu que havia na cidade outras instituições de ensino – grupos escolares, escolas particulares e filantrópicas, porém, existiam poucas professoras normalistas na cidade, que foram nomeadas e lotadas nos grupos escolares "Odorico Mendes" e "Elisabetho Barbosa de Carvalho". As outras professoras das demais escolas eram leigas. Segundo Costa

(2012, p. 63), tais "nomeações funcionavam como instrumento de barganha no jogo político da época". Portanto, evidencia-se que não havia professoras disponíveis para serem contratadas pela Ação Social da Prelazia para dirigir o GP, daí o convite feito às FNSSC.

Seguindo percursos das nomeações por indicação, Elisabetho de Carvalho solicitou ao Governo estadual a nomeação de Terezinha da Costa Leite Guterres, que se tornou a primeira professora normalista do GENSSC e, a partir de 1953, tornou-se professora da quinta série ginasial e responsável em ministrar as aulas do curso de admissão ao GP.

Em relação ao convite feito às FNSSC e a aceitação destas para dirigir pedagogicamente o Ginásio, considera-se uma ação estratégica dos MSC, pois qualificou o ensino e centralizou as atividades administrativas e didático-pedagógicas nas mãos dos missionários. A suposta qualificação do corpo docente e gestor representou credibilidade para a sociedade pinheirense, aos órgãos federais e estaduais e constituiu-se elemento importante no processo de regularização e reconhecimento do empreendimento escolar católico.

É oportuno lembrar o discurso de Elisabetho de Carvalho (1953) ao relatar que o GP estava organizado para vencer, pois contava com educadoras experientes, qualificadas, conhecedoras das doutrinas morais cristãs, egressas da região Sudeste do Brasil, esta última característica sugerindo melhor qualificação profissional.

Desde a chegada ao Brasil em 1920, a Congregação FNSSC se dedicou ao magistério e à administração escolar. A partir de 1921 assumiu a direção do Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Alfenas – MG, fundado por uma associação de leigos. Nesse estabelecimento havia o Curso Normal, que inclusive foi equiparado em 1924 à Escola Modelo de Belo Horizonte – MG. Posteriormente, o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi incorporado ao patrimônio da Congregação (NOSSA HISTORIA..., 2015).

Das irmãs FNSSC que vieram para Pinheiro, Vera Swerts Costa e sua irmã Rute Swerts Costa tinham registro profissional do MEC, e todas contavam com experiência docente.

Naquele período, a diretoria do GP era composta por dois diretores segmentados por turno e sexo. O turno matutino era dirigido pelas irmãs FNSSC e o vespertino ficava sob a responsabilidade de um padre ou do irmão frei José Preziosa[34] MSC. A partir da análise de parte da documentação interna e externa da direção do estabelecimento, concluiu-se que as irmãs eram as responsáveis oficialmente pela instituição. Sendo assim, a composição do quadro gestor do GP ficou constituída nos anos letivos de 1953 a 1965 com os seguintes diretores:

[34] Giuseppe Preziosa era frei ou frade, uma denominação usada na hierarquia eclesiástica aos membros de congregações religiosas católicas masculinas que são ordenados padres ou não. Quando não ordenados sacerdotes não são autorizados a ministrar determinados sacramentos, como a Eucaristia e a Confissão.

Ano Letivos	Diretoras(es)
1953	Irmã Vera Maria e Pe. José Ialea
1954 a 1958	Irmã Maria Rute e Pe. José Ialea
1959 a 1960	Irmã Maria Paula e Sandro Fedele e Frei José Preziosa
1960 a 1962	Irmã Maria Rita, Pe. Thomás Beckmam e Frei José
1963 a 1965	Benedita Gisele Lima Aragão[35], Pe. Thomás Beckmam e Frei José Preziosa

Quadro 2 – Diretoria do Ginásio Pinheirense (1953-1965). Elaborado pelo autor, com base no jornal *CP*, ano XLVII, nº 2.228 de 15 ago. 1968.

As FNSSC que assumiram atividades administrativas e pedagógicas no referido estabelecimento católico foram as seguintes: Vera Maria Swerts, nasceu no município de Machado (MG), fez curso Normal e, posteriormente Letras, desenvolveu trabalhos nos colégios da Congregação como professora e catequista. Maria Rute Swerts era irmã de Vera Maria, nascida também em Machado (MG). Fez curso Normal e Pedagogia. Nos colégios da Congregação exerceu a função de professora, diretora, coordenadora de comunidade e catequista. Maria Paula Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro (RJ), fez curso de Secretária, ministrava aulas de religião e catequese. Maria Rita fez curso de Contabilidade, trabalhou na tesouraria de vários colégios da Congregação e desenvolveu apostolado catequético. Morou durante seis anos em Roma, Itália, e voltando ao Brasil serviu em várias escolas da Congregação como professora e diretora.

Apesar do trabalho educacional desenvolvido pelas FNSSC em Pinheiro, nos discursos da imprensa escrita local ou nos proferidos nas solenidades comemorativas, sobretudo, as de aniversário do referido colégio, eram destacados o trabalho do bispo Dom Afonso Maria Ungarelli e dos padres, muito embora, o Ginásio fosse fruto de um trabalho coletivo no qual as FNSSC tiveram papel principal. Congratulações somente aos membros da congregação dos MSC nesses espaços e festividades sugere pensar "a história centrada na vida dos grandes homens e seus feitos" Le Goff (2003, p. 106), ocultando o papel ou silenciando a voz das mulheres no discurso historiográfico.

A principal fonte utilizada nesta pesquisa, o jornal *Cidade de Pinheiro*, pouco divulgou os trabalhos desenvolvidos pelas FNSSC. Dentre os eventos que foram registrados

[35] D. Benedita Gisele Lima Aragão era freira da Congregação das Josefinas. Congregação leiga fundada por Mons. Luís de Carvalho Rocha em 1927. Em 1947, conduzidas à congregação religiosa por D. Antônio de Almeida Lustosa. Eram chamadas de donas e não possuíam distintivo que as identificassem como freiras. Estabeleceram-se na Prelazia de Pinheiro em 1962 com objetivo de atuarem na educação e missão evangelizadora. Disponível em:<www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/historia/bispos-anteriores/4o-bispo-dom-antonio-de-almeida-lustosa/>. Acesso em 30 de abr. 2016.

encontraram-se: a chegada em Pinheiro em 1953, a presença no primeiro exame de admissão e a despedida delas, no final de 1962. Não obstante, a partir de poucas fontes imagéticas, documentais e memórias foi evidenciado que as FNSSC desempenharam funções de diretoras do GP, professoras das moças, prioresas e catequistas. Se não ficou registrado na imprensa local da época o trabalho educativo das referidas irmãs, ficou registrado na memória das alunas, que recordam os estilos pessoais, a desenvoltura nas aulas e a competência como professoras, conforme descreve Alvim (2013):

> Nas aulas de Geografia e História Irmã Geralda se transfigurava [...], contagiando-nos com o seu entusiasmo. Chegava a ficar corada, ela que era naturalmente pálida [...]. As aulas de Português com Irmã Ruth constituíam a melhor parte da programação. O pouco que sei dessa disciplina aprendi nessas aulas: palavras simples, compostas, primitivas, derivadas, sufixos, prefixos, conjugação de verbos regulares, irregulares; pontuação; regras de concordância, etimologia dos vocábulos; neologismos, análise e interpretação de textos, de Os Lusíadas à letra do Hino Nacional, sujeitos ocultos, predicados, complementos, sinônimos, antônimos, categorias gramaticais; biografias dos grandes poetas e romancistas. Irmã Ruth era [...] muito culta, talvez a mais preparada de todas. Ora era suave, ora autoritária, sabendo impor moral na turma. Todos os alunos a respeitavam. [...] a Irmã Suzana era a nossa preferida: brincalhona, arrancava-nos confidências sobre nossos inocentes namoros, dava-nos conselhos. Irmã Paula [...]. Não gostava de brincadeiras em suas aulas. (ALVIM. A turma de 1955..., 2013).

Ao relatar a dinâmica da sala de aula, Moema Alvim menciona suas apropriações: "o pouco que sei dessa disciplina [Português] aprendi nessas aulas" e cita vários tópicos estudados. Note-se que a ex-aluna se refere às aprendizagens, principalmente relacionadas à Gramática e à Literatura. A ênfase no conteúdo denota o caráter propedêutico e humanista do currículo.

Retomando a questão do protagonismo das FNSSC, identificou-se nesta pesquisa que elas tiveram grande responsabilidade na implantação do GP, na direção pedagógica, nas atividades docentes, no acompanhando de moças e meninas que vinham de outras cidades. A elas foi dada a responsabilidade de cuidar e zelar por moças numa época em que ficar longe dos olhos dos pais era considerado perigoso à moral das moças de família.

Pode ser que o silenciamento esteja relacionado à espiritualidade das irmãs, ou seja, elas se colocaram numa posição de colaboradoras, dispostas a servir na obra educacional dos MSC, evidenciando-os. Pode ser que elas evitassem aparecer à frente dos trabalhos educacionais. Afinal, a missão designada pela Igreja era mais deles (MSC) e menos delas (FNSSC). Relativamente a essa questão, talvez, a mensagem de Janete de Fátima Alves possa justificar essa análise:

> Em uma Congregação Religiosa, não ocupamos cargos. Cada Irmã serve naquilo que ela pode e tem o dom. É diferente da sociedade que tem Cargos importantes a serem ocupados. Uma Religiosa vive muito diferente, servimos como missionárias e não fazemos carreira. Talvez para um leigo fica difícil de entender, mas é assim. Quando entramos na Congregação é para servir como missionária onde quer que precisem de nós. Sendo assim, é difícil fazer um Currículo das Irmãs e ainda mais de tempos passados. Muitas deram aulas apenas com o Magistério (ALVES, J de F. As FNSSC em Pinheiro...2015) (informação pessoal)[36].

Mesmo que as FNSSC tenham desenvolvido trabalho despretensioso e por pouco tempo em Pinheiro (dez anos), como agentes sociais foram capazes de agir com criatividade, construir e modificar a história educacional do município.

Contudo, defende-se a hipótese que o silenciamento das FNSSC na história educacional de Pinheiro na década de 1950 diga respeito à questão hierárquica da igreja católica, caracterizada por ser exclusivamente masculina. Primeiro, porque os padres são formados para exercerem papel de liderança religiosa e se posicionarem à frente nas tomadas de decisões políticas da Igreja. Quanto às mulheres, cabe-lhes o secundário papel de colaboradoras, de desenvolvimento de atividades ou de atendimento das necessidades no âmbito do cotidiano, do privado ou do doméstico. Assim sendo, no caso analisado neste trabalho, entende-se que às irmãs coube o papel de exercer atividades cuja visibilidade se perde no cotidiano.

Segundo, as discussões sobre a proposição de um estabelecimento de ensino secundário em Pinheiro diziam respeito ao âmbito da política educacional do município e, portanto, ao âmbito do público, considerado espaço do homem. Os MSC se posicionaram no jogo político, no espaço das decisões políticas públicas educacionais no interior da sociedade, e este espaço, naquele momento histórico, não era considerado espaço de participação ou intervenção feminina.

A Igreja defendia que os universos masculinos e femininos eram diferentes, com missões igualmente distintas, porém, complementares. Caberia à mulher o papel de colaboradora do homem. Na época, o papel social da mulher deveria ser de educadora, seja qual fosse seu estado civil, dentro ou fora do lar – para benefício da família e da sociedade. Participar da vida pública ou esportiva significava desistir do lar, limitar a natalidade, provocar o desprezo ao trabalho doméstico. A atividade pública era do universo masculino, somente em casos exclusivamente necessários caberia à mulher exercê-la (BENCOSTA, 2001).

---

[36] ALVES, Janete de Fátima. Filhas de Nossa Senhora do sagrado Coração em Pinheiro [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <alairtonsoares@gmail.com> em 21 de mai. 2015.

As FNSSC foram convidadas não para discutir políticas públicas, ou seja, ocupar o "espaço dos homens". Desse modo, a congregação foi bem recebida, a imprensa escrita local dedicou uma página inteira sob o título "Verdadeira Apoteose" (conforme já mencionado), o prefeito entregou-lhes as chaves da cidade, simbolizando a importância do trabalho a ser desenvolvido, porém não lhes cabia discutir, planejar as políticas educacionais, pois estas eram atividades estavam reservadas às lideranças políticas e religiosas masculinas. Talvez estes sejam os principais motivos da invisibilidade ou silenciamento do primeiro grupo das FNSSC. Inclusive, o nome de algumas delas que exerceram atividades docentes no ginásio não aparece nos relatórios oficiais, enviados à Inspetoria Regional de Educação do Estado.

O trabalho educacional desenvolvido por FNSSC denota que mulheres foram eficientes no combate às diferentes manifestações de autoritarismo de forma consciente, como parceiras ou elaboradoras de iniciativas e projetos; transformaram a visão acerca da mulher como ser frágil, objeto e incapaz, para um ser capaz de constatar em suas experiências e iniciativas, merecedora de, igualmente à figura masculina, conquistar lugar na memória social. (PERROT, 1989).

Ainda, em relação à organização administrativa, destaca-se Francisco José de Castro Gomes[37], designado Inspetor Federal do GP, em 1953 e da ACREP (Associação Recreativa Cultural Educacional de Pinheiro), em 1962. Teve papel importante no processo de Reconhecimento do referido ginásio. A ele competia elaborar mensalmente relatórios descritivos das práticas escolares do estabelecimento (tempos, espaços, currículo, quadro de professores etc.) ressaltando que as mesmas estavam em conformidade às prescrições legais, e os enviava à Inspetoria Regional. Desenvolveu trabalho no GP subsidiado na legislação educacional que prescrevia no Art. 75 § 1 do DL 4.244 "a inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica".

Francisco José de Castro Gomes, no exercício de sua função, estabelecia relações com vários grupos sociais, situava-se transversalmente no jogo político local. Foi inspetor federal e esposo da professora Maria Fausta de Castro Gomes, filha do desembargador Elisabetho de Carvalho. Estudava as leis, decretos e portarias educacionais, o que lhe facilitava interpretá-las e conhecer suas lacunas. Sendo assim, ao elaborar os relatórios das práticas escolares poderia omitir informações, acrescentar outras que em certa medida não causavam transtorno ao

[37] Francisco José de Castro Gomes era casado com Maria Fausta de Carvalho, professora do Ginásio e filha do Desembargador Elisabetho de Carvalho. Além de Inspetor Federal, foi funcionário do IBGE, vereador, vice-prefeito, prefeito e juiz de paz, diretor do jornal *Cidade de Pinheiro* e membro da APLAC. Pela posição social que ocupava, intercedia em favor do Ginásio, apresentando relatórios das práticas escolares aos órgãos de inspetoria escolar do Estado.

andamento das atividades; ao contrário, as omissões ou alterações objetivavam adequações aos requisitos ou critérios determinados pela legislação vigente, a fim de que o GP mantivesse o *status* de reconhecido, sob inspeção permanente.

Quanto aos professores das disciplinas do currículo adotado, Costa (2012, p. 125) apresentou em seu trabalho *O Cenário Educação na Princesa da Baixada (1920 – 1960)* uma relação nominal, elaborada a partir de relatório feito por Gomes entre os anos 1953 – 1958 e encaminhado à Inspetoria Regional do Maranhão[38]. Segue a relação nominal dos professores, matéria lecionada e número de registro ou inscrição no exame de suficiência.

MATÉRIA	PROFESSOR	REGISTRO
Latim	Pe. Alessandro Fedele	Ex. Sufic.
Educação Física	Antônio Carlos C. Guterres	Ex. Sufic
Trab. Manuais, História e Desenho	Cecília Morais Miranda	Ex. Sufic
Ciências	Célia Anchieta Guerreiro	Ex. Sufic
História	Eunice Luísa dos Santos	Ex. Sufic
Ciência e Geografia	Terezinha de Jesus B. Ramalho	Ex. Sufic.
Ed. Física, História e Português	Terezinha Soares C. Leite	Ex. Sufic.
Geografia	Maria Alice P. Moreira	Ex. Sufic.
Geografia	Maria Fausta de C. Gomes	24258
Canto Orfeônico e Ed. Física	Giuseppe Preziosa	Ex. Sufic.
História	José Augusto Lopes	Ex. Sufic.
Português	José Guimarães Junior	Ex. Sufic.
Latim	Pe. José Ialea	Ex. Sufic.
Português	Rute Swerts Costa	6841
Matemática	Pe. Silvio Salvadori	Ex. Sufic.
Francês	Tereza Juaçaba	6706
Português, Matemática e Geografia	Vera Swerts Costa	6291

Quadro 3 – Relação dos professores do Ginásio Pinheirense com/sem registo profissional.
Fonte: COSTA (2012, p. 125).

Ao apresentar a lista de professores e disciplinas ministradas, de acordo com o relatório elaborado pelo referido Inspetor Federal, Costa (2012, p 124) escreve:

> Dos relatórios elaborados mensalmente por Francisco José de Castro Gomes, destacamos um referente ao ano 1954, que salientou a constituição do corpo docente do Ginásio Pinheirense, o qual era formado por profissionais com registro definitivo e outros inscritos nos exames de suficiência. [...]. Por meio de tais informações foi revelado que o corpo docente da instituição não era formado em sua totalidade por um professorado com Registo Profissional expedido pela Diretoria de Ensino Secundário [...] uma exigência às escolas particulares por não efetuarem concurso público (COSTA, 2012, p. 124).

[38] As páginas desse relatório contendo a lista de professores do período de 1953-1958 foi destruído por traças.

Considerando-se possíveis burlas na relação dos docentes do GP enviados à Inspetoria Regional, optou-se nesta pesquisa por compor um quadro de professores a partir de informações pessoais, entrevistas de ex-alunos, menções a professores nos discursos registrados no jornal *CP* e listas elaboradas pela secretaria do Ginásio Pinheirense entre os anos 1953 e 1963.

Ressalta-se que houve variação considerável de profissionais que lecionaram no primeiro ciclo do ensino secundário no GP. Essa variação ocorria devido à falta de profissionais residentes em Pinheiro. Assim, a Ação Social da Prelazia de Pinheiro fazia contratos de trabalho temporário com profissionais de diferentes áreas, residentes em outros municípios da região para ministrarem aulas no GP. Ao findar o ano letivo, o professor contratado era desligado do quadro docente. Isso era feito todos os anos, com implicações trabalhistas para os professores, como perdas de tempo para aposentadoria, férias e mesmo salário por três meses ao ano. Estes aspectos ficaram evidenciados por meio do livro de registro de professores (conferir anexo).

Nos relatórios elaborados por Gomes, não constam os nomes dos seguintes professores que lecionaram no GP no período de 1953 a 1958: Amália Damous, Antônio Pacheco Guerreiro, Célia Anchieta Guerreiro, Paulo Figueiredo; as freiras Benedita Gisele Lima Aragão, Maria Dolores, Maria Paula, Maria Rita, Maria; os padres Fenando Meloselli, Humberto Giungarelli, Lourenço Rodini, Pedro Tidei, Salvador Dessi e Paulo Figueiredo.

No quadro 3 a seguir foram incluídos os nomes dos professores que constavam nos relatórios do Inspetor Gomes, acrescentando-se os nomes dos demais docentes, formação escolar e a(s) disciplina(s) ministrada(s):

Nome do/a professor/a	Formação escolar	Disciplina lecionada
Amália Damous	Normal	Ciências
Antonio Carlos Costa Guterres	Curso Secundário	Educação Física
Antonio Pacheco Guerreiro	Bacharel em Direito	Português
Aurelina Catarina Amorim	Curso Secundário	Português
Benedita Gisele Lima Aragão	Pedagogia	Trabalho Manuais, Ensino Religioso, Geografia
Célia Anchieta Guerreiro	Nutricionista	Ciências, Trabalho Manuais
Cecília Morais Miranda (irmã Geralda)	Normal	Geografia, História, Desenho e Trabalhos Manuais
Eunice Luísa dos Santos (irmã Ana Maria)	Normal	Geografia, Desenho
Frei Giuseppe Preziosa	Curso Secundário	Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física
Irmã Maria Paula	Secretariado	Matemática, Ciências
Irmã Maria Rita	Contabilidade	Matemática
Irmã Maria Rute Swerts Costa	Letras	Português, Matemática
Irmã Maria Susana	Normal	Religião, Francês, Inglês

Irmã Vera Maria Swerts Costa	Curso Normal	Português, Matemática e Francês
José Augusto Lopes	Odontologia	Ciências Naturais
Jose Guimarães Junior	Direito	Português
Maria Alice Pereira Moreira	Curso Normal	Geografia, Português e Ciências Naturais
Maria Fausta de C. Gomes	Curso Normal	Português, Geografia, História
Paulo Figueiredo	Filosofia/Teologia	Português, História
Pe. Alessandro Fedele	Filosofia/Teologia	Latim
Pe. Fernando Meloselli	Filosofia/Teologia	Latim
Pe. Humberto Giugarelli	Filosofia/Teologia	Ensino Religioso, Matemática
Pe. José Ialea	Filosofia/Teologia	Latim, Matemática, Ensino Religioso
Pe. Lourenço Rondini,	Filosofia/Teologia	Latim e Inglês
Pe. Pedro Tidei	Filosofia/Teologia	Francês e Canto orfeônico
Pe. Salvador Dessi,	Filosofia/Teologia	Inglês e Francês
Pe. Silvio Salvatori,	Filosofia/Teologia	Matemática
Tereza Juaçaba (irmã Suzana)	Normal	Francês e Ensino religioso
Terezinha da Costa Leite Guterres	Curso Normal	História, Trabalhos Manuais, Educação Física
Terezinha de Jesus Bitencourt Ramalho	Bacharel em Direito	Ciências Naturais, Geografia, Português e História
Raimunda Amorim	Curso Secundário	Matemática

Quadro 4 – Professores do 1º ciclo do Ensino Secundário (Curso Ginasial) do Ginásio Pinheirense, Formação escolar e disciplinas lecionadas (1953 – 1963). Elaborado pelo autor com base em informações verbal e pessoal.

As omissões ou alterações nos relatórios que o Inspetor Federal realizava sugerem "burlas" dos consumidores de tais políticas, de que nos fala CERTEAU (2004). Referem-se mais especialmente às invenções dos inspetores e diretores e as formas como interpretam as políticas educacionais, às *táticas* ou as suas maneiras de fazer. Foram utilizadas, no entanto, como estratégia de economia financeira e burlas de direitos trabalhistas.

Tais práticas, enquanto *táticas*, foram arquitetadas. Constituíram-se atitudes ativas e produtoras. Foram maneiras de fazer peculiar da escola e de seus agentes e que ocorreram em meio à rotina, mas que não se estabeleceram como um "*lugar próprio*" e, sim, como uma "ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio", uma tática, segundo Certeau (2004), p. 100), que age no espaço daquele que detém o poder da deliberação. Sua ação é de astúcia, de tática de apropriação das prescrições, das normas e das materialidades que lhes são impostas por meio das *estratégias* prescritas pelos agentes de modernização das políticas educacionais no Estado.

Essas práticas favorecem inferir que as instituições escolares, ao estabelecerem-se historicamente, constroem uma cultura que lhes são bastante peculiares. Elas, nos seus

processos de constituição "sofrem e adaptam-se ao exterior, mas as escolas também ordenam, organizam-se e geram as suas próprias exterioridades", como assinalado por Magalhães (1996, p. 15). Neste sentido, as burlas nos relatórios elaborados por Gomes e as burlas trabalhistas dos dirigentes da instituição com os professores são *recursos insuspeitos* que deslocam as fronteiras de controle e dominação exercido pelos Órgãos do Estado (Certeau, 2004), e contribuem para compor a história do estabelecimento de ensino católico, objeto deste trabalho.

Em um olhar sobre o quadro docente do ensino secundário do GP observa-se importante participação feminina e poderia sugerir incongruência entre as representações dos idealizadores e a real configuração do professorado. Ou seja, os proponentes afirmaram que o colégio estaria "aparelhado para vencer" com professoras formadas, vindas da região mais culta do país e, na realidade, o quadro docente foi constituído majoritariamente por teólogos (padres estrangeiros) e normalistas (freiras), que não tinham formação específica na área em que atuavam.

Em relação à formação de professores que atuavam no ensino secundário no Brasil nas décadas de 1940 a 1960, Jayme Abreu (1955) considera que o ponto mais frágil desse nível de ensino era o seu professorado, ressaltando que: "Pelo incremento do aparelho, tornou-se necessário organizar um magistério de emergência, aliciado nas sobras, lazeres e desempregos de outras profissões, ou entre candidatos sem profissão nenhuma" (ABREU, 1950, p 72).

As políticas públicas para formação de professores do nível secundário, por meio da Reforma Francisco Campos, pretendiam que todos quantos se propusessem a lecionar nesse nível ensino, nos ginásios **federais** ou **equiparados** ou **reconhecidos,** fossem formados pelas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, porém estas eram poucas e, portanto, não atendiam as necessidades daquele momento. Estas Faculdades concentravam-se nas capitais e grandes cidades das regiões mais desenvolvidas do país, o que inviabilizava aos professores residentes em localidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de as frequentarem. Esses entraves provocaram escassez de professores para o nível secundário, favorecendo um professorado constituído substancialmente por profissionais liberais, como advogados, médicos, engenheiros, juízes e outras ocupações, dentre elas, padres, freiras, professoras normalistas, e autodidatas (PINTO, 2008). Além disso, em nível nacional, o ensino superior estava embrionário. Contava, em 1952, com 514 instituições e 56.049 matrículas, apenas.

No que se refere à incipiência do ensino superior, no estado do Maranhão, a Faculdade de Filosofia foi fundada em 1953, mesmo ano de criação do GP, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2016). Deste fato, infere-se que nos

primeiros anos de funcionamento do GP, não havia professores formados por essa Universidade.

A formação em curso superior e a especialização para lecionar uma única disciplina foi um longo processo, que obteve força a partir da reforma educacional empreendida por Francisco Campos. Em 1931 foi instituído o Decreto nº 19.890 em 18 de abril, por meio do qual ficou estabelecido no Departamento Nacional de Ensino o Registro de Professores aos que o requeressem a título provisório, mediante apresentação dos seguintes documentos:

> a) prova de identidade, b) prova de identidade moral, c) certidão de idade, d) certidão de aprovação em instituto oficial de ensino secundário ou superior, do país ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendiam inscrição, e) quaisquer títulos ou diplomas científicos que possuam, bem como exemplares de trabalhos publicados, f) prova de exercício regular no magistério, pelo menos dois anos (Art. 68 e 69 do Decreto 19.890 de 18/04/1931. BRASIL, 1931)

A certidão de aprovação (item c) poderia ser substituída por qualquer título idôneo, a juízo de uma comissão nomeada pelo MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) e constituída de três professores do magistério secundário oficial e dois professores do equiparado.

Note-se que era uma medida a título provisório. Depois de instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, o Conselho Nacional de Educação fixaria a data para tornar definitiva a inscrição provisória, porém, enquanto não houvesse diplomados, continuariam valendo os requisitos, de "a" a "e" do art. 69 do referido decreto (BRASIL, 1931), acrescidos de "certificados de aprovação obtidos nessas faculdades em exames das disciplinas para as quais a inscrição fora requerida, e ainda, de Pedagogia Geral e de Metodologias das mesmas disciplinas" (Art. 71, Decreto 19.890 de 18/04/1931). Contudo, nas décadas de 1940 a 1960 a proposta de formar para a profissão do magistério nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, por meio das mudanças implementadas pelo referido decreto não ocorreram como previsto e profissionais liberais, a exemplo dos já citados, continuaram a exercer atividade docente nas escolas particulares e públicas (SCHWARTZMAN, 2005; SANTOS, 2013).

O GP funcionou amparado pela reforma Capanema. Esta determinou três modalidades de estabelecimentos secundários: os **federais,** mantidos sob a responsabilidade direta da União, os **equiparados,** mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e autorizados pelo Governo Federal, e os **reconhecidos,** mantidos pelos municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, autorizados pelo Governo Federal. Fica implícito no DL 4.244/ 1942 do

ensino secundário que existia também os estabelecimentos de ensino dos **territórios**, que careciam de autorização do Governo Federal também.

A Lei Orgânica instituía a observância da conveniente formação do professor em cursos de Ensino Superior. Os cargos efetivos de professor em estabelecimentos de ensino secundário federais e equiparados deveriam ser providos por concurso, enquanto o magistério nos estabelecimentos reconhecidos demandava previamente inscrição no Registro de Professores do MEC, mediante prova de habilitação, os chamados exames de suficiência, por meio dos quais os professores recebiam um registro provisório, conforme o dispositivo legal:

> Art. 79. A constituição do corpo docente, em cada estabelecimento de ensino secundário, far-se-á com observância dos seguintes preceitos: inciso 3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registo do Ministério da Educação (BRASIL, DL 4.244/42).

Segundo Dallabrida (2014), a expansão do ensino secundário nas décadas de 1950 e 1960 agravou ainda mais o problema da falta de professores licenciados, o que levou o Governo Federal a criar um magistério de emergência recrutado por meio do exame de suficiência. Era uma prova instituída pelo Decreto-lei 8.777 de 22 de janeiro de 1946, que avaliava a aptidão dos professores secundaristas e concedia a permissão a lecionar onde não houvesse docente formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

"Até meados da década de 1950, o exame de suficiência era aplicado nas Faculdades de Filosofia, de forma que habilitava somente 520 professores para lecionar nos colégios de ensino secundário" (PINTO, 2008, p. 151-152). Assim, o exame era feito por uma parcela restrita dos docentes do secundário, porque havia poucas faculdades de filosofia localizadas nas grandes cidades.

A qualificação foi ofertada por meio de programas ou campanhas de políticas públicas educacionais promovidas pelo MEC em parceria com os governos estaduais e instituições privadas. Dallabrida (2014) informa que a gestão de Armando Hildebrand[39] frente à Diretoria do Ensino Secundário foi marcada por iniciativas de modernização do ensino secundário. Foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), sendo instituída pelo Decreto 34.638 de 17 de novembro de 1953. Seu objetivo, conforme o Art. 2,

[39] Armando Hildebrand (nascido em Leme – SP – falecido em 1994) foi diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (1954 – 1955); fundou (1954) e dirigiu a Fundação do Ensino Secundário, hoje Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE). Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, 2000, p. 345.

era promover a elevação e difusão do ensino secundário, tornando a educação secundária sintonizada aos interesses e necessidades dos interessados à época, outorgando a esse nível de ensino eficácia e sentido social, bem como oportunizar a juventude maior acesso à escola secundária.

Assim, o MEC, por meio da CADES, prestou expressivos serviços à educação brasileira, realizando cursos de aperfeiçoamento para docentes do ensino médio, jornadas de diretores, simpósios de orientação educacional, encontros de inspetores, cursos para secretários do nível secundário de ensino.

A partir de 1956, o MEC promoveu, por meio da CADES, nas Inspetorias Seccionais de ensino secundário de vários estados brasileiros, cursos intensivos de preparação ao exame de suficiência, objetivando ajustar os professores do secundário às exigências legais, e conferindo aos aprovados o registo de professor e, consequente direito, a lecionar onde não havia disponibilidade de licenciados.

Por essa ocasião, Dom Afonso Maria Ungarelli oportunizou algumas alunas concluintes do curso ginasial, que lecionavam nas turmas de primário, do então Ginásio Pinheirense, a fazer um curso preparatório, que foi realizado em abril e maio de 1958, na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, ministrado pelo professor Júlio Cesar de Melo Souza (conhecido pelo pseudônimo Malba Tahan).

Neste sentido, faz-se oportuno citar o depoimento de Aurelina Catarina Amorim que foi professora da escola paroquial, fez o curso ginasial, primeiro ciclo, e se tornou professora catedrática do GP, posteriormente, Colégio Pinheirense. O depoimento foi registrado por Costa (2012, p. 126):

> Quando terminamos o ginásio Eu e Neném [Raimunda Amorim] fomos enviadas a São Luís em 1958 por Dom Afonso Maria Ungarelli para fazermos o curso de Português e Matemática oferecido pela CADES, devido à precariedade de professores nas referidas disciplinas com habilitação para a docência no ensino secundário em Pinheiro. O curso foi ministrado pelo professor de fama mundial, conhecido como Malba Tahan. As aulas duraram 15 dias e aconteceram no Liceu Maranhense de segunda a sábado, pela manhã e à tarde; aos domingos somente pela manhã. Éramos treze alunos-mestres com vários anos de tirocínio. Com o término do curso, realizamos as provas orais e escritas, na presença de uma banca examinadora formada por Malba Tahan, como presidente, pelos professores José da Silva Lopes, Luís Rego, diretor do Colégio São Luís, Tarcísio, irmão marista e as representantes do MEC, Inês Gonçalves e Haydé Chaves. Fomos aprovadas e recebemos o registo definitivo, Eu como professora catedrática de Português e Neném de Matemática. (Aurelina Catarina Amorim, entrevista concedida a COSTA, 2012, p. 126).

Segundo Raimunda Amorim (2016), o MEC contratava professores renomados dos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente no início do ano, que durante 1 mês ou 1 mês e meio, em determinadas cidades, preparavam os professores para os chamados exames de suficiência. Os cursos ofereciam aulas de Didática Geral para todos os participantes, Didática Especial e conteúdo específico de cada disciplina (informação verbal)[40].

É neste contexto que precisa ser compreendido o quadro de professores do GP. Os professores contratados pela Ação Social da Prelazia de Pinheiro deveriam providenciar o Registro Provisório ou Permanente, e muitos deles conseguiram tal registro por meio dos cursos da CADES, portanto, estavam aptos a lecionar no curso secundário. Por conseguinte, ao se analisar a equipe de professores do referido estabelecimento, no recorte cronológico deste trabalho, deve-se levar em consideração a escassez de professores licenciados, as dificuldades de frequentar cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras devido às distâncias entre o município de Pinheiro e capital ou outros centros que ofereciam curso superior. Estes obstáculos obrigaram o ginásio a funcionar com professores em sua maioria inscritos no exame de suficiência.

A equipe de professores do GP foi formada por freiras que tinham o curso normal, padres estrangeiros e alguns profissionais liberais, ou seja, o curso ginasial funcionou de modo semelhante a muitos outros ginásios espalhados pelo Brasil. Aliás, foram grandes os esforços de Dom Ungarelli para conseguir "atender as exigências do MEC; luta na conquista de recursos humanos; enfim luta para ter o aval dos órgãos competentes" (AMORIM, 1996, p. 40).

Ressalta-se que, mesmo no início do século XXI, com a expansão do acesso às universidades públicas que oferecem considerável número de vagas nos cursos de licenciatura (em Pinheiro está em funcionamento desde a década de 1980 um *campus* da Universidade Federal do Maranhão), mesmo assim, ainda há carência de professores no Ensino Médio, principalmente, nas disciplinas de Física, Química, Matemática.

De forma análoga ao que escreveu Noberto Dallabrida (2014) em *Formação escolar e perfil sociológico do corpo docente do Colégio Estadual Dias Velho (1950-1964)*, pode-se dizer que o corpo docente do GP era composto por um professorado de emergência, pois não tinha formação universitária específica na área que atuava, mas era formado em diversificados cursos superiores e secundários e alguns obtiveram registo profissional por meio do exame de suficiência da CADES.

[40] Informação fornecida por Raimunda Amorim em São Luís, em 2016.

Acrescente-se que, com o quadro docente que possuía, o GP proporcionou escolarização secundária privada e confessional católica que viabilizou percursos escolares para aqueles que o frequentaram em nível superior e médio e trajetórias socioprofissionais de alunos egressos que geralmente vinham de estratos altos e médios da sociedade pinheirense.

3.2 Exame de acesso, ginasianas e ginasianos

Quanto aos exames escolares, o DL n. 4.244/1942 manteve a determinação que os alunos deveriam se submeter a dois tipos: exames de admissão e suficiência. Estes exames definiam o tipo de aluno que teria acesso ao curso ginasial e colegial, as regras de permanência e concessão de diploma, por conseguinte, promoveram rigor e seletividade no ensino médio brasileiro.

O exame de admissão funcionou como instrumento legal que permitia o acesso ou não à educação escolar secundária, constituindo-se meio de confirmação da escolarização realizada em nível primário, um mecanismo seletivo e classificatório determinado pela política educacional brasileira em 1931, perdurando até a promulgação da Lei n° 5.692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de oito anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos. Segundo Menezes (2001):

> Nos anos 1950 as escolas de nível secundário eram altamente seletivas com exigentes exames de ingresso, que filtravam a "nata da nata", uma vez que mesmo para o acesso ao ginásio primeiro ciclo, que hoje corresponderia à passagem para a quinta série do ensino fundamental havia exame de admissão. Para poder chegar ao ginásio, os jovens candidatos se preparavam durante um ano num "curso de admissão", um quinto ano extra oferecido na mesma escola e, quatro anos depois, precisavam vencer a barreira de acesso para o colegial, clássico ou científico, dependendo do tipo de escola superior almejada (MENEZES, 2001, p. 201)

Durante o curso ginasial, os alunos eram submetidos aos exames de suficiência, durante os quatro anos de duração. Esse exame tinha as finalidades de habilitar e promover à série posterior e, no último ano, a de capacitar o aluno a prestar o exame de licença[41].

[41] Os exames de licença ginasial e colegial foram suprimidos em 1946 por meio do Decreto-lei n. 9.303, de 27 de 05 de 1946 (BRASIL, 1946).

Sistematizado por meio do DL 4.244/1942, o exame de suficiência era constituído por exercícios e provas parciais e finais, realizadas no âmbito da sala de aula ao longo do período letivo. As parciais eram escritas, com exceção de Desenho, Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico, que eram provas práticas. Esses exames eram aplicados pelo professor da disciplina e aconteciam, durante o ano letivo, em duas chamadas: a primeira realizada em junho e a segunda em outubro, esta última facultada aos estudantes ausentes na primeira, que deveriam comprovar os motivos ou a necessidade da ausência.

As provas finais do exame de suficiência eram orais com exceção das disciplinas mencionadas anteriormente. Ocorriam em duas épocas: dezembro e fevereiro, perante banca examinadora. Estavam impedidos de fazer essas provas os alunos que obtivessem no conjunto dos exercícios e provas parciais, médias inferiores a três ou frequência considerada insuficiente.

De acordo com a legislação vigente, o Regimento Interno do Ginásio Pinheirense, o Art. 25º determinou que os processos de admissão e matrícula, o regime escolar, exames, férias, conclusão de curso, currículo e tempos escolares.

Os MSC ofereceram curso preparatório ao exame de admissão do GP. Este foi considerado importante porque muitos candidatos haviam concluído o curso primário há algum tempo, fazendo-se necessária a revisão dos conteúdos solicitados na prova admissional. Moema Alvin (2013) esclarece:

> Os cursos preparatórios para o Exame de Admissão ficaram sob a responsabilidade de uma das poucas professoras normalistas disponíveis e competentes, Prof. Terezinha da Costa Leite Guterres, professora da quinta série da Escola Paroquial, que fez a revisão dos conteúdos de todo o curso Primário, pois muitos já o haviam concluído há alguns anos (ALVIM. A turma de 1955..., 2013).

Os períodos de inscrição no exame de Admissão eram dois: 1º – 15 a 30 de novembro e 2º – 1 a 15 de janeiro. Sendo assim, o primeiro exame de admissão foi realizado em 20/02/1953, com presença da diretora Irmã Vera Maria, o Inspetor federal Sr. Francisco José de Castro Gomes, Prof. Terezinha da Costa Leite Guterres, Irmã Supervisora Maria Dolores e Padre Fernando Meloselli.

Compareceram 59 candidatos, sendo 34 do sexo feminino e 25 do sexo masculino para participarem do processo seletivo, composto por provas escritas das disciplinas Português, Matemática, História e Geografia. Dos candidatos que se submeteram às provas escritas, foram aprovados 33 concorrentes do sexo feminino e 21 do sexo masculino. Houve também prova

documental, conforme comunicado da diretoria do Ginásio Pinheirense, publicado no jornal *Cidade de Pinheiro* de 01/02/1943, a saber:

> [...]. Condições de admissão: para a matrícula no Ginásio as candidatas devem apresentar: a) certidão do registo civil; b) certidão de aprovação em exame de admissão; c) atestado médico de ter sido vacinada, de não sofrer moléstia contagiosa e de ter em perfeito estado os órgãos da vista, da audição e da fonação; d) as alunas vindas de outras escolas devem apresentar certificado de bom procedimento [...]. Parte econômica: a anuidade será de Cr$ 1.200,00 pagas em prestações mensais de Cr$ 150,00 (havia acréscimo para o pagamento parcelado) *acréscimo meus*. Observações: 1º) os pagamentos devem ser efetuados com a máxima pontualidade, do contrário, as alunas perderão o direito a assistência às aulas. 2º) não haverá desconto pela demora no regresso das férias, nem ausência das aulas. 3º) o mês começado considera-se vencido (DIRETORIA DO GINÁSIO..., 1953, p. 4.)

A informação a seguir enviada por Maria de Jesus Ferreira serve para identificar a condição socioeconômica dos alunos do GP. Da turma que a ex-aluna fazia parte, os alunos provinham de famílias "remediadas", "bem-conceituadas". Note-se que a maioria dos pais dos alunos eram pertencentes à elite econômica rural de Pinheiro e de outros municípios próximos, inclusive alguns eram filhos de imigrantes portugueses. Ferreira (2015) descreve:

> A primeira turma do GP era constituída de pessoas que já haviam terminado o primário há algum tempo, já trabalhavam [...]. Os alunos da segunda turma eram pessoas mais novas, recém-saídas do Grupo e, de um modo geral eram oriundas de famílias remediadas, bem-conceituadas no local em que moravam. Assim, quase toda a turma, concluído o Ginásio foi estudar em São Luís. Nós éramos apenas estudantes, dependíamos de nossos pais. Quanto à atividade produtiva de nossos pais, nossas mães eram donas de casa. Os pais de cada um de nós: Lenir: *dono de engenho, fazendeiro e comerciante em Santa Maria*. Maria da Gloria? Maria de Jesus Cantanhede: *Coletor Estadual em Bequimão*. Maria de Jesus Ferreira: *agricultor e pequeno fazendeiro no lugar "Molha"*. Maria de Jesus Nogueira: *comerciante e fazendeiro em Pinheiro*. Maria do Socorro Soares? Romélia R. Cordeiro: *fazendeiro e comerciante em "Entre Rios"*. Alaor Pereira Mota: *comerciante em Pinheiro*. Afonso*: pai português, comerciante em Pinheiro*. João Damasceno B. Cordeiro: *fazendeiro e comerciante em "Entre Rios"*. José Maria Pinheiro: *proprietário do Engenho Tubajara*. José João Nogueira: *fazendeiro e comerciante*. Ledilson e Leonardo Sousa Amorim: *comerciante no Interior*. Remi A. Trinta: *fazendeiro em Palmeirândia*. Rufino Fernandes: *português fazendeiro e comerciante no Gama* (FERREIRA, M. de Jesus. Alunos do..., 2015, *grifos nossos*) (Informação pessoal)[42].

[42] FERREIRA, Maria de Jesus. Alunos do Ginásio Pinheirense. Mensagem recebida por Alairtonsoares@gmail.com em 11 dez. 2015.

Ferreira (2015) descreve que os alunos haviam terminado o primário há algum tempo e trabalhavam. Talvez a ex-aluna estivesse se referindo às alunas-professoras da EPNSSC.

Quanto aos alunos do sexo masculino, quando foram expedidas, compulsoriamente, as transferências em 1955 (assunto comentado mais adiante neste subtítulo), Alvim (2013) evidencia que foi graças ao empenho dos pais desses alunos, junto aos amigos políticos, que Pinheiro contou com o primeiro ginásio da Baixada. Esses alunos da primeira turma foram enviados para outras cidades a fim de terminarem os estudos. Daí, pode-se dizer que com exceção das alunas-professoras, a maioria dos alunos (as) provinha de famílias mais abastadas financeiramente.

Outro aspecto importante foi a origem escolar desses alunos. A maioria dos alunos do GP foi egressa da escola primária pública e não do GENSSC. Como afirma Regina Mendes, foram egressos do "Odorico Mendes" primeiro grupo escolar do município, mantido pelo Estado. Esse grupo escolar foi o mais disputado pelos alunos de melhores condições econômicas. Assim, muitos alunos cursaram o primário nesse estabelecimento público e o secundário no GP.

> Dois grupos escolares: um municipal [Elisabetho de Carvalho] e outro estadual. O estadual era o colégio Odorico Mendes, que era da preferência de todo mundo...todo mundo queria estudar no colégio Odorico Mendes porque era do Estado. Então, era um colégio que inspirava uma certa garantia porque tinham professores formados, que vinham de fora para trabalhar aqui em Pinheiro (REGINA MENDES. Entrevista, 2015).

Convém ressaltar que eram ofertadas 5% do total de matrículas aos "alunos menos favorecidos pela fortuna, que se enquadrassem às disposições oficiais, reguladas pelo MESP" e não pudessem arcar com as despesas das mensalidades (Cr$ 1.200,00 anual, ou 10 parcelas de Cr$ 150,00). Além da isenção das mensalidades recebiam material didático e moradia (UNGARELLI. Ação Social...Regulamento Interno, Art. 28, § único, 1953).

Os alunos da primeira turma do GP que estudaram com bolsa de estudo integral foram os seguintes, segundo Costa (2013, p.119): Aurelina Catarina Amorim, Joana de Jesus Silva Ribeiro, José Soeiro, Luís de Jesus Gomes Ribeiro, Maria de Lourdes Freitas, Maria Helena Costa Soares, Maria Helena Peixoto Costa, Maria Regina Durans, Maria do Socorro Reis Castro, Nair Amate, Odalva Costa Peixoto e Raimunda Amorim. Com bolsa de estudos 50% foram beneficiados: Edna de Jesus Sousa, Leonor de Jesus Sousa, Maria da Graça Reis Castro e Maria do Socorro Pinheiro Marques. Algumas dessas alunas eram professoras no GENSSC.

A concessão de bolsas de estudos a "alunos menos favorecidos pela fortuna" era uma estratégia da Ação Social da Prelazia de Pinheiro mantenedora do GP para continuar recebendo isenções fiscais, subvenções e contar com professores nomeados pelo Estado.

Moema Alvim (2013) recorda que após a aprovação no exame de admissão "rigorosíssimo" e apresentação dos documentos exigidos, criaram-se duas turmas: uma composta por 27 mulheres (turma A), que estudariam no turno da manhã, e a outra mista, formada por homens e mulheres (turma B) que estudariam à tarde. Esta, era composta por 21 homens e 06 mulheres. A presença das mulheres na turma "B" foi justificada pelo fato destas exercerem a docência no GENSSC pela manhã, o que as impedia de frequentar as aulas no mesmo turno. Tratou-se de uma excepcionalidade respaldada na legislação vigente, que determinava:

> Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministradas em classes exclusivamente feminina. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação (BRASIL, Decreto-Lei 4.244/1942, Art. 25, § 2).

A legislação federal (Decreto-Lei 4.244/42) recomendava no art. 25 que o ensino secundário feminino deveria ser ministrado em estabelecimentos de exclusiva frequência feminina; caso fosse frequentado por homens e mulheres, a educação destas seria ministrada em classes exclusivamente femininas.

Segundo Almeida (2014), sugeria-se que o ensino de nível médio deveria haver separação dos sexos nas escolas e a educação das jovens se fizesse em estabelecimentos educativos exclusivamente de frequência feminina. Essa prática pautava-se em razões morais e intentava conservar as mulheres em seus espaços tradicionais: os rapazes continuavam a ser preparados para se integrar ao espaço público; enquanto as mulheres deveriam ser educadas para desempenhar papel materno ou de colaboradora do homem.

Contudo, a legislação facultava a coeducação somente em casos considerados relevantes e mediante autorização especial do Ministério da Educação (BRASIL, 1942). Sendo assim, o Estatuto do GP definiu em seu art. 3º que o fora criado "para atender ao sexo feminino em regime de externato, porém, estendeu-se matrícula aos rapazes pelo fato de ser o único estabelecimento de ensino secundário no Município" (UNGARELLI, Estatuto...,1953).

A prática da coeducação ocorreu no GP exclusivamente com a turma "B" nos anos de 1953 e 1954, conforme apresentado na imagem 16.

Imagem 16 – Sala de coeducação do GP, ano de 1953
Fonte: Arquivo do Colégio Pinheirense

As moças que faziam parte da turma "B" eram Aurelina Catarina Amorim, Maria de Lourdes Freitas, Maria Helena Peixoto Costa, Maria Regina Durans, Odalva Peixoto Costa, Raimunda Amorim. Ressalta-se que estas eram professoras na EPNSSC e foram beneficiadas com bolsa de estudo integral, porém, o GP não foi criado para oferecer curso normal a elas. Segundo Costa (2012), a oportunidade concedida às alunas citadas de estudarem no contraturno não somente as beneficiou individualmente, mas conferiu significativo valor social à instituição de ensino na qual lecionavam.

Em relação as turmas iniciais, no final de 1953 ficaram reprovadas 5 alunas e 5 pendentes de exame de segunda época da turma "A". Na turma "B" ficaram reprovados 3 e pendentes de exame de 2ª época, 2 (todos do sexo masculino). No ano de 1955, reduziu a 12 alunas na turma "A" e 18 alunos na turma "B". Talvez estes quantitativos sobre as duas primeiras turmas sejam importantes, pois dos 54 alunos que ingressaram apenas 17 alunas concluíram o curso, indicando problemas no estabelecimento de ensino católico, tais como: o sistema avaliativo excludente, abandono e expulsão escolar.

Retomando o assunto da emissão sumária das transferências dos alunos da primeira turma do GP. Em 1955, a expulsão somente dos rapazes da turma "B" quando estavam no 3º ano do curso ginasial e consequente extinção da turma mista repercutiu em toda a sociedade

pinheirense, inclusive com manchete no jornal *CP*. As moças da referida turma continuaram o curso na turma "A" no ano seguinte.

Segundo Costa (2012), o fato que desencadeou a expulsão dos alunos ocorreu com a professora Terezinha da Costa Leite Guterres, que se desentendeu com o aluno Inácio Sá, conforme relato registrado pela autora:

> No Ginásio Pinheirense eu era professora tanto no turno matutino quanto no vespertino. Na turma dos meninos aconteceram dois casos comigo e um deles se relacionou ao aluno na época da 3ª série, Inácio Sá. Ele alegou ter sido humilhado na aula de redação, o que não aconteceu, pois eu apenas corrigi sua tarefa apontando seus erros, pedindo a ele que os repassasse para um caderno dicionário, de posse individual de cada estudante, então só ele sabia, porque as atividades eram entregues em mãos, e por isso contestei suas acusações. No calor desse acontecimento Cici [Aurelina Catarina Amorim], aluna da turma, me fez um bilhetinho dizendo: Terezinha não fala nada, Inácio está com um revolver. De posse dessa informação o chamei e disse: você vem para escola bêbado? Aí saí da sala e me dirigi até Frei José [Preziosa], responsável à tarde pela direção da escola, e lhe comuniquei o ocorrido e declarei: ou Ele ou Eu. Então a direção o expulsou, mas hoje eu me arrependo, talvez eu devesse ser menos impulsiva e agido de maneira mais ponderada (COSTA, 2012, p. 117, *grifos e acréscimos nossos*).

Entretanto, nesse relato há duas informações desencontradas em relação às fontes desta pesquisa: primeiro, o aluno mencionado (Inácio Sá) não consta na lista nominal de matriculados no curso ginasial nos anos de 1953/1954, inclusive 1955. Segundo quadro elaborado pela autora, com base em ata de matrícula do Ginásio Pinheirense do ano letivo de 1955.

TURMA B – VESPERTINO - GP			
1	Ademar Costa Abreu	10	José Carlos Rodrigues
2	Adonias Ewerton Dias	11	João José Nogueira
3	Antônio Raimundo Franco Sá	12	José Soeiro
4	Aurelina Catarina Amorim	13	Maria de Lourdes Freitas
5	Benedito Soares	14	Maria Regina Durans
6	Danilo Dário Durans	15	Odalva Costa Peixoto
7	Francisco da Costa Leite Filho	16	Raimunda Amorim
8	Francisco Reis Castro	17	Roberval Mendonça Ferreira
9	Heraldo Castro Pimenta	18	Wiliam Wilson Morais Pinheiro

Quadro 5 – Turma extinta do Ginásio Pinheirense, 1955. Fonte: Costa (2012, p. 116).

Segundo, de acordo com o quadro de diretores do GP (página 103 deste trabalho), o padre José Ialea foi o responsável pelo turno vespertino no período de 1953 a 1958 e foi ele

quem presidiu o inquérito e processo disciplinar que resultou na expulsão somente dos rapazes da turma "B".

Além disso, se o desentendimento ocorreu com um aluno apenas (Inácio Sá), somente este deveria ser punido e não a turma toda, a não ser que todos rapazes tenham se envolvido no episódio e tenham defendido o colega, contra a professora Terezinha da Costa L. Guterres, mas isto não ocorreu, de acordo com o relato da referida professora. Segundo Regina Mendes (2015), o estopim da expulsão ocorreu

> [...] no terceiro ano de funcionamento do ginásio. Terezinha de Jesus Bitencourt [Ramalho] era professora de Geografia [...]. Terminou o recreio e a gente foi entrando na sala de aula, e ela ficou na porta da sala esperando os alunos terminarem de entrar, para ela entrar. Quando ela foi entrando na sala, surgiu um assobio dentro da sala de aula. Este assobio (fez o som do assobio: fiu fiu)... ninguém sabe quem assobiou. Quem assobiou? Não sabe.... Digam: quem assobiou? – Perguntou a professora. Ninguém se acusou. [A professora] interrogou um por um. Ninguém foi. Chamou o diretor. Esse tempo era padre José Ialea que ficava à tarde. Aí, padre José chegou: olá rapazes! Vamos ver: quem assobiou? Falem... ninguém falou nada. Se não disserem, vamos suspender a turma toda [falou o diretor]. Ninguém se acusou. Então, suspendeu a turma por três dias, a turma toda! Todos os rapazes foram suspensos. No final do terceiro dia, voltaram.... Quem assobiou? [perguntou novamente o diretor]. Ninguém se acusou! Ninguém disse! Mais três dias de suspensão [somente os rapazes]. No final desses três dias, voltaram. [houve novo inquérito]. Quem assobiou? Ninguém se manifestou...[Pe. José Ialea falou], então, nós vamos dar a transferência para toda a turma, e deram as transferências escolares para todos os rapazes. Todos! (REGINA MENDES. Entrevista, 2015).

No relato da ex-aluna integrante da turma Regina Mendes, observa-se que não ocorreu a identificação do aluno (a) que assobiou. Nesta situação houve um pacto de silêncio, acordo velado entre alunos (as), uma tática a fim de "salvar" da punição o autor (ou autora) da indisciplina. A tática do silêncio fomentou o uso do poder da direção do ginásio. Resultou que todos os rapazes foram penalizados, pois a diretoria supôs que somente os rapazes seriam capazes de assobiar em plena sala de aula e na presença da professora. Note-se que diante da penalidade mais severa, prevista no Art. 23 do Estatuto interno do GP, o autor da suposta indisciplina (assobio) não se manifestou, causando prejuízo à vida escolar dos demais colegas.

Na versão da ex-aluna Moema Alvim, que ingressou no curso ginasial do GP, em 1955, a dispensa da turma de rapazes ocorreu devido a

> [...] uma troca de palavras desrespeitosas da parte de alguns alunos, e o destempero por parte de uma professora que deu o ultimato "ou eu ou eles" e da arbitrariedade do Diretor, resultaram num processo desnecessário e intempestivo, suspendendo toda a turma vespertina, exceto as moças que faziam parte dela, com comissão investigatória, depoimentos secretos, após o que foi instaurado um inquérito, cujo desfecho foi a suspensão dos alunos (ALVIM. A turma de 1955..., 2013).

O jornal *O Estudante,* produzido pelos alunos do GP e publicado como encarte do jornal *CP*, divulgou no dia 20 de maio de 1955 a matéria intitulada "Recebemos uma condenação injusta unicamente por paixões de muitos...". Nela, Francisco Reis Castro, ex-aluno da turma extinta, sugeriu as possíveis atitudes dos alunos que resultaram na expulsão dos mesmos e consequentemente, a extinção da turma "B". De acordo com a matéria, as atitudes que geraram a punição foram as seguintes:

1) no ano letivo de 1954, os alunos solicitaram à diretoria do ginásio, de maneira "cordial e respeitosa", a substituição de dois professores: frei José Preziosa e Mariana Abreu, de Matemática e Português, respectivamente. Segundo os alunos, os professores designados não tinham a "prática necessária" no ensino das referidas disciplinas e, portanto, queriam como professora das disciplinas citadas a irmã Rute, que viera substituir Vera Maria.

2) no ano letivo de 1955, os alunos da referida turma fizeram um abaixo-assinado pedindo o retorno dos professores Antônio P. Guerreiro e Célia A. Guerreiro que haviam sido demitidos pela diretoria. Eles não concordaram com a demissão desses professores, pois teria sido ocasionada por reclamação das colegas, que eram professoras na EPNSSC. Segundo eles, a diretoria do GP preteriu aos docentes em favor das alunas-professoras. Além disso, os alunos criticaram a professora, que substituiu os demitidos, alegando que "a professora não mostrou a sua autoridade de professora e deu acesso a alguns alunos assistirem suas aulas bem diferentes dos demais mestres [...]".

3) nesse mesmo ano, algum aluno teria escrito "uma imoralidade", ou seja, palavra de baixo calão em uma das paredes da sala de aula da turma "B", cujo autor não foi identificado. Assim sendo, a turma "B" "afugentava a todos como demônio pervertedor da juventude" (CASTRO, Francisco, 1955, p. 3 e 8).

Além dessas atitudes, Castro (1955) insinua que não havia relacionamento amistoso entre as moças e os rapazes da mesma turma e que as moças os denunciavam à diretoria do ginásio. Neste sentido, escreveu: "as moças nossas colegas da 3ª série, aquelas que nos odeiam e nos reduzem a expressões mais baixas unicamente para adquirirem cartazes e levar a vida fácil com a desculpa de não terem tempo para estudar [...]". (CASTRO, Francisco,1955, p. 3).

As atitudes descritas por Castro (1955) que resultaram na expulsão dos alunos da turma "B", tais como: solicitação de substituição de professores, abaixo-assinado para retorno de docentes demitidos e inscrever palavras de baixo calão na parede interna do estabelecimento de ensino ressoaram como atitudes de desobediência à ordem e à hierarquia estabelecida, assim como atitudes contrárias aos padrões de moralidade estabelecidos pela instituição católica.

Pode-se pensar em práticas de resistência dos alunos da turma "B" que foram se acumulando durante os dois primeiros anos de funcionamento do curso ginasial e que podem ter sido interpretadas como afronta às decisões administrativo-pedagógicas da diretoria do GP.

Segundo Alvim (2013), apesar dos apelos dos pais e tentativas de intervenção das autoridades junto à diretoria do ginásio no sentido de reverter a expulsão em punição mais branda aos alunos da turma "B", a decisão dos padres em expulsá-los foi inapelável. Os professores que lecionavam na referida turma foram afastados; alguns alunos tiveram que se deslocar para a capital em busca de concluir o ensino ginasial. As alunas foram transferidas para o turno matutino e continuaram suas atividades docentes nas turmas do ensino primário. Isso foi possível porque alguns alunos foram transferidos mediante autorização dos pais ou responsáveis para o turno da tarde. Formaram-se novas turmas e as alunas-professoras continuaram estudando pela manhã e trabalhando à tarde.

Ressalta-se que nesta pesquisa não foram encontradas respostas, por escrito, das alunas-professoras à matéria veiculada no jornal *O Estudante,* nem sobre a expulsão dos colegas e consequente extinção da primeira turma masculina do GP. Do mesmo modo, a irmã Maria Rute, que era a diretora oficial do estabelecimento, não se manifestou sobre o episódio. Talvez o silenciamento da diretora se deveu ao fato da expulsão ter tomado a dimensão pública. Ou as decisões administrativas e pedagógicas do GP eram, de fato, da responsabilidade dos MSC. Talvez, as FNSSC não se envolveram na decisão que expulsou 13 rapazes da primeira turma masculina e que marcou o início da história do ginásio dos MSC de Pinheiro. Os pais desses alunos os enviaram para a capital do Estado ou outras cidades, onde deram continuidade ao curso ginasial e ingressaram em cursos superiores, com exceção de José Soeiro, que permaneceu em Pinheiro (ALVIM, 2013).

Ressalta-se ainda que a finalidade do ginásio, segundo o discurso de inauguração atribuído a Dom Afonso Ungarelli, era dar formação moral à juventude pinheirense, formação esta que "inexistia nos lares domésticos". Entretanto, diante do episódio da expulsão dos alunos da primeira turma do GP, pode-se pensar que foi frustrada ao menos a primeira tentativa dos MSC na missão de educar moralmente parte da juventude pinheirense.

No recorte cronológico desta pesquisa, segundo informações de ex-alunos, a diretoria do GP continuou com a prática de expulsar alunos considerados indisciplinados. Costumava enviar a transferência desses alunos aos pais, por meio dos Correios.

3.3 Programa e abordagem do processo de ensino-aprendizagem do curso ginasial do GP

Segundo a justificativa ao DL 4.244/1942 apresentada por Capanema, a finalidade única do ensino primário, que "se constituía a finalidade de toda a educação", seria socializar e adaptar o ser humano às exigências da sociedade; enquanto o nível secundário teria a função de "formar nos adolescentes uma cultura geral sólida, marcada pelo cultivo das humanidades antigas e modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística" (BRASIL, 1942).

A diretoria do GP divulgou aos interessados o período de inscrição no exame de admissão ao curso ginasial, com o compromisso de ministrar educação cristã católica e instrução literária. O anúncio evidencia uma disputa entre a Igreja e o Estado, ao diferenciar educação e instrução. Esta seria ministrada nas escolas públicas; aquela seria ministrada nas escolas confessionais, porém, o GP se propunha a educar tanto quanto instruir. Eis parte do anúncio publicado no jornal *Cidade de Pinheiro* (ano XXXII, nº 1.544 de 1/02/1953):

> A Diretoria do Ginásio Pinheirense tem o prazer de anunciar, que, no dia 2 de fevereiro, começará a inscrição no Exame de admissão a realizar-se na segunda quinzena do mesmo mês. Recebem-se as inscrições na residência das Revmas. Irmãs [...]. Este estabelecimento tem por fim ministrar as meninas uma sólida educação cristã e proporcionar-lhes instrução literária por meio de métodos pedagógicos modernos (grifos meus) [...]. (GINASIO, 1953, p. 3).

Em 1951 o Ministério da Educação e Saúde revisou os programas curriculares do ensino secundário, estabelecendo um programa mínimo, padronizado nacionalmente, a ser aplicado em todas as escolas do país, porém, continuou propedêutico, acadêmico e aristocrático (ROMANELLI, 2013).

A reorganização curricular elaborada em 1951 por uma congregação de professores do Colégio Pedro II, considerado modelo de estabelecimento de ensino secundário oficial, objetivava incluir aspectos ou saberes regionais no rol de conteúdos de aprendizagem do público atendido. O conteúdo das disciplinas foi distribuído de acordo com a Reforma

Capanema, dividido em três áreas: Línguas (Português, Latim. Francês e Inglês), Ciências (Matemática, Ciências, História, Geografia Geral e do Brasil), Artes (Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico).

Em relação às disciplinas e aos tempos dos trabalhos escolares do curso ginasial do GP estavam de acordo com o Art. 11 do DL 4.244/1942, conforme a seriação do quadro a seguir:

Disciplinas	Séries e Número de aulas			
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
I – Línguas				
Português	4	3	3	3
Latim	2	2	2	2
Francês	3	2	2	2
Inglês	-	3	3	3
II – Ciências				
Matemática	3	3	3	3
Ciências Naturais	-	-	3	3
História Geral	2	2	-	-
História do Brasil	-	-	2	2
Geografia Geral	2	2	-	-
Geografia do Brasil	-	-	2	2
III - Artes				
Trabalhos Manuais	2	2	-	-
Desenho	2	2	1	1
Canto Orfeônico	1	1	1	1
IV – Educação Física	2	2	2	2

Quadro 6 – Distribuição do tempo dos trabalhos escolares no ensino secundário – Curso Ginasial, Reforma de 1942. Fonte: Brasil (1952, p 507).

A distribuição de disciplinas e tempos reservados a cada uma delas foram apresentados por Francisco José de Castro Gomes por meio de Relatório do GP à Inspetoria Regional do Ensino Secundário, em 1958 (COSTA, 2012). O programa curricular do curso ginasial do GP era de acordo com a legislação, composto de 15 disciplinas, incluindo ensino religioso, que se constituía parte integrante da educação da adolescência, sendo lícito incluí-lo nos estudos de primeiro e segundo ciclo, cujo programa e didática seriam fixadas pela autoridade eclesiástica (BRASIL, DL 4.244/1942, art. 21, § único).

Dentre as dependências, havia capela, presença de imagens de Nossa Senhora no pátio da escola, quadros do fundador, padres e professores que fizeram parte da história do estabelecimento. Ressalte-se, ainda, que todos os professores eram das congregações MSC/FNSSC ou leigos católicos.

O ensino religioso católico fazia-se de forma interdisciplinar no curso ginasial do GP, perpassando o tempo e o espaço escolar: no início das aulas os alunos formavam, cantavam e rezavam todos os dias, comemorava-se o mês mariano, as festas de santos, principalmente São José, o patrono do colégio, missas de ação de graças (imagem 17) e outros eventos católicos.

Imagem 17 – Missa de Ação de Graças, celebrada por dom Afonso Maria Ungarelli, [196-] Pátio interno do GP. Fonte: Arquivo do Colégio Pinheirense.

Paralelas às práticas religiosas também ocorriam as práticas de formação moral e cívica, pois durante a formatura diária, antes das aulas, cantava-se um dos hinos: Nacional, Bandeira, Colegial, Maranhão, Municipal ou do Vaticano, a fim de desenvolver o espírito patriótico e católico, conforme exposto anteriormente.

De acordo com a legislação vigente, os estabelecimentos de ensino deveriam ter cuidado especial com a educação moral e cívica dos alunos, visando formar o caráter, valorizar o ser humano, tendo por base o patriotismo; desenvolver os elementos essenciais da moralidade, disciplina e responsabilidade; formar as individualidades capazes de iniciativa, decisão e demais atributos da vontade. A educação moral e cívica estaria presente no processo da vida escolar, em todas as atividades, de forma interdisciplinar no currículo (BRASIL, 1942).

Outro aspecto importante em relação à formação moral e cívica no GP relaciona-se às festas cívicas, com especial atenção para a semana da pátria, que culminava com grande desfile pelas principais ruas da cidade, após exaustivos ensaios da banda, pelotões e coreografias.

Os desfiles nas datas cívicas faziam parte da vida do GP perante a comunidade. Ruas e praças da cidade de Pinheiro eram o espaço cênico onde alunos, professores e familiares se juntavam para celebrar os valores pátrios. Nesses desfiles ficavam explícitos também as hierarquias, valores estéticos e a distinção social inculcadas por meio da cultura escolar (JULIA, 2001).

Imagem 18 – Ensaio de desfile do dia 7 de setembro, Praça Pe. Newton Pereira, bairro da Matriz, [195-]. Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Mendes.

Segundo Aderaldo dos Santos Alves (2015) ex-aluno do Ginásio Pinheirense, era emocionante ensaiar e desfilar no dia 7 de setembro. Era um momento de flerte também. As semanas de preparativos eram ministradas 50% de aulas. As primeiras posições das filas sempre eram ocupadas por alunos mais altos. Depois vinha em escala descendente até os menores, estes sempre recebidos com vaias pela plateia que ia à praça assistir ao desfile. Representar o Ginásio Pinheirense no desfile de 7 de setembro era motivo de orgulho para seus alunos e merecimento do mesmo para a família (informação verbal)[43]. A imagem 18 retrata um momento de ensaio na praça do bairro da Matriz[44]

Segundo Castro e Castellanos (2013) os desfiles de 7 de setembro do GP se constituíam um momento ímpar para os alunos exibirem os exercícios de ginástica que tinham aprendido nas aulas da disciplina Educação Física. Esta disciplina era apresentada como prática essencial,

[43] Informação fornecida por Aderaldo dos Santos Alves em São Luís, em 2016.
[44] A falta de nitidez da imagem 18 deve-se ao mau uso e às péssimas condições de conservação do original.

que contribuía para o fortalecimento do corpo, disciplina e desenvolvimento do intelecto. No dia do desfile em homenagem a independência do Brasil, a exibição dos exercícios físicos "era uma maneira de mostrar para a sociedade que a educação oferecida pela instituição era integral (CASTRO e CASTELLANOS, 2013, p. 167).

Além dessas práticas, diretores e professores associavam a formação moral e cívica ao controle dos horários de entrada e saída do estabelecimento, ao cumprimento do tempo reservado à aula, à postura correta de sentar-se e prestar atenção às aulas, a exigência do silêncio nos corredores internos do prédio, ao modo correto de vestir o uniforme, dentre outras. Essas práticas objetivavam a formação do aluno nos aspectos da responsabilidade, cidadania e controle da vontade. Portanto, no GP, materialidade, arquitetura e práticas escolares estavam pautadas pela religião católica, moral e civismo.

Considerando que o GP seguia as diretrizes curriculares determinadas pela legislação vigente, talvez seja importante analisar a abordagem do processo de ensino das disciplinas do currículo adotado.

Segundo Souza (2008), a proposta dos programas das disciplinas expedidos entre 1942 e 1946 recomendavam orientações metodológicas de ensino harmônico com o pensamento pedagógico renovador, tais como: emprego de processos ativos, adoção de ensino por projetos, preferência à compreensão mais do que à memorização, utilização de técnicas de ensino variadas e interessantes, investimento em exercícios práticos, utilização de laboratórios e realização de experiências.

Alvim (2013) descreve os métodos e recursos didáticos utilizados por alguns professores do turno matutino, que permitem fazer algumas inferências acerca da abordagem do processo de ensino no curso ginasial do GP e que sugerem também perceber incongruências às orientações metodológicas recomendadas pela legislação vigente do período. Segundo a autora:

> As aulas de História eram expositivas, apoiadas por textos atualizados como se fossem reportagens de época [...]. Nas aulas de Geografia, Irmã Ana Maria, trazia mapas, globo terrestre, figuras com os principais acidentes geográficos. [...]. As aulas de Ciências, a partir da terceira série com Irmã Paula, eram auxiliadas por *posters* dos vários grupos de animais vertebrados e invertebrados. [...]. Fazíamos, também, alguns experimentos como acompanhar a germinação de um grão de feijão, enxertia e outros tipos de reprodução e cultivo. [...]. As aulas de Religião eram dadas por Irmã Suzana que lia as parábolas do Novo Testamento e pedia-nos para interpretá-las. [...]. A lousa era fundamental para melhor esclarecimento das aulas de Matemática. Essas aulas eram complementadas por problemas, geralmente levados para casa, para resolvermos, alguns de difícil solução (ALVIM. A turma de 1955..., 2013).

Segundo Regina Mendes (2015), outros procedimentos e recursos didáticos eram utilizados por professores do turno vespertino, que evidenciam o esforço dos padres e freiras para conseguir materiais, principalmente, livros de apoio ao trabalho dos professores e fontes de pesquisa para os alunos. Assim, descreve:

> Alguns professores usavam livros. Os livros vinham para as freiras [do estado] de São Paulo. [...] chegavam para elas[...] caixas de livros...vinham livros demais. Então, eles [os padres e freiras] selecionavam os livros [a serem emprestados] para os professores trabalhar, preparar suas aulas. Além desses recursos, os professores usavam: quadro negro, giz, apagador. Não tinha quadro bonitinho, pincel atômico como hoje em dia. Nada disso! Era quadro negro, com giz e apagador. Quando o professor terminava de apagar o quadro ficava com a roupa cheia de pó de giz. Quando o professor não escrevia no quadro, ditava apontamentos e a gente copiava. O professor achava que algum assunto era importante, ele ditava e a gente copiava. Ao escrever o apontamento no caderno, o aluno que deixasse de escrever alguma palavra ou frase, tentava retomar a escrita a partir dos colegas que não tinham se atrasado na escrita do apontamento, pois não se podia perder nenhuma vírgula. Não tinha outra fonte de pesquisa. Quando tinha algum conteúdo para pesquisar, os próprios professores forneciam os livros, que por sua vez, haviam sido emprestados aos professores pelas freiras, para a gente fazer a pesquisa. O aluno, ao terminar a pesquisa, deixava o livro na sala de aula (REGINA MENDES. Entrevista, 2015).

De acordo com metodologia adotada, os conteúdos selecionados de cada disciplina do programa eram desdobrados em conceitos, noções gerais e específicas, fatos, exemplificações etc., o que tornaram os programas disciplinares subdivididos e extensos, dificilmente praticáveis (SOUZA, 2008). Os conteúdos eram transmitidos por meio de exposição e demonstração do professor ao aluno. Sendo assim, os conteúdos selecionados e ensinados eram cobrados dos alunos por meio de avaliações orais e escritas, conforme relata a ex-aluna Alvim (2013):

> Nas disciplinas [Geografia, História e Ciências] as avaliações eram baseadas em notas de arguição durante as aulas, na prova escrita com uma dissertação e mais dez questões, somadas à nota obtida na prova oral. O ponto era sorteado antes das provas e, claro, não eram permitidas colas nem cochichos.

Em relação aos métodos e técnicas de ensino, Abreu[45] (2005, p. 67) criticava a escola secundária, afirmando que as práticas de ensino mais comuns eram a "exposição" e "recitação" de conteúdos produzidos historicamente. Segundo o autor, "a escola, via de regra", não buscava

[45] Trabalho apresentado ao Seminário Interamericano de Educação Secundária, realizado em Santiago do Chile em janeiro de 1955. O temário foi organizado pela Divisão de Educação do Departamento de Assuntos Culturais da União Panamericana. Publicado originalmente na RBEP v. 23, n. 58, p. 26-104, abr./ jun. 1955.

"participação ativa do aluno", limitava-se "sistematicamente aos compêndios ou aos ditados de pontos", exigindo "exaustivo esforço memorizante", e impunha "disciplina autocraticamente, não leva em conta diferenças individuais" (ABREU, 2005, p. 67).

No relato de Regina Mendes (2015), aluna da primeira turma, que se formou em 1956, note-se a característica da avaliação "surpresa", isto é, a prova não era agendada previamente. Esse tipo de avaliação objetivava verificar o empenho, a constante revisão e atualização dos alunos em relação aos conhecimentos que foram transmitidos em sala de aula. Note-se também, a diversidade da avaliação, ou seja, o professor aplicava provas diferentes na mesma sala, com objetivo de evitar possíveis cópias de respostas às questões da prova entre os alunos (cola). Assim, explica a entrevistada:

> As avaliações eram provas tradicionais, antigas. Os professores, geralmente, avisavam, tal dia vamos fazer prova. Tinha professor que não dizia o dia, mas avisava: se preparem que semana que vem haverá prova. A gente já sabia, estudava, porque em qualquer horário da disciplina, o professor chegava com uma prova individual, escrita e diferente, ou seja, cada aluno respondia um tipo de prova. Os tipos de provas entregues aos quatro alunos que se sentavam próximos eram diferentes. (REGINA MENDES. Entrevista, 2015).

A ex-aluna Regina Mendes afirma que "não tinha outra fonte de pesquisa", além dos livros oferecidos no GP. Talvez, a referida aluna usasse somente aqueles livros que eram disponibilizados em sala de aula, porém, havia a biblioteca do convento Santa Marta, que era acessível às alunas, conforme mencionado anteriormente.

Dentre as disciplinas do programa, o ensino do Latim, segundo Sousa (2008, p.156) tinha objetivo filológico, ou seja, "o conhecimento, pelas manifestações literárias, da civilização romana [...] caberia ao professor mostrar aos alunos a difusão do latim pela Itália e pelo mundo influenciando outras línguas".

No ano letivo de 1955, a disciplina Latim era ministrada por padre José Ialea (MSC italiano). Este tentou aprofundar os estudos gramaticais e literários da Língua latina. Os alunos tiveram dificuldades em acompanhar o ritmo dos estudos, os procedimentos de ensino e formas de avaliação adotadas, causando conflito entre o referido professor e as alunas do turno matutino. Dificuldade de comunicação entre professor e alunas, rigor metodológico do ensino e rigidez do processo avaliativo impuseram reprovação a várias alunas das três séries do período matutino, o abandono dos estudos, repetência e solicitação de transferências de algumas alunas. Sobre a dificuldade de relacionamento entre alunas e o referido professor Alvim (2013) relatou:

> Na primeira série o Latim foi ministrado pelo Pe. José. Vivíamos apavorados, com receio de cometer o menor deslize que fosse interpretado como indisciplina, pois sabíamos da sua intolerância já manifestada com a turma masculina da terceira série. Já difícil, com a falta de empatia com o professor, o Latim constituía um verdadeiro terror para os alunos. Nesse ano não foi diferente. Para deixar patente a sua implacabilidade, o número de reprovações bateu recorde. Foi a lembrança deixada pelo professor [...] (ALVIM. A turma de 1955..., 2013).

Para acalmar os ânimos e dar uma satisfação aos pais das alunas reprovadas, Dom Afonso transferiu o Pe. José para Fortaleza - CE, substituindo-o em suas funções de diretor do turno vespertino e professor de Latim, por Pe. Alessandro Fedele.

Talvez o rigor do padre José Ialeia no ensino de Latim se relacione às disputas entre defensores do currículo do ensino secundário alicerçado nas humanidades *versus* os defensores do currículo centrado nas ciências. A iminência de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos anos 1950 acirrou a concorrência entre as disciplinas e evidenciou o perigo de algumas delas serem eliminadas do currículo, com implicações na profissionalização do magistério da educação secundária. Dentre as disciplinas ameaçadas, o Grego, Latim, Filosofia, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais foram contestadas perante a mudança para um currículo mais focado nas ciências, voltado para a formação profissional e técnica. Entre os defensores do currículo centrado nas ciências humanas, estavam os religiosos que defenderam o Latim e o Grego como línguas tradicionais. Esta disputa se referia às mudanças no currículo do curso clássico. Os defensores da permanência do Latim no currículo argumentavam que muitas vernáculos se derivaram desse idioma, portanto, o estudo dele seria importante, inclusive, para melhor compreensão da gramática da Língua portuguesa e por ser prestigiada no meio científico. Talvez, por ser a língua oficial da Igreja, o Latim era ensinado com rigor, exigindo-se dos alunos a prática das declinações latinas, da leitura e tradução. Tal rigor causava pavor aos alunos e alunas do GP. A defesa do currículo baseado nas humanidades relacionava-se à questão da finalidade do curso secundário, que para os católicos teria o objetivo de fornecer aos jovens cultura universal, beletrista, opondo-se à formação profissional (FREITAS, 1959; PICANÇO, 2003; SOUZA, 2008).

Retomando o relato da ginasiana Moema Alvim, que se formou em 1958, sobre os processos de ensino e recursos didáticos dos professores do GP, pode-se inferir que os procedimentos didáticos dos professores consistiam em ministrar aulas expositivas explicativas e demonstrativas dos conhecimentos produzidos, historicamente, pela humanidade, isto é, saberes científicos e tecnológicos atingidos por métodos seguros, teorias científicas e raciocínios matemáticos com ênfase nos modelos e fórmulas. Esses saberes transformados em

apontamentos ou reproduzidos em longos questionários deveriam ser memorizados e repetidos pelos alunos *ipsis litteris* nos exames. Esses procedimentos indicam que o professor é ator imprescindível no processo de ensino-aprendizagem. Sugere que subjaz ao processo de ensino a concepção pedagógica tradicional (MIZUKAMI, 1986).

Na abordagem do processo de ensino tradicional, o papel da escola consiste em preparar o intelecto dos alunos, que são considerados receptores, passivos e inseridos no mundo que irão conhecer pelo repasse de informações. O aluno é um "adulto em miniatura", que precisa ser atualizado. Inserido no mundo, o aluno ira conhecê-lo por meio de informações, que são consideradas importantes e úteis para ele. Neste sentido, no início da vida, o sujeito seria como um papel em branco ou tábula rasa, na qual, progressivamente, os saberes seriam impressos pelo ambiente (MIZUKAMI, 1986; SAVIANI, 2008).

Na abordagem tradicional, os conteúdos selecionados são ensinados como verdades prontas, separadas da experiência e, por isso, o conhecimento é concebido como resultado do processo de ensino-aprendizagem, o qual é apresentado por meio de raciocínios dedutivos, para que seja memorizado. A partir da aquisição de um cabedal de conhecimentos, o sujeito estaria apto a se inserir no mundo e contribuir socialmente, desempenhando papéis sociais.

A metodologia tradicional de ensino consiste em aulas expositivas, nas quais o professor efetua comparações, demonstrações, aplicando deveres para casa, e as avaliações são centradas no produto das atividades de ensino.

Quanto ao ensino, a concepção tradicional se volta para o que é externo ao aluno: o programa, as disciplinas, o professor. O aluno apenas executa as prescrições que lhe são fixadas pelos professores. O papel do professor garante a aprendizagem, ou seja, a aquisição do conhecimento pelo aluno (SAVIANI, 2008). Relação professor-aluno se caracteriza pela autoridade e disciplina.

Talvez, os conflitos ocorridos nos primeiros anos de funcionamento do GP, dentre eles, o que resultou na expulsão dos alunos da primeira turma masculina e o ocorrido entre o professor de Latim, no ano de 1955, resultando em reprovações, abandonos e pedidos de transferência, e consequente substituição do referido professor, não tenham causado grande impacto na procura por vagas no estabelecimento de ensino católico mencionado, conforme tabela do subtítulo seguinte.

3.4 Demanda de matrículas do Ginásio Pinheirense

Atenta a essa demanda e à falta de recursos do Estado para atender a população em um sistema educacional público, os MSC aproveitaram as brechas legais na oferta escolar. A partir de 1953 o GP ofertou inicialmente em nível médio, o curso ginasial de quatro anos, que correspondia ao primeiro ciclo do curso secundário. Em 1963, sob a nova LDBEN 4.024/61 passou a ofertar apenas o ramo científico do curso colegial (segundo ciclo), que na época era o ramo mais procurado.

Em relação às matrículas, em 10 anos de funcionamento o GP apresentou modesta ampliação do número de vagas, conforme a tabela 2. Começou em 1953 com 54 alunos (1 turma feminina e 1 mista). Em 1963 foram 189 alunos matriculados nas quatro séries do curso ginasial.

Somente nas turmas que concluíram em 1959 e 1963, havia matriculado, inicialmente, na 4ª série 13 e 30 alunos, porém foram aprovados 12 e 28 respectivamente, diferenciando-se das demais turmas em que o quantitativo de alunos ingressantes na 4ª série ginasial foi o mesmo de concludentes, estando aptos a cursar o segundo ciclo do secundário.

Tabela 2 – Matrículas e concludentes do curso ginasial do GP entre os anos 1953-1963

Ano letivo	Ginasial/Séries				Colegial/Séries			Total de matriculados por ano	Concludentes
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª		
1953	54							54	-
1954	36	47						83	-
1955	35	22	33					90	-
1956	26	23	21	17				87	17
1957	34	23	23	17				97	17
1958	32	31	15	21				99	21
1959	45	27	17	13				102	12
1960	47	32	24	13				116	13
1961	62	39	29	23				153	23
1962	72	43	35	25				175	23
1963	60	47	32	30	20			189	28
Total de alunos concludentes entre 1956 a 1963									154

Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios de matrícula do Colégio Pinheirense (1953 – 1963)

O número de matriculados na primeira série ginasial no período de 1953 a 1960, totalizaram-se 309 alunos distribuídos em 8 (oito) turmas que concluíram o curso ginasial até

1963. Note-se o afunilamento – à medida que ocorreu a passagem de uma série para a seguinte o número de matrículas diminuiu. De 309 alunos matriculados na primeira série, apenas 154 alunos concluíram com aprovação a 4ª série do curso ginasial no período de 1956 a 1963. Em percentuais, o quantitativo de alunos que concluiu com aprovação o curso ginasial nesse período foi de 49,84%. O percentual incluindo abandono, transferência e reprovação foi de 50,16%.

Em pesquisa sobre a educação secundária brasileira publicada primeiramente em 1955, Jayme Abreu identificou o declínio de matrículas por série no ensino secundário. Segundo o autor: "Há uma gradual queda de matrícula, série a série, especialmente acentuada da quarta série ginasial (1° ciclo) para a primeira série colegial (2° ciclo), onde essa queda atinge a 50%, aproximadamente" (ABREU, 2005, p. 51).

Neste sentido, Romanelli (2013, p. 91) analisou a seletividade na educação secundária pública no período de 1942 a 1971 por meio de dados estimativos. Por meio do quadro 5, note-se o processo de seletividade que a autora denominou de "marginalização por meio do rendimento interno do sistema escolar". No período de 1950/1961 por cada 1.000 alunos que ingressavam na 1ª série do ensino primário apenas 160 chegavam à 4ª série. Destes, 87 ingressavam na 1ª série do curso ginasial e apenas 44 se matriculavam na 1ª série do colegial. A autora identificou os pontos de estrangulamentos: a passagem da 1ª série para a 2ª série primária, e a passagem do primário para o ginásio que marginaliza 73 alunos, ou seja, 45,63% dos concludentes da 4ª série primária.

Período escolar	**Ensino primário**				**Ensino médio**							**Ingresso no ensino superior**
					Ginasial				**Colegial**			
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	
1942/1953	1.000	404	274	155	71	54	44	35	34	27	20	10
1950/1961	1.000	385	267	160	87	70	55	45	44	32	26	10

Quadro 7 – Matrícula no sistema escolar, em números relativos, nos períodos de 1942/1953, 1950/1961. Fonte: Estatísticas da Educação Nacional, 1960/1971. MEC. Apud Romanelli, 2013, p. 94.

Na análise das matrículas por ano do curso ginasial do GP, identificou-se o declínio conforme a seriação igualmente à rede pública de ensino. A tabela 2 mostra quantidades de turmas, o número de matrículas por ano em cada série e os concludentes de 1956 a 1963.

O sistema avaliativo visava à promoção do aluno e era composto das seguintes atividades escolares: lições, exercícios e exames. Os exames de suficiência tinham a finalidade de promoção à série imediata e habilitar o aluno da última série à prestação de exames de

licença. Esses exames constavam de duas provas parciais e uma prova final, e no caso de prestação dos exames de licença somente duas provas parciais (Art. 48 do DL 4.244 de 09/04/1942). As provas parciais versavam sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada prova, e a prova final seria toda a matéria ensinada na série da respectiva disciplina. Para que o aluno fosse promovido de uma série para a seguinte, deveria obter no conjunto das disciplinas, a nota 5 pelo menos; ou em cada disciplina, a nota final 4 pelo menos.

Talvez, a queda gradual por série identificada no curso secundário esteja relacionada a um conjunto que se caracterizou por altos índices de abandono, seletividade do ensino, quantidade de disciplinas (15 ao todo) e, consequentemente, ao acúmulo de conteúdos, repletos de conceitos, classificações etc., além de sistema disciplinar rígido e rigoroso sistema avaliativo.

O colegial, segundo ciclo do curso secundário, possuía três anos e foi subdividido em dois ramos: científico e clássico. No que se referia aos conteúdos, clássico e científico eram bastante parecidos. Havia diferença de ênfase apenas. No científico dava-se mais atenção aos assuntos das Ciências Naturais; enquanto no clássico, a ênfase seria nas chamadas Ciências Humanas. Na prática, o objetivo não mudou, ou seja, quem se matriculava no curso colegial, queria mesmo ter êxito nos vestibulares. Se o aluno cursava o clássico almejava o curso de Direito ou os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; se cursava o científico, a intenção era o vestibular pleiteando vaga na faculdade de Medicina, Odontologia, Farmácia ou Engenharia. Muitos preferiam o curso científico, por este ter um currículo mais adequado a quem se preparava para qualquer tipo de vestibular (CHAGAS, 1978).

Jayme Abreu (2005) justificou a preferência das famílias e alunos, e consequente aumento da demanda, pelo curso ginasial secundário pelos seguintes motivos: a) curso mais prestigiado porque vislumbrava ascensão econômica e social aos concludentes, pois segundo a justificativa de Capanema, destinava-se à formação dos dirigentes sociais, enquanto os demais cursos destinavam-se àqueles que precisavam ingressar mais rápido no mercado de trabalho; b) curso mais acreditado no preparo para o exercício de atividades em empregos e serviços semiqualificados; c) constituía-se o curso que melhor preparava para os exames de seleção aos cursos superiores tanto das Humanidades quanto das Ciências Exatas e Médicas; d) considerado um curso mais econômico.

Apesar de número modesto de alunos (as) egressos(as) do GP tenha concluído o ensino superior no recorte cronológico evidenciado neste trabalho, uma análise em relação às faculdades escolhidas por esses alunos(as), talvez se faça pertinente. Note-se o público feminino predominante no GP, favorecendo que quantitativo maior de mulheres tenha concluído cursos

de nível superior. Os cursos mais procurados pelas mulheres foram os da área de saúde (Enfermagem, Farmácia e Medicina) e cursos de licenciatura mais procurados foram Pedagogia, Letras, e, principalmente, Filosofia (oito alunas e apenas um aluno egressas(os) do GP), os quais possuem forte viés feminino até hoje. Todavia, a faculdade de Filosofia estava em evidência, pois em 1958 foi fundada a Universidade do Maranhão, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, a Escola de Serviço Social e a Faculdades de Ciências Médicas, ligadas à Igreja Católica do Maranhão. Em 1966 esta Universidade passou a ser mantida pelo Governo Federal, congregando as Faculdades de Direito, Escola de Farmácia e Odontologia e Faculdade de Ciências Econômicas, que na época, era particular.

Dos concludentes do curso ginasial, 31 homens e 41 mulheres ingressaram nos cursos superiores (quadro 8), o que representou percentual de 46,75% do total dos egressos do GP.

Cursos	**Número de Egressos**	**Número de Egressas**	**Cursos**	**Número de Egressos**	**Número de Egressas**
Agronomia	8	-	Administração	2	2
Enfermagem	-	7	Direito	3	4
Farmácia	2	6	Engenharia Civil	2	-
Geologia	2	-	Filosofia	1	8
Medicina	6	4	História	-	1
Odontologia	4	2	Letras	1	3
Pedagogia	-	2	Química	-	1
Serviço Social	-	1			

Quadro 8– Cursos superior dos(das) egressos/as do Ginásio Pinheirense entre os anos de 1956 – 1963. Elaborado pelo autor, com base: Em busca do ideal. *Cidade de Pinheiro,* Ano LI, n. 2464, p. 4 – 5, 26 de ago. 1973.

Os cursos escolhidos pelos homens foram Odontologia, Medicina e principalmente Agronomia. "O curso de Odontologia não fazia parte do grupo das profissões bem conceituadas" (ibid., p. 81), contudo foi procurado por seis alunos (quatro homens e duas mulheres). Os cursos de Engenharia Civil, Medicina e Agronomia possuíam um viés masculino na época. Talvez, o curso de Agronomia tivesse sido procurado por oito egressos do GP por terem origem do meio agrário ou, talvez, por vislumbrarem oportunidades de trabalho e de investimentos que ocorriam nesse setor por meio de projetos federais para desenvolvimento econômico do Nordeste e Amazônia, iniciado nos anos 1960.

A faculdade de Direito foi escolhida por sete ex-alunos(as) (quatro mulheres e três homens). Esse curso "representava elevado prestígio social", e por isso, um dos mais disputados na época (DALLABRIDA, 2013, p. 81).

Os cursos de nível médio mais procurados foram o curso Normal pelas mulheres, e contabilidade por cinco homens. Somente duas mulheres fizeram este curso. Dos 154 concludentes do curso ginasial, 29 homens concluíram o ensino secundário e ingressaram no mercado de trabalho. Das mulheres, apenas cinco concluíram esse nível de ensino.

Segundo Sousa (2008), boa parte dos alunos concluíam apenas o ciclo ginasial, interrompendo os estudos e ingressando na vida prática ou buscando um segundo ciclo profissionalizante". Dos egressos do GP, alguns alunos concluíam o secundário e prestaram concurso público para instituições públicas, tais como bancos, previdência social. A disputa por cargos públicos estava associada ao prestígio social que estes imprimiam a seus ocupantes.

Das egressas, 40 alunas fizeram o curso de formação de professoras no próprio estabelecimento de ensino, a partir de 1963, quando foi implantado o curso colegial (Científico e Normal) e continuaram trabalhando nele e/ou na rede de ensino público municipal. Segundo Raimunda Amorim (*Cidade de Pinheiro*, ano LVI, n. 2654, 15/08/1978, p. 8):

> [...]. A primeira turma de concludentes foi entregue à sociedade Pinheirense em 1956, quando Pinheiro completava o seu primeiro centenário. Éramos 17. Aqueles que possuíam recursos financeiros rumaram para a capital do Estado ou continuaram seus estudos. Outros ficaram, mas não pararam: dedicaram-se ao comércio, à indústria, à pecuária e alguns foram aproveitados como professores no Município e na Escola paroquial mantida pela mesma diretoria do Ginásio. Cursos e mais cursos de aperfeiçoamento para professores foram realizados [...] (AMORIM, 1978, p. 8. Grifos nossos).

Os diferentes caminhos profissionais seguidos pelos egressos do GP inspiram pensar o conceito de apropriação na perspectiva de Certeau, no sentido de que os sujeitos, como consumidores de conhecimento das diferentes disciplinas escolares, se apropriam desses conhecimentos e projetam diferentes percursos profissionais, produzem múltiplas maneiras de fazer e de viver (CERTEAU, 2004).

No processo de reconstrução histórica de uma década de funcionamento do GP, cabe considerar o sentido atribuído ao papel social desempenhado por essa instituição escolar. Como os sujeitos que faziam parte da sociedade pinheirense ou membros da instituição de ensino católica concebiam o ensino ministrado, a disciplina, a arquitetura do edifício, valor das mensalidades, as matérias do currículo? Após 15 anos de funcionamento, como as pessoas da comunidade pinheirense viam as práticas educativas do GP? Na busca por respostas a estas

questões, encontrou-se matéria no jornal *Cidade de Pinheiro (*ano XLVII, n. 2.228, p. 7, 15 de ago. 1968) que pode dar pistas de como a sociedade pinheirense concebia o referido estabelecimento. A matéria publicada foi elaborada pelos próprios alunos. Trata-se de entrevista com diferentes sujeitos que faziam parte da comunidade escolar: pais, professores, alunos e outros. Para efeito deste trabalho, destaca-se:

COLÉGIO PINHEIRENSE: GRAU DEZ

> [...]. Em todas as rodas estudantis, só se fala no grande acontecimento: as comemorações do 15º aniversário do Colégio. Espalhados pelos quatro cantos da cidade, distingue-se a qualquer hora os inconfundíveis estudantes, em plena atividade, dando tudo se si, para o maior brilhantismo da festa. Um grupo mais entusiasta, organizou uma equipe de repórteres que sondaram a opinião pública entrevistando algumas pessôas. Entrevistas:
>
> MÃE
>
> Pessoa entrevistada: Anita Soares – Local: Residência
> P – Quantos filhos a senhora tem?
> R – 8
> P – Quantos estudam no CP?
> R – 6
> P – Que acha a senhora do CP?
> R – Acho muito eficiente, e creio que tem progredido muito. O estudo é bem atualizado, e professores esforçados.
> P – Que acha você da mensalidade?
> R – Acho as mensalidades um tanto pesadas, mas afirmo que não teria condições para colocar meus filhos em qualquer estabelecimento de ensino da capital. [...]
>
> EX-ALUNO
>
> Pessoa entrevistada: José Joaquim Moraes – local: Residência.
> P – Você tirou proveito durante o tempo que frequentou o CP?
> R – É claro que tirei. Os primeiros anos de ensino são verdadeiramente as bases para qualquer tipo de carreira a que se aspire.
> P – Atualmente, que acha você do CP?
> R – Acho, sinceramente, que não há entrosamento do ensino atual. A taxa é um pouco exorbitante.
> P – Que acha você da arquitetura do CP?
> R – Não é de todo moderna, mas muito funcional.
>
> ALUNO DO CP
>
> Pessoa entrevistada: Frutuoso Barbosa Cordeiro Neto
> Local: Praça Eurico Dutra.
> P – Você acha, na realidade, que o CP é um progresso para nossa cidade?
> R – É realmente um progresso. Sem esse colégio não poderíamos desenvolver os nossos estudos para um futuro promissor.
> P – Se não fosse o CP, você teria possibilidade de concretizar seu ideal?
> R – É mais fácil com o colégio. Se êste não existisse, porém eu teria possibilidade de deslocar-me para a capital, mas custaria um pouco de sacrifico para meus pais.
> P – Que você acha da disciplina do CP?
> R – Acho que deve ser da maneira que é. Que se poderia, pois, esperar de um colégio que tenha uma disciplina fraca, e deficiente?
>
> ALUNO ACREPIANO
>
> Pessoa entrevistada: Claudionor Sampaio Carvalho – Local: Casa Portuense
> P – Se tivesse possibilidade gostaria de estudar no CP?

> R – Se me fôsse possível claro que gostaria.
> P – Por que?
> R – Porque o desenvolvimento que ele apresenta é um dos melhores.
> P – Que acha da disciplina dos alunos?
> R – São bem disciplinados, embora às vezes apresentem falhas.
>
> DELEGADO
>
> Pessoa entrevistada: José da Purificação Reis
> Local: Delegacia de Polícia.
> P – Que você acha do CP?
> R – Acho que é um dos melhores progressos para Pinheiro, graças aos padres que muito tem trabalhado para o seu desenvolvimento.
> P – Que acha das mensalidades?
> R - São bastante pesadas em comparação com outros estabelecimentos educativos.
> P – Que acha do ensino?
> R- Fiquei muito satisfeito, porque encontrei, aqui um colégio com o ensino atualizado, onde pude colocar minha filha para estudar. [...].
>
> Entrevista elaborada pela Equipe: Rui, Ana Rita, João Ubaldo, Gracinha Ferreira, Pedro Reis, Concita Viegas. Publicada no Jornal *Cidade de Pinheiro*, ano XLVII, n. 2.228, p. 7, 15 de ago. 1968.

A partir da entrevista elaborada pelos alunos do Colégio Pinheirense e publicada na imprensa escrita, talvez se possa ter uma noção de como essa instituição escolar católica era vista pela população.

A título de conclusão deste capítulo, discorre-se a respeito de três pontos, que ficaram explícitos na entrevista: a) quanto às mensalidades do GP, as famílias que mantivessem mais de um filho matriculado teriam 10% de desconto nas mensalidades de cada educando (Art. 27, item 1 do Regimento Interno), porém, Anita Soares tinha oito filhos e seis estudavam no GP era beneficiada por esta norma, contudo, considerava as mensalidades pagas "pesadas" no orçamento doméstico. Da mesma forma, José da Purificação Reis, pai de uma aluna, considerava as mensalidades "pesadas" em comparação a outras instituições de ensino. O aluno considerava as mensalidades pagas "exorbitantes", também. Contudo, os entrevistados se referem de forma positiva à "atualização e progresso do ensino" no GP. Como já comentado neste trabalho, era propedêutico e visava à formação moral e intelectual dos alunos.

Segundo Deny Leite, Anita Soares era esposa de Odilon Soares, próspero comerciante local, e José da Purificação era delegado de polícia da cidade (informação verbal)[46]. O exercício destas atividades sugere que os depoentes faziam parte da classe média pinheirense. Classe média compreendida, neste trabalho, como grupo social possuidor de poder aquisitivo ou padrão de consumo razoável, de forma não somente a suprir suas necessidades básicas de

[46] Informação fornecida por Deny Leite em Pinheiro - MA, em 15 de junho de 2016.

sobrevivência, mas permitir formas variadas de lazer e cultura. Fazem parte desse grupo pessoas que produzem cultura e reproduzem valores sociais, valorizam a educação, buscam formas, informações, apostam no progresso e lutam para que seus filhos as superem em termos de condições materiais e prestígio social, geralmente por meio da escolarização (BRAGA, 2012).

b) quanto à disciplina, sinônimo de controle do comportamento constituía-se uma das práticas pedagógicas fundamentais da educação do GP. Os alunos concordavam com o rigor disciplinar do estabelecimento católico. Quando perguntado sobre essa questão, note-se, o aluno Frutuoso Neto responde – "Acho que deve ser da maneira que é. Que se poderia, pois, esperar de um colégio que tenha uma disciplina fraca, e deficiente?". O disciplinamento estava presente nas práticas de ensino das disciplinas, na arquitetura do edifício, e até nos espaços públicos da cidade. Neste sentido, dentre os deveres dos alunos previstos no Art. 25 do Regimento Interno do GP constava: "portar-se corretamente no ginásio e fora dele, sobretudo quando o representam isolada ou coletivamente"; acatar a autoridade do diretor, dos professores e dos funcionários do estabelecimento e tratá-los respeitosamente" (UNGARELLI. Ação Social..., 1953).

O ensino pautado por princípios de respeito à hierarquia, obediência e postura exemplar, tendo como base a inculcação moral, religiosa católica e patriótica, objetivava a formação de alunos dóceis e obedientes, ao mesmo tempo preparados para ocuparem posições de responsabilidades e de comando. Pode-se dizer também que consistia em um sistema de disciplinamento fundado no medo, pois dentre as penalidades impostas ao aluno consistia em "expedir, compulsoriamente, a guia de transferência do aluno que for manifestamente incorrigível ou cometer falta de que decorra ofensa grave ao professor ou funcionário" (Art. 24 do Regimento Interno. UNGARRELLI. Ação Social..., 1953).

c) ensino propedêutico, caracterizado pela memorização de conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Os alunos memorizavam fórmulas matemáticas, conceitos, regras gramaticais, fatos históricos etc., saberes estes exigidos nos exames de seleção. Por isso, o aluno depoente declara: "[...] os primeiros anos de ensino são verdadeiramente as bases para qualquer tipo de carreira a que se aspire", e finaliza: "sem esse colégio não poderíamos desenvolver os nossos estudos para um futuro promissor".

A divulgação na imprensa escrita (jornal *Cidade de Pinheiro*) dos alunos egressos que ingressaram no ensino superior ou no serviço público serviu como estratégia dos dirigentes do GP para tentar consolidar na sociedade pinheirense um "olhar positivo" quanto às práticas educacionais nele desenvolvidas.

Em apêndice, relação nominal dos alunos concludentes do curso ginasial do GP, no período de 1956 a 1963, que ingressaram no secundário segundo ciclo, cursos profissionalizantes e educação superior.

4 CONCLUSÕES

Justino Magalhães (2004, p. 133) afirma que uma das formas de se reconstruir ou explicar a realidade histórica de uma instituição consiste em [...] integrá-la [...] no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. [...].

Seguindo esse princípio, reconstruiu-se da história do Ginásio Pinheirense 1953 - 1963 no município de Pinheiro – MA situando-o no contexto macro e micro do sistema político-econômico e sociocultural brasileiro.

A história do Brasil que vai de 1946 até 1964, foi classificada por Beozzo (1979) de "populista, depois desenvolvimentista", regida pela Carta Magna de 1946, considerada de cunho Liberal. No que tange à relação Igreja e Estado, a Constituição de 1946 mantém o princípio republicano desde 1891, o da separação entre ambos e o da independência religiosa. Mas, reafirma a colaboração/parceria do Estado à Igreja no que se refere às atividades ao bem comum, já aprovadas na Constituição de 1934. A mesma Carta de 1934 assegurou o ensino religioso nas escolas públicas, presença de capelães nas Forças Armadas, subvenção estatal para as atividades assistenciais ligadas a Igreja, isenção de impostos etc., confirmados na Constituição de 1946. Todavia, várias disputas ocorreram no cenário sociorreligioso, político-educacional, envolvendo católicos versus liberais, protestantes e espíritas, sendo algumas pontuadas na escrita deste trabalho.

Segundo Beozzo (1979) e Dallabrida (2011), após a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, Roma passou a reorganizar a Igreja, estimulando a vinda de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas para o país. Assim, várias comunidades missionárias católicas estrangeiras se instalam em diversas regiões do território brasileiro promovendo um processo de internacionalização cultural-religiosa católica.

Neste contexto foi criada a prelazia de Pinheiro em 1939, porém, os administradores chegaram em 1946, após protelamentos da II Guerra Mundial. Os MSC da província italiana tiveram a missão de reestruturar o catolicismo na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, até então com poucas e esporádicas intervenções da hierarquia católica. Os MSC se estabeleceram num território de 42.486 km², abrangendo parte do norte maranhense, chamado de Baixada Maranhense, e todo o Litoral Ocidental Maranhense.

As festividades da acolhida dos MSC em Pinheiro culminaram com a posse de dom Afonso e banquete oferecido pelas autoridades locais, na casa do prefeito Josias Peixoto de

Abreu. A partir da posse de dom Afonso Ungarelli, consolidaram-se nova divisão territorial da jurisdição eclesiástica no Maranhão, novas e promissoras alianças políticas. Reestruturaram-se os espaços políticos e religiosos da Igreja, transformando os MSC em "verdadeiro rolo compressor" na região de Pinheiro.

A aliança entre o grupo político majoritário da região, pertencente à maçonaria e os MSC entre os anos 1946 a 1966 em Pinheiro reforçou a tese exposta no início do primeiro capítulo deste trabalho que afirma a capacidade da Igreja Católica de adotar determinadas decisões, adequando-se às condições políticas e sociais da região à qual desejou implementar suas ações.

A aliança estabelecida em Pinheiro entre os MSC e políticos dos PSD e PST correligionários do senador Vitorino Freire facilitou os trâmites de autorização e reconhecimento institucionais, nomeações e subvenções federais em nome de dom Afonso Ungarelli para as realizações assistenciais e educativas da Ação Social da Prelazia de Pinheiro.

Resultaram subvenções do governo federal e estadual aos MSC para realização de trabalho social e educacional junto à população, criando e dirigindo escolas, seminários, oficinas de aprendizagem, biblioteca *Abbeville*, teatro do Ginásio Pinheirense; promoção de eventos culturais, esportivos, saúde. Construção de praças, escolas paroquiais, Patronato São Tarcísio (para rapazes), Patronato Santa Maria (para moças), Ginásio Pinheirense, Atelier Nossa Senhora do Sagrado Coração (NSSC), oficina de carpintaria, ambulatório NSSC, 26 escolas em diversos povoados da prelazia e escolas paroquiais em Alcântara, Guimarães, Cururupu, Turiaçu e Carutapera (VIVEIROS, 2007, p. 257-259). Assim, conquistaram espaço sociopolítico e exerceram grande influência na constituição da cultura na região.

Quanto à questão da liberdade de expressão religiosa em Pinheiro, o entusiasmo da chegada dos primeiros MSC transformou-se posteriormente em conflito. Os movimentos estratégicos visaram a purificar o catolicismo tradicional popular (isto é, a religiosidade popular – veneração e festas aos santos, rezas em residências, procissões, ladainhas, oratórios residenciais etc. –, elemento forte na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense), tornando-o "romanizado", ou seja, com forma e conteúdo de acordo com os cânones da Santa Sé.

Os MSC combateram catolicismo popular, protestantes e espíritas, contudo, encontraram resistências de todas as expressões religiosas, e de forma mais veemente do líder dos espíritas, Oli de Castro, que os enfrentou utilizando-se de meios de comunicação de alto-falante e o jornal *Cidade de Pinheiro*. Todos os grupos religiosos permaneceram, e continuaram com seus costumes e práticas, o que fez permanecer as disputas religiosas locais.

As estratégias de credibilidade junto à população foram organizadas em três áreas básicas: evangelização, assistência social e ensino. A estratégia no ensino foi estruturada em três momentos sequenciais e com objetivos distintos: o Seminário São José (1947), destinado ao público masculino, para formar novos padres. Fundar seminários, escolas e colégios era uma estratégia das congregações e ordens religiosas católicas que vieram ao Brasil desde a Colônia. Essa estratégia foi orientada por meio de encíclicas papais, e dirigidas aos missionários das várias congregações que se radicaram em terras brasileiras. A intenção foi educar e treinar ministros "nativos", isto é, formar o clero local, da região em missão, objetivando a formação de lideranças religiosas conhecedoras de sua própria realidade. Neste sentido, os MSC conseguiram formar alguns pinheirenses padres para a congregação. Mesmo que não fossem sacerdotes, seriam professores qualificados, honrados e influentes com seus patriotas, dariam exemplo de fé e virtude católicas.

A criação de escolas paroquiais também estava prescrita pela cúpula da Igreja e representou uma estratégia fundamental na cruzada da Igreja em favor da retomada dos espaços políticos e contra as escolas laicas instituídas pelo Estado republicano. A prescrição da Pastoral Coletiva Meridional de 1901 foi reforçada em 1951, por ocasião do IV Congresso Interamericano de Educação Católica realizado no Rio de Janeiro, o papa Pio XII em carta ao cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (1894 – 1971) reforça a importância da difusão da doutrina católica, da formação de professores leigos e multiplicação de educandários com a finalidade de combater o ensino laico e o protestantismo.

Cumprindo a prescrição da Santa Sé, os MSC fundaram a Escola Paroquial "Nossa Senhora do Sagrado Coração" (1950), com o intuito de "moralizar a criança por meio da educação religiosa e da vivência cristã, integrando ciência e fé, razão e espiritualidade" (UNGARELLI. Estatutos...1950, p. 2), pautada por programa curricular que envolvia conhecimentos científicos, valores morais, cívicos, físicos e catecismo, com intuito de formar cidadãos patrióticos e católicos praticantes.

Dentre as estratégias de ensino, este trabalho enfatizou o Ginásio Pinheirense, fundado em 1953 e ofereceu o primeiro ciclo do ensino secundário, destinado principalmente a suprir as expectativas dos pinheirenses em ascensão social, que ambicionavam o ensino superior e as profissões liberais.

Essa estratégia foi protagonizada por dom Afonso Ungarelli e o desembargador Elisabetho de Carvalho, e revelou disputas que ocorriam desde a década de 1930 entre os educadores liberais, defensores da escola laica, gratuita obrigatória e a coeducação, e os católicos que consideravam perigosa a interferência e exclusividade do Estado sobre a

educação, e viam na laicidade e coeducação afrontas à concepção católica de educação. A defesa dos princípios e valores da educação confessional reverberava a defesa dos grupos que vinham monopolizando o ensino, e que a todo custo desejavam impedir a perda desse monopólio, que a interferência do Estado poderia conduzir.

A Igreja defendia a formação moral de moças e rapazes por meio do ensino religioso, componente curricular a encargo da autoridade eclesiástica, conforme a Lei Orgânica do Ensino Secundário (DL 4.244 de 09/04/1942). A finalidade do curso de religião seria formar cristãos católicos. No programa do curso ginasial seriam estudadas as principais verdades de fé, os princípios da moral cristã católica, o culto e os sacramentos. No final do curso ginasial a Igreja Católica seria apresentada como vitoriosa dos obstáculos erguidos contra ela no decorrer dos tempos. No programa do curso colegial, depois de uma revisão do conteúdo do curso ginasial, seriam estudados "'o problema do humanismo', 'as questões mais importantes da adolescência'. No final do curso colegial seria apresentada aos alunos a 'posição da Igreja em face dos problemas econômicos, estéticos, científicos, políticos, sociais e religiosos'". (HORTA, 1994, p. 124).

Segundo Horta (1994) o programa proposto do ensino de religião revela o caráter moralista, apologético, triunfalista, antiprotestante e antiespírita da Igreja Católica. No final dos anos 1950 surgiu no meio católico a tendência católica esquerda no Brasil, que aprofundou alianças com as classes populares, depois dos anos 1964.

A análise do discurso de Elisabetho de Carvalho evidenciou harmonia com a legislação educacional em vigor que determinava a educação moral e cívica seria abordada de forma interdisciplinar, principalmente por meio dos estudos de Geografia, História e Canto Orfeônico. O objetivo da moral e cívica seria desenvolver nos adolescentes os "elementos essenciais da moralidade: espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade, objetivando a formação das individualidades condutoras; desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade" (DL 4.244/04/1942).

A educação moral e cívica não se constituía em uma disciplina com tempo definido, e a Igreja não se opunha em desenvolver no adolescente o espírito de patriotismo. A igreja defendia a inclusão do ensino religioso, enquanto disciplina, no programa do curso secundário, e por meio dessa disciplina formar a moralidade do adolescente, ou seja, formar sujeitos católicos, praticantes da doutrina católica: mandamentos, sacramentos etc., portanto, uma moralidade diferente da determinada pela legislação. "A educação moral e cívica deveria realizar-se através do ensino religioso católico" (SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 179).

A análise da representação do GP explícita nos discursos do desembargador Elisabetho de Carvalho e do bispo Afonso Ungarelli, sugerem um acordo: o primeiro estava mais interessado em fundar um estabelecimento secundário visando a formação da juventude para liderar, ocupar os cargos públicos, formar profissionais liberais, as "elites condutoras", voltado mais para o público masculino; enquanto o segundo estava interessado na formação de mulheres católicas, e estas no que concerne ao papel de educadoras no lar promoveriam os valores espirituais, éticos e morais do catolicismo. Ressalte-se que esta proposta promoveria, consequentemente, a ascensão social das mulheres que ingressassem no ensino secundário.

Essas duas representações se materializaram no GP e nos demais espaços educativos construídos pelos MSC, destinados a moças e rapazes das camadas sociais com maior poder econômico. Ficou definido o funcionamento do ginásio em dois turnos: matutino reservado às mulheres; vespertino reservado aos homens, exceção da primeira turma masculina que se tornou mista. Dois outros espaços educativos se articulam ao ginásio católico: o convento Santa Marta e o patronato São Tarcísio. Na organização e administração do GP e do Convento Santa Marta, os MSC contaram com fundamental apoio das FNSSC. No convento foi fundada a Escola Doméstica, consolidando o propósito de dom Afonso. No patronato seguia a formação moral católica para os rapazes, e a alguns destes convites para ingresso à vida sacerdotal, por meio da aludida congregação.

A análise do conjunto arquitetônico construído pelos MSC em Pinheiro possibilitou a compreensão de que "[...] todo o conjunto de prédios escolares, com sua arquitetura e funcionalismo, e o espaço territorial ocupado pela escola no tecido urbano não são neutros, produzem discursos e sujeitos, formando e conformando, segundo uma lógica [...]" (ESCOLANO, 2001, p. 27). No caso analisado, manifestou a lógica das lideranças dirigentes católicas e civis.

Em relação ao trabalho educacional desenvolvido pelas FNSSC em Pinheiro, a análise das fontes impressas revelou que as freiras destacavam sobretudo a ação do bispo Dom Afonso Maria Ungarelli e dos padres, muito embora, o Ginásio fosse fruto de um trabalho coletivo no qual as FNSSC tiveram papel principal. Menções somente aos membros da congregação dos MSC nesses espaços sugere pensar "a história centrada na vida dos grandes homens e seus feitos" Le Goff (2003, p. 106), ocultando o papel ou silenciando a voz das mulheres no discurso historiográfico. Reverbera o posicionamento da Igreja Católica que considerava, na época, o espaço público destinado ao homem; enquanto à mulher estava reservado o espaço doméstico, e quando este trabalho fosse público deveria ser de colaboração ao homem.

A equipe de professores do GP foi formada por freiras que tinham o curso normal, padres estrangeiros e alguns profissionais liberais, ou seja, o curso ginasial funcionou de modo semelhante a muitos outros ginásios espalhados pelo Brasil. Aliás, foram grandes os esforços de Dom Ungarelli para conseguir "atender as exigências do MEC; luta na conquista de recursos humanos; enfim luta para ter o aval dos órgãos competentes" (AMORIM, 1996, p. 40).

Pode-se dizer que o corpo docente do GP era composto por um professorado de emergência, pois não tinha formação universitária específica na área que atuava, mas era formado em diversificados cursos superiores e secundários, e alguns obtiveram registo profissional por meio do exame de suficiência da CADES (DALLABRIDA, 2014).

Ressalta-se que mesmo no início do século XXI, com a expansão do acesso às Universidades públicas que oferecem considerável número de vagas nos cursos de licenciatura, inclusive, em Pinheiro está em funcionamento desde a década de 1980 um *campus* da Universidade Federal do Maranhão, mesmo assim, ainda há carência de professores no Ensino Médio, principalmente, nas disciplinas de Física, Química, Matemática.

Acrescente-se que, com o quadro docente que possuía, o GP proporcionou escolarização secundária privada e confessional católica que viabilizou percursos escolares para aqueles que o frequentaram em nível superior e médio, e trajetórias socioprofissionais de alunos egressos que geralmente vinham de estrados altos e médios da sociedade pinheirense.

Outrossim, os *espaços* educativos construídos, organizados e delimitados por MSC/FNSSC não constituíram um fim em si mesmo, somente. Contribuíram, por meio da rígida disciplina, fardamento, horários pouco flexíveis, eventos festivos cívicos e religiosos para produzir e reproduzir uma cultura escolar que formava alunos "secundaristas, autorregulados e produtivos" que satisfazia as exigências da sociedade capitalista em desenvolvimento no Brasil desde os anos 1930 (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Este trabalho visou reconstruir a história do Ginásio Pinheirense sob a ótica da História cultural, sem pretensão de esgotar o tema.

Memórias de professores e professoras do GP, cotidiano de moças e rapazes no convento Santa Marta e patronato São Tarcísio podem ser temas para investigação acadêmica, e representam lacunas nesta dissertação. Além destes, partir de 1963 o GP passou a funcionar sob a denominação de Colégio Pinheirense, no contexto da ditadura militar instaurada em 1964, período da história da instituição aberto às pesquisas educacionais também.

REFERÊNCIAS

A Instrução de Pinheiro. **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, Ano XXXV, n. 1.730, caderno. 05, p. 1 (edição do Centenário de Pinheiro), 02 de set. 1956.

ABDALA, Rachel Duarte. **Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1985 – 1966)**. 314 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ABREU, Jayme. **A educação secundária no Brasil: (Ensaio de identificação de suas características principais)**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, vol. 86, n. 212, p. 39 – 84, jan/abr. 2005.

ABREU, Josias de. **Coisas de antanho**. São Luís: edição do autor, 2006.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres no cotidiano**: educação e regras de civilidade. Dimensões, vol. 33, 2014, p. 336-359. ISSN: 2179-8869.

ALVIM, Moema de Castro. **A turma de 1955 do Ginásio Pinheirense**. São Luís, 3 abr. Disponível em: http://pinheiroempauta.blogspot.com.br/2013/04/a-turma-de-1955-do-ginasio-pinheirense.html. Acesso: em 2 de jun. 2016.

AMORIM, Aurelina Catarina. Histórico do Colégio Pinheirense. In: MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **50 anos em Pinheiro e por Pinheiro**. Pinheiro: Secretaria de Cultura de Pinheiro, 1996. p. 38-42.

AMORIM, Raimunda. O Colégio Pinheirense e seus 25 anos. Pinheiro: **Cidade de Pinheiro**, ano LVI, n. 2654, 15 ago. 1978.

AS ELEIÇÕES do dia 3 de outubro de 1950. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XXIX, n. 1.425, p. 1, 1 out. 1950.

AVISO. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XXV, n. 1.288, p. 1, 18 ago. 1946. Editorial.

AZEVEDO, Demi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Dossiê Religiões. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, set./dez. 2004.

AZZI, Riolando e GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/3-2 Terceira época – 1930 – 1964, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

BAUER, Johannes B. **Dicionário de teologia bíblica.** Trad. Helmuth Alfred Simon. v. 1: Abraão – Jesus Cristo. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

BENCOSTTA, Marcos Levy Albino. **Mulher Virtuosa, Quem Achará**? O discurso da Igreja acerca da educação feminina e o IV congresso interamericano de educação católica (1951). UFM, Maringá: Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 2, jul/dez. 2001.

BENEDICTUS XV. **Carta apostólica Maximum Illud:** del Sumo Pontífice Benedicto XV sobre la propagación de la fe católica en el mundo entero. Roma, 30 nov. 1919. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/es/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum-illud.html>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BEOZZO, José Oscar. Igreja Católica e liberdade religiosa nas constituintes do Brasil. **Revista Vida Pastoral**. São Paulo: Paulus, maio-junho, p. 9 – 16, 1986.

BEOZZO, Oscar. História da Igreja Católica no Brasil. **Cadernos do Iser**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3-10, abr. 1979.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma Solução para a Menoridade na Primeira República**: O caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Dissertação. 2012. 138 f. (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do Sagrado**: estudos de religião e rito. São Paulo: Paulinas, 1985.

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em <www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/l4024.htm>. Acesso em 06 mar. 2016.

_____. **Portaria n. 501 de 19 de maio de 1952**. São Paulo: Editora do Brasil/Ministério da Educação e Saúde/Diretoria do Ensino Secundário, 1952.

_____. Ministério da Educação e Saúde. **Ensino Secundário no Brasil** (organização, legislação, vigente, programas). Rio de Janeiro: INEP, 1952. (Publicação nº 67).

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946.

_____. **Decreto-Lei nº 9.303, de 27 de maio de 1946**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9303-27-maio-1946-417555-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 04 de junho de 2016.
BRASIL. (Constituição).

_____. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei orgânica do ensino primário. Rio de Janeiro, 4 jan. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev.2016.

_____. **Decreto-Lei nº 8.347 de 10 de dezembro de 1945**. Disponível em <www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8347-10-dezembro-1945-416352-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 04 mar. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, 10 abr. 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,** de 16 de julho de 1934**.** Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 15 de mar. de 2016

_____. **Decreto-Lei n. 21.241 de 04 de abril de 1932**. Disponível em <www2.camra.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-8146-pe.html>. Acesso em 05 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em 24 de abril de 2016.

_____. Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 1919.

BROCK, Colin e SCHWARTZAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos,** Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. **Católicos, protestantes, espíritas.** Petrópolis: Vozes, 1973.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Elisabetho de. O ginásio. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XXXII, n. 1.543, p. 1, 15 fev. 1953.

CARVALHO, Maria Goretti Cavalcante**. A Proposta Pedagógica da Congregação missionária Capuchinha na História da Educação maranhense**. 2003. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2003.

CASTRO, César Augusto e CASTELLANOS, Samuel L. V (org.). **A Escola e seus Artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013.

CASTRO, Francisco Reis. Recebemos uma condenação injusta unicamente por paixões de muitos...**O Estudante**, Pinheiro, ano I, nº 2, p. 2, 3 e 8, 20 de mai. 1955.

CHAGAS, Mariano. Município de Pinheiro. **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, ano XXXII, n. 1.590, p. 18, 25 dez. 1953.

CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira**: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois? São Paulo: edição Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. 2 ed. Trad. Maria Manoela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

COLEGIO PINHEIRENSE – Ano de fundação – Matrícula – Concludentes – Diretores. **Cidade de Pinheiro**, ano XLVII, nº 2.228 de 15 de ago. 1968.

COLÉGIO PINHEIRENSE. **Álbum de fotografias do Ginásio Pinheirense, 1953-1962.** Pinheiro, 1963.

COLÉGIO PINHEIRENSE. **Atas de matrículas do Ginásio Pinheirense, 1953-1963.** Pinheiro, 1963.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar**: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – SE (1934 – 1967). 2007. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar**: colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950). 2012. 317f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COSTA, Diulinda Pavão. **O cenário educacional na Princesa da Baixada (1920 – 1960)**. 2012. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Ampliação e modernização do sistema de ensino primário do interior do Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Vitória: SBHE, 2013. p. 1-15. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/AMPLIACAO%20E%20MODERNIZACAO%20DO%20SISTEMA%20DE%20ENSINO%20PRIMARIO.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CULTURAL, Larousse. **Grande dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural.1999, p. 697

CUSKELLY, Eugene J. **Julio Chevalier**: o homem e sua missão (1824 – 1907). São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1975.

DADOS estatísticos de Pinheiro. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XXXII, n. 1.591, p. 18, 25 dez.1953.

DALLABRIDA, Noberto. Formação escolar e perfil sociológico do corpo docente do Colégio Estadual Dias Velho (1950-1964). Programa de pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 1, p. 110-117, jan./abr. 2014.

_____. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da Educação no Brasil.** v III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 77-86.

_____. **A reforma Francisco Campos e a modernização racionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185 – 191, mai/ago. 2009.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A invenção do cotidiano.** 1: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DE KERCK, J. de. **Julio Chevalier**: O homem e sua idéia. São Paulo: Loyola, 1987.

DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL DE PINHEIRO. Comunicado. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano V, n. 259, p. 5, 28 nov. 1926.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Ed.) **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2001

DIRETORIA DO GINÁSIO PINHEIRENSE. Ginásio Pinheirense. Pinheiro. **Cidade de Pinheiro**, ano XXXII, n. 1544, de 2 de fev. 1953.

DOLORES, Madre Maria. Chegada das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração em Pinheiro. In: _____. **Crônicas da Província Brasileira das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração.** São Paulo: [s. n.], [196-?] [s/p] manuscrito.

DURKKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

FARIA FILHO, Luciano M. et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. Ed. atual. e ampl., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa.** 2 ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FILHO, Lourenço e HILDEBRAND, Armando. São necessários os exames escolares? 2 ed. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília v. 81, n. 198, p. 342 – 346, maio/ago. 2000.

FOI CRIADA a Prelazia de Pinheiro: parabéns a esse querido povo. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XVIII, n. 921, 6 ago. 1939. Editorial, p. 1.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREITAS, Horácio F. Rocha de. Latim: língua viva. **Escola Secundária**. São Paulo, n. 11, dez. 1959. P. 65 – 66.

FURTADO FILHO, Douglas. **Da povoação do Pinheiro à Princesa da Baixada**: história cronológica do município de Pinheiro. São Luís: Edição do Autor, 2003.

GERALDA, Maria. As Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração na Diocese de Pinheiro. In: Missionários do Sagrado Coração: **50 anos em Pinheiro e por Pinheiro**. Pinheiro: Secretária de Cultura de Pinheiro, 1998, p. 44 – 45.

GOMES, Francisco José de Castro. **Coisas da nossa terra**: subsídios para a história do município de Pinheiro. Coletânea de artigos publicados no jornal Cidade de Pinheiro de 1921 a 2003. Pinheiro: Secretaria de Cultura de Pinheiro, 2004.

_____. **Relatórios do Inspetor do Ginásio Pinheirense a Inspetoria do Ensino Secundário**. Pinheiro: Ginásio Pinheirense, 1954.

_____. **Relatório do Inspetor do Ginásio Pinheirense a Inspetoria do Ensino Secundário**. Pinheiro: Ginásio Pinheirense, 1953.

GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da e PETRY, Marília Gabriela (org.). **Objetos da Escola**: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XXI e XX). Florianópolis: editora INSULAR, 2012, p. 27-62.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia**: a educação no Brasil (1930 – 1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRÁFICO de 1960 – MARANHÃO – PIAUÍ. VII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL**. SÉRIE REGIONAL. V. 1 – Tomo III – 1ª parte – Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro – GB, abril de 1968.

_____. Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. **IV Recenseamento Geral do Brasil:** Estado do Maranhão. Série Regional, v. XII, t. 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1955.

_____. **Recenseamento geral do Brasil [1º de setembro de 1940].** Série Regional, Parte IV: Estado do Maranhão. Censo demográfico: população e habitação. Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

_____. **Maranhão 1948.** São Luís: Departamento estadual de estatística, [195-].

_____. **Rua Luís Domingues:** Pinheiro, MA. [fotografia]. [s. l.]: IBGE, [19--]. (Série Acervo dos municípios brasileiros).

IWAYA, Marilda. Cenário e Palco para a Instrução: A linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTA, Marcos Levy A. (org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 171-191.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, SP, n. 1, p. 9-43, 2001.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.

LEITE, Graça. **BEM-TI-VI BEM TE CONTO**: crônicas pinheirenses. 2 ed. São Luís: Estação Gráfica, 2007.

_____. A ação dos religiosos MSC no município de Pinheiro. In: MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **50 anos em Pinheiro e por Pinheiro**. Pinheiro: Secretaria de Cultura de Pinheiro, 1996. p 34-37.

LENZENWEGER, Josef et al. **História da Igreja Católica**. Trad. Fredericus Stein. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

LEONARDI, Paula. Igreja Católica e Educação Feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 34, p. 180 – 198 jun. 2009.

LONZA, Furio. **História do uniforme escolar no Brasil. Brasília**: Ministério da Cultura, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990 – Coleção Magistério – 2º grau, Série Formação do Professor.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

_____. Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. **Educação, Sociedade & Cultura**, Lisboa, p. 7 – 34, 1996.

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História:** um tempo e eternidade no pensamento católico (1800 – 1960). Maringá: EDUEM, 2004.

MARANHÃO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 3 de maio de 1955, pelo Governador Eugenio Barros. São Luís: **Imprensa Oficial**, 1955.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 3 de maio de 1953, pelo Governador Eugenio Barros. São Luís: **Imprensa Oficial**, 1953.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 3 de maio de 1951, pelo Governador Cesar Alexandre Aboud. São Luís: **Imprensa oficial**, 1951.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão ordinária de 1949,** pelo Governador Sebastião Archer da Silva**.** São Luís, 1949.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**, por ocasião da sessão ordinária de 1948, pelo Governador Sebastião Archer da Silva. São Luís, 1948, p. 89.

_____. **Relatório geral da instrução pública do estado do Maranhão.** São Luís, 1943.

_____. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos em 1941, interventor federal do Maranhão**.** São Luís: **Imprensa Oficial**, 1942.

_____. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos, interventor federal do Maranhão**.** São Luís: **Imprensa Oficial**, 1940.

_____. Decreto nº 252, de 2 de março de 1932. Regulamento para o ensino primário do estado do Maranhão. **Diário Oficial do Estado do Maranhão,** São Luís, ano XXVII, n. 49, p. 1-20, 2 mar. 1932.

MEIRELES, M. Mário. **História do Maranhão**. 3. ed. atualizada. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, Sandra M. Barros Alves. Formação de Professores: o Instituto de Educação do Maranhão (1939 – 1945). **InterEspaço – Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1. n. 1, jan/jun, Grajaú – MA, 2015, p. 126-141.

MELOSELLI, Fernando. 22º aniversário dos MSC em Pinheiro. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XLVII, n. 2.228, p. 3, 15 ago.1968.

MELOSELLI, Fernando. NOTA DA PRELAZIA: Para desfazer equívocos. **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, ano XXXII, n. 1.555, p. 3, 19 de abr. 1953.

MENDES, Maria Regina Durans. **Entrevista.** Entrevistador: Alairton Luis Araujo Soares. Pinheiro, 03 mar. 2015. 1 CD, 53 min 21s.

MENEZES, Luis Carlos. **O novo público e a nova natureza do ensino médio**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n. 42. mai/ago. 2001, p. 201 – 208.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO. **Missionários do Sagrado Coração:** 50 anos em Pinheiro e por Pinheiro. Pinheiro, 1996.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU LTDA, 1986.

MORAES, António Silva de. **Grande dicionário da língua portuguesa.** 10 ed. rev. corr. aum. atual. v. III. Lisboa: Confluência: LDA, 1951.

MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 141-152.

_____. **As mulheres na política educacional no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

MOURA, Suely Barbosa de. **Colégio São José e a Formação de Professoras Normalistas em Caxias – Maranhão**: formando para a igreja, para a pátria e o lar (1949 – 1972). 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Instituições Escolares**: por que e como pesquisar. São Paulo-Campinas: 2 ed. – revisada, Alínea, 2013.

NOSSA HISTÓRIA...NOSSA ORIGEM. Disponível em: <www.fdnsc-sp.com.br/id2.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO. **Livro Tombo III.** Pinheiro: Arquivo do Colégio Pinheirense, 1952.

NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO. **Livro Tombo.** Pinheiro: Arquivo do Colégio Pinheirense, 1950.

NUNES, Clarice. As Políticas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) **Constelação Capanema**: intelectuais políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 103 – 126.

NUNES, Clarice. O "Velho" e "Bom" ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, nº 14, mai./jun./ago. 2000, p. 35 – 60.

NUNES, Maria Thétis. **O Ensino Secundário e Sociedade brasileira**. São Cristóvão (SE): editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma Civilização Cristã**: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a Pedagogia do Catecismo (1937-1965). 2008. 380 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Núcleo de Pós-graduação em Educação de São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1989.

PESSANHA, Eurize C. & SILVA, Fabiany de Cassia T. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governo autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 – estudo histórico-jurídico comparado do ensino secundário. **Educar em Revista**, n. 51, jan/mar. Curitiba, Brasil: Editora UFPR, 2014, p. 67-83.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima. **História, Memória e Ensino de Espanhol**. Curitiba – PR: editora UFPR, 2003.

PINTO, Diana Couto. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma estratégia bem-sucedida? In: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (Org.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o INEP/MEC dos anos 1950/60**.

PIO XI. **Encíclica Rerum Ecclesiae:** del Sumo Pontífice Pio XI sobre la acción misionera. Roma, 28 fev. 1926. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19260228_rerum-ecclesiae.html>. Acesso em: 12 mar. 2016.

POLLAK, Michel. **Memórias e Identidade social**: Estudos Históricos: Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200 – 2012, 1992.

RAMOS, Maély Ferreira Holanda. **O ensino confessional adventista em São Luís/MA**: na reminiscência da sua trajetória histórica às pistas de sua expansão. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, 2010.

RAPOSO, Maria da Conceição B. **Movimento de Educação de Base – MEB**: discurso e prática: 1961 – 1967. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A implantação do ensino secundário público: Liceu Maranhense**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

RODRIGUES, Antonio Eusébio da Costa. Obras sociaes Prelazia de Pinheiro. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XXXII, n. 1.566, p. 3, 05 de jul. 1953.

_____. A Prelazia de Pinheiro e o senador Vitorino Freire. **Cidade de Pinheiro,** Pinheiro, ano XIX, n. 1.392, p. 2, 12 fev. 1950.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RUBIM, Paulo Cesar S. **Missionários italianos em Pinheiro – MA:** reconstituição histórica de sua obra de evangelização. 41f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

RUI, ANA RITA, JOÃO UBALDO, GRACINHA FERREIRA, PEDRO REIS, CONCITA VIEGAS. COLÉGIO PINHEIRENSE: GRAU DEZ. **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, ano XLVII, n. 2.228, p. 7, 15 de ago. 1968.

SALES, Luis Carlos. Prédios Escolares: representações sociais da escola. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, EDUFSC, Especial Temática, 2002, p. 333-342.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **Reflexões sobre a Formação de Professores do Ensino Secundário nos anos 1920-30 no Brasil**. Disponível em: < http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05-%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/REFLEXOES%20SOBRE%20A%20FORMACAO%20DE%20PROFESSORES%20DO%20ENSINO.pdf>. Acesso em 25 de abr. 2016.

SARAIVA, Ana Maria Gomes**. Pesquisa Polidisciplinar**: aspectos gerais e infraestruturais da Prelazia de Pinheiro, v. 1. São Luís, IPEI, 1975.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), 2008.

SCHWARTZAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, Almir Lima. O Seminário São José. In: MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **50 anos em Pinheiro e por Pinheiro**. Pinheiro: Secretaria de Cultura de Pinheiro, 1996. p. 28-30.

SILVA, Diana Rocha. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920).** 167f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Socais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.
SILVA, Geraldo Lima. **Entrevista.** Entrevistador: Alairton Luis Araujo Soares. Pinheiro, 25 fev. 2015. 1 CD, 28m 19s.

SILVA, Geraldo Bastos. A educação secundária: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Nacional, 1969.

SILVA, Sebastião Archer da. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão**, 1949.

SOARES, Roselene. **Colégio Pinheirense**: uma análise histórica. 1998. 76 f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, 1998.

SOUZA, Luís Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. São Paulo: **Revista Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, sept/dec. 2004 – Dossiê Religiões do Brasil, p. 77-75.

SOUZA, Rosa de Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1999.

THERRIEN, Jacques. A "professora" leiga e o saber social. In: GARCIA, Walter; THERRIEN, Jacques; NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **Professor leigo:** institucionalizar ou erradicar? São Paulo: Cortez, 1991. p. 13-25. (Cadernos Seneb, 3).

UNGARELLI, Afonso Maria. Discurso de Inauguração. **Cidade de Pinheiro**. Pinheiro, ano XXXII, n. 1.552, p. 4, 19 de abr. 1953.

_____. Ação Social da Prelazia de Pinheiro. Regimento Interno do Ginásio Pinheirense. **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, ano XXXII, n. 1.546, p. 4, 15 fev. 1953.

_____. Ação Social da Prelazia de Pinheiro. Regimento Interno do Ginásio Pinheirense (continuação do número anterior). **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, ano XXXII, n. 1547, p. 2, 12 fev. 1953.

_____. Estatutos da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração. **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, ano XXIX, n. 1.386, p. 2, 01 jan. 1950.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Histórico da UFMA**. Disponível em <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>. Acesso em: 15 de ago. 2015.

Verdadeira Apoteose a chegada das Irmãs em Pinheiro. **Cidade de Pinheiro**, Pinheiro, ano XXXII, n. 1.542, p. 1, 19 de jan. 1953. Editorial.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

_____. De Heródoto ao Gravador: História Oral. Resgate. **Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória UNICAMP**. Campinas – SP, v. 1, n. 1, 1990, p. 77 – 82.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. **As lentes da História**: estudos de história e historiografia da Educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Quadros da vida pinheirense**. São Luís: Instituto Geia, 2007. (Coleção Geia de Temas Maranhenses, 11).

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Espaço Escolar e Histórias das Instituições Escolares. **Revista Diálogo Educacional**: Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147 – 163, set./dez. 2007.

XAVIER, Libânea Nacif. **O Brasil como laboratório**. Educação e Ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas educacionais CBPE/INEP/MEC (1960). Centro de Documentação e apoio à pesquisa em História da Educação – CDAPH. Instituto Franciscano de Antropologia. Universidade São Francisco, 2001.

APÊNDICES

APENDICE A – Relação de alunos(as) por turma, que concluíram o curso ginasial no Ginásio Pinheirense entre os anos 1956 e 1963, respectivas formações escolares em nível médio ou superior.

Primeira turma, ano 1956 – 17 alunas			
Alunas	**Formação escolar**	**Alunas**	**Formação escolar**
1. Aurelina Catarina Amorim	Normal	10. Maria do Socorro Pinheiro Marques	Normal
2. Deny Reis Leite	Pedagogia	11. Maria Helena da Costa Soares	Normal
3. Edna Antonia Pinheiro	Filosofia	12. Maria Regina Durans Mendes	Normal
4. Honorina Sarges	Enfermagem	13. Marieta Franco de Sá	Norma
5. Isis Pereira Franco de Sá	Direito	14. Nair Amate	Odontologia
6. Joana de Jesus Silva Ribeiro	Normal	15. Odalva Costa Peixoto	Normal
7. Leir Sousa Amorim	Farmácia	16. Raimunda Amorim	Normal
8. Maria da Conceição Fernandes	Serviço Social	17. Raimunda de Jesus Beckman	Normal
9. Maria de Lourdes Freitas dos Santos	Normal		

Curso Normal – 10; Pedagogia – 1; Enfermagem – 1; Direito – 1; Odontologia – 1; Serviço Social – 1; Filosofia – 1; Farmácia – 1.

Segunda turma, ano 1957 – 17 alunos			
Alunos(as)	**Formação escolar**	**Alunos(as)**	**Formação escolar**
1. Afonso Weba Guimarães	Secundário	10. Maria de Jesus Cantanhede	Normal
2. Alaor Pereira Mota	Odontologia	11. Maria de Jesus Ferreira	História
3. João Damasceno Barbosa Cordeiro	Agronomia	12. Maria de Jesus Nogueira	Direito
4. José João Nogueira	Secundário	13. Maria do Socorro Soares	Enfermagem
5. José Maria Pinheiro	Secundário	14. Remi Abreu Trinta	Medicina
6. Ledilson Sousa Amorim	Contabilidade	15. Romélia Rosa Cordeiro Mota	Normal
7. Lenir de Jesus Sarges Dias	Normal	16. Rufino Fernandes	Agronomia
8. Leonardo Sousa Amorim.	Direito	17. Teresinha de Jesus Reis Leite	Normal
9. Maria da Glória Costa	Letras		

Curso Normal – 4; Secundário – 3; Contabilidade – 1; Agronomia – 2; Direito – 2; Letras – 1; História – 1; Enfermagem – 1; Odontologia – 1; Medicina – 1.

Continua

Terceira turma, ano 1958 – 21 alunos			
Alunos(as)	**Formação escolar**	**Alunos(as)**	**Formação escolar**
1. Adão Amorim da Costa	Engenharia Civil	12. José Reinaldo Soares	Odontologia
2. Almerinda Weba Guimarães	Normal	13. Lauro de Castro Reis	Medicina
3. Bendita Fernandes de Moraes	Contabilidade	14. Leidimar Gomes Ribeiro	Secundário
4. Eliezer Carneiro Gonçalves	Farmácia	15. Maria Alice Ewerton dos Santos	Normal
5. Ernaldo Beckman Peixoto	Secundário	16. Maria Isabel Araújo	Normal
6. Flory Serra de Moraes	Filosofia	17. Marlinda de Jesus Durans Silva	Filosofia
18. Gladiston Expedito Pereira	Contabilidade	18. Moema de Castro Alvim	Farmácia
19. Inácia Lima Silva	Enfermagem	19. Niedja Nora Durans	Filosofia
20. João Quadros de Oliveira	Secundário	20. Reginaldo Costa Soares.	Secundário
21. José Isaias Ferreira	Secundário	21. Teresinha de Jesus Durans Soares	Normal
22. José Maria Ewerton dos Santos	Engenharia Civil		

Curso Normal – 4; Secundário – 5; Contabilidade – 2; Filosofia – 3; Engenharia Civil – 2; Farmácia – 2; Enfermagem – 1; Odontologia – 1; Medicina – 1.

Quarta turma, ano 1959 – 12 alunos			
Alunos(as)	**Formação escolar**	**Alunos(as)**	**Formação escolar**
1. Aderaldo dos Santos Alves	Letras	7. José Ribamar Costa Abreu	Contabilidade
2. Alexandre de Jesus Botão Melo	Secundário	8. José Roberto Soares	Agronomia
3. Bernardino Marques Melo Filho	Agronomia	9. Josemias Costa	Direito
4. Edméa Machado Castro	Normal	10. Maria de Ribamar Lopes Aranha	Enfermagem
5. Hildenê Gomes da Costa	Normal	11. Maria Delfina Ewerton dos Santos	Farmácia
6. Jose Paulo Ferreira	Secundário	12. Teresinha de Jesus Lima Silva	Enfermagem

Curso Normal – 2; Secundário – 2; Contabilidade – 1; Agronomia – 2; Enfermagem – 2; Farmácia – 1; Direito – 1; Letras – 1.

Continua

Quinta turma, ano 1960 – 13 alunos			
Alunos (as)	**Formação escolar**	**Alunos(as)**	**Formação escolar**
1. Abraão do Carmo Cardoso	Agronomia	8. Maria Helena Reis Castro	Filosofia
2. Alice Conceição Amate	Farmácia	9. Maria Isaura Soares	Normal
3. Dilma Reis Leite	Contabilidade	10. Maria José Almeida	Secundário
4. Evandro Sousa Amorim	Agronomia	23. Maria José Silva Soares	Normal
5. Inácio de Loiola Ferreira	Secundário	24. Miracy de Jeus Sá Araujo	Filosofia
6. José Anastácio Carvalho Soares	Letras	25. Pedro Temotheo Pimenta Filho	Secundário
7. José Policarpo Costa Neto	Agronomia		

Curso Normal – 2; Secundário – 3; Contabilidade – 1; Filosofia – 2; Agronomia – 3; Farmácia – 1; Letras – 1.

Sexta turma, ano 1961 – 23 alunos			
Alunos(as)	**Formação escolar**	**Alunos(as)**	**Formação escolar**
1. Achiles Câmara Ribeiro	Medicina	13. Maria de Lourdes Fernandes	Medicina
2. Antonio de Oliveira Nogueira	Secundário	14. Maria do Carmo Costa	Normal
3. Darcy de Oliveira Campos	Secundário	15. Maria do Socorro Fernandes Leite	Secundário
4. Eldonora Peixoto Cunha	Direito	16. Maria Vitória Costa	Normal
5. Emanoel Carneiro Gonçalves	Secundário	17. Pedro Duarte	Secundário
6. Esperança do Carmo Cardoso	Normal	18. Raimunda de Jesus Dias Sá	Odontologia
7. João de Deus Gomes Marques	Administração	19. Raimunda Nonata Ribeiro	Medicina
8. José de Ribamar Soares	Secundário	20. Raimundo Costa Soares	Contabilidade
9. Lindalva Weba Guimarães	Pedagogia	21. Rui Clemêncio Barbosa Cordeiro	Contabilidade
10. Maria Aparecida Moraes Pinheiro	Normal	22. Stênio de Jesus Durans	Secundário
11. Maria Célia Maia Travincas	Administração	23. Thomás Mariano Fernandes Martins.	Secundário
12. Maria de Jesus Marques Melo	Farmácia		

Curso Normal – 4; Secundário – 8; Contabilidade – 2; Medicina – 3; Farmácia – 1; Odontologia – 1; Administração – 2; Direito – 1; Pedagogia – 1.

Continua

Sétima turma, ano 1962 – 23 alunos			
Alunos(as)	**Formação escolar**	**Alunos(as)**	**Formação escolar**
1. Alan de Castro Leite	Agronomia	13. Lucilene Martins Muniz	Secundário
2. Alvina Pereira Mota	Enfermagem	14. Luísa Helena Beckman Peixoto	Farmácia
3. Arnaldo Pereira Mota	Secundário	15. Maria de Lourdes Marinho Soares	Farmácia
4. Elzamar Maria Freitas Almeida	Normal	16. Maria do Socorro Bastos	Medicina
5. Eurides Furtado de Araújo	Secundário	17. Maria do Socorro Oliveira Santos	Normal
6. José Agnaldo Fertunas dos Reis	Medicina	18. Maria José Fernandes	Química
7. José Arlindo Pereira Mota	Odontologia	19. Paulo Bendito Nogueira	Farmácia
8. José Manoel Ewerton dos Santos	Secundário	20. Pedro de Sousa Lobato	Medicina
9. José Maria Soares	Medicina	21. Raimunda Soares	Filosofia
10. José Raimundo Peixoto Barros	Secundário	22. Rosa Maria Bittencourt	Secundário
11. Jovanil Sarges	Odontologia	23. Sebastião Carvalho Filho	Secundário
12. Laureny Moraes Pinheiro	Normal		

Curso Normal – 3; Secundário – 7; Medicina – 4; Farmácia – 3; Odontologia – 2; Enfermagem – 1; Química – 1; Agronomia – 1; Filosofia – 1.

Oitava turma, ano 1963 – 28 alunos			
Alunos(as)	**Formação escolar**	**Alunos(as)**	**Formação Escolar**
1. Alberico Sousa Amorim	Geologia	16. Maria de Lourdes Durans Martins	Normal
2. Alene de Jesus Reis Beckman	Normal	17. Maria de Lurdes Dias Sousa	Normal
3. Carlos Alberto Carvalho Soares	Secundário	18. Maria dos Remédios Soares	Direito
4. Celina Lima e Silva	Enfermagem	19. Maria Iolanda Viana Corrêa	Normal
5. Elvira Pereira	Letras	20. Nancy Sousa Ferreira	Normal
6. Elzenir Pinheiro Marques,	Normal	21. Norma Ferreira	Normal
7. Inácia Bezerra Braga	Normal	22. Raimundo Nonato Peixoto Cunha	Filosofia
8. Inaldo Azevedo Moreira Silva	Secundário	23. Raimundo Rodrigues dos Santos	Secundário
9. Iracilda Gomes Rolim	Medicina	24. Reinaldo Pinheiro Marques	Direito
10. Jonas de Castro Leite	Secundário	25. Sonia Oliveira Santos	Normal
11. José Augusto Ewerton dos Santos	Geologia	26. Telma Leite Moraes	Administração
12. José Socorro Sodré Duailibe	Secundário	27. Waldely Leite Moraes	Administração

13. Lavina Sousa Amorim	Filosofia	28. Wibsem Inácio Reis Beckman	Secundário
14. Maria Aparecida Fontenelle	Normal		

Curso Normal – 11; Secundário – 6; Geologia – 2; Administração – 2; Direito – 2; Medicina – 1; Enfermagem – 1; Filosofia – 2; Letras – 1.

Fonte: Em busca do ideal. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Ano LI, n. 2464, p. 4, 05, 26 de ago. 1973.

ANEXOS

ANEXO A – Registro de professores do GP, com data de desligamento e admissão

MODELO 1

LIVRO DE REGISTRO DOS EMPREGADOS

O Snr. Maria Regina Soares

portador da Carteira Profissional N.º 70.582 da série 47ª

foi admitido em 1 de março de 1964 na qualidade de Professora

Com os vencimentos de Cr.$ Salário hora - por aula

para trabalhar normalmente

das ás horas com os intervalos de

Obs: Está no 2º livro pag 49 para refeição e descanço

Observações: Dispensada em 30 de agosto de 1964

Readmitida em 1 de abril de 1968

Nacionalidade Brasileira

Filho de Alberico S. Soares

e de Alice Soares Soares

Nascido em Pinheiro - Ma

a 30 de Novembro de 19 31

Estado Civil Solteira

Cor branca Altura 1.52

Residência Pinheiro Ma

Situação militar

Beneficiários mãe

Ficha dactiloscópica do polegar direito

Dispensada em 30 de abril 1968

Readmitida em 1º março de 1969.

Dispensada em 31 de dezembro de 1969

Readmitida em 1º de março de 1970.

Desligada em 31 de dezembro de 1970

Readmitida em 1º de março de 1971

Desligada em 30 de novembro de 1971

Readmitida em 1º de março de 1972

Desligada em 30 de novembro de 1972

Readmitida em 1º de março de 1973

Pinheiro 1 de março de 1969

Maria Regina h Soares

Assinatura do Empregado

Folio do livro de anotações

MODELO 1

LIVRO DE REGISTRO DOS EMPREGADOS

SERVIÇO DE EMPREGO DIT. M.T.P.S. 6

O Snr. Raimunda de Jesus Beckman Gutierres

portador da Carteira Profissional N.º 70.624 da série 47ª

foi admitido em 1 de março de 1962 na qualidade de Professora

Com os vencimentos de Cr.$ Salário hora - por aula.

para trabalhar normalmente

das ás horas com os intervalos de

(Obs: Está no 2º livro pag 48) para refeição e descanço

Observações: Desligada em 28 de fevereiro de 1967.
Readmitida em 1 de março de 1967.
Desligada em 28 de fevereiro de 1970.
Readmitida em 1 de março de 1970.
Desligada em 28 de fevereiro de 1971.
Readmitida em 1º de março de 1971
Desligada em 30/11/1971
Readmitida em 1º de março de 1972
Desligada em 30 de novembro de 1972
Readmitida em 1º de março de 1973
Desligada em 30/11/1973.
Readmitida em 1º/3/74

Nacionalidade brasileira
Filho de João C. Beckman
e de Ant. Sodré Beckman
Nascido em Pinheiro - Ma
a 28 de abril de 1938
Estado Civil Casada
Côr Morena Altura 1,62
Residência Pinheiro - Ma
Situação militar
Beneficiarios Filhos

Ficha dactiloscópica do polegar direito

Pinheiro, 1 de março de 1969

Raimunda de Jesus Beckman Gutierres
Assinatura do Empregado

Folio do livro de anotações: